

**FLÁVIA SANTANA RODRIGUES**

**AS TRANSFORMAÇÕES NA INSERÇÃO DAS PESSOAS DE MEIA IDADE  
NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS DURANTE A DÉCADA DE 1990**

SALVADOR  
2004

**FLÁVIA SANTANA RODRIGUES**

**AS TRANSFORMAÇÕES NA INSERÇÃO DAS PESSOAS DE MEIA IDADE NO  
MERCADO DE TRABALHO DA RMS DURANTE A DÉCADA DE 1990**

Monografia apresentada como requisito para  
a obtenção do grau de bacharel em Ciências  
Econômicas da Universidade Federal da  
Bahia

Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio Mattos  
Filgueiras.

SALVADOR  
2004

Flávia Santana Rodrigues

As transformações na inserção das pessoas de meia idade no mercado de trabalho da RMS durante a década de 1990

Aprovada em      de      de 2004.

Orientador: \_\_\_\_\_  
Luiz Antonio Mattos Filgueiras  
Prof. Dr. da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

\_\_\_\_\_  
José Ribeiro Soares Guimarães  
Prof. de Ciências Econômicas da Faculdade Unyhana

\_\_\_\_\_  
Antonio Plínio Pires de Moura  
Prof. da Faculdade de Ciências Econômicas da UFBA

## **AGRADECIMENTOS**

A Sidnei, companheiro assíduo nas leituras e sugestões de melhorias deste trabalho.

A meus pais (Pedro e Dinorá) e ao meu irmão (Ricardo) pela compreensão e apoio fornecidos ao longo de toda a minha vida.

A tia Diva, pelo desvelo e presença fundamental à minha permanência em Salvador e aos primos Cláudio, Conceição e Vitória.

A todos os queridos amigos e colegas da GESO/SEI, com os quais tanto venho aprendendo em todos esses anos de convivência.

Em especial: a Ângela Franco e Ângela Borges, grandes exemplos profissionais e de vida acadêmica, professoras e amigas, que sempre têm me ajudado; a Ribeiro e Marcelo pelas leituras e importantes contribuições ao trabalho; a Laumar pelas discussões temáticas e auxílio na obtenção dos dados empíricos; a Luciano Damasceno, pelo coleguismo e amizade, fundamental na viabilização deste trabalho, através da permanente boa vontade na concessão dos dados da PED, sempre que lhe foi solicitado; a Margot, pelo carinho e presteza na formatação e a Letícia, pela amizade e incentivos.

Aos professores da Faculdade de Ciências Econômicas (UFBA), pelos conhecimentos passados nas aulas, de grande valia para a minha formação; em particular, a Luiz Filgueiras, professor responsável por despertar o meu interesse pelos estudos sobre o mercado de trabalho e pela orientação e confiança depositadas em meu potencial.

Ao professor Plínio Moura e novamente a Ribeiro por aceitarem participar da banca examinadora da minha monografia.

Finalmente, a todos aqueles que direta e indiretamente contribuíram para que essa etapa fosse concluída.

## **RESUMO**

Este estudo discute as transformações na inserção produtiva das pessoas de meia idade da Região Metropolitana de Salvador (RMS) durante a década de 1990 e busca estabelecer a intensidade dessas mudanças através da comparação dos indicadores deste segmento com os dos demais grupos etários. Considerou-se em toda a abordagem os processos estruturantes do sistema capitalista contemporâneo - a reestruturação produtiva, a globalização e o neoliberalismo, em particular a sua aplicação na política econômica do Brasil - como requisitos fundamentais, condicionantes e auxiliares na explicação dos impactos mais gerais sobre os diversos segmentos do mercado de trabalho. A Pesquisa de Emprego e Desemprego é a principal fonte estatística, possibilitando concluir que as mudanças provocadas na estrutura ocupacional das pessoas de meia idade nos anos 1990 denotam um processo progressivo de precarização e desestruturação de suas relações e condições de trabalho. Vale pontuar que neste estudo evidenciou-se como este processo precarizante é sentido de forma mais intensa pelas pessoas de meia idade, devido ao papel socialmente atribuído que possuem na estrutura familiar.

Palavras-chave: Mercado de trabalho – RMS; Mercado de trabalho – Brasil.

## LISTA DAS ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 – Diagrama para a situação de atividade segundo a metodologia da PED
- Gráfico 1 – Participação relativa dos empregados com carteira assinada no total de ocupados da RMS
- Gráfico 2 – Distribuição relativa dos ocupados segundo grandes setores de atividade na RMS (Em %)
- Gráfico 3 – Distribuição da PEA e dos inativos das pessoas de meia-idade na RMS
- Gráfico 4 – Taxa de participação das pessoas de meia-idade por sexo na RMS
- Gráfico 5 – Taxa de participação das pessoas de meia idade segundo o grau de escolaridade RMS, 1987/1988 e 1997/2002
- Gráfico 6 – Distribuição da ocupação segundo faixas etárias RMS, 1987/1988 e 1997/2002
- Gráfico 7 – Distribuição dos ocupados de meia idade nos subsetores de serviços RMS, 1987/1988
- Gráfico 8 – Distribuição dos ocupados de meia idade nos subsetores de Serviços RMS, 1997/2002
- Gráfico 9 – Taxa de desemprego total das pessoas de meia-idade RMS 1987/1988 e 1997/2002
- Gráfico 10 – Distribuição dos desempregados de meia idade em relação ao desemprego do total da população, segundo os setores de atividade econômica RMS, 1987/1988 e 1997/2002
- Gráfico 11 – Rendimento real médio das pessoas de meia idade assalariadas do setor privado segundo o tipo de contratação RMS, 1987/1988 e 1997/2002
- Tabela 1 – Taxas de ocupação, de desocupação aberta e de assalariamento, segundo grandes regiões, 1989 e 1999
- Tabela 2 – Estoque de empregos em 31/12, segundo regiões naturais 1989 e 1999
- Tabela 3 – Taxas médias anuais de desemprego RMS, 1998-2003
- Tabela 4 – Taxas de desemprego total, segundo o tipo Regiões metropolitanas e Distrito Federal, 1998-1999
- Tabela 5 – Taxa de desemprego por cor, sexo, faixa etária, posição na família e grau de instrução RMS, outubro de 1987 a dezembro de 1988 e outubro de 1996 a dezembro de 1999
- Tabela 6 – Taxa de desemprego por grau de escolaridade RMS, 1987-1989 e 1999-2001
- Tabela 7 – Pessoas de 10 anos ou mais segundo os anos de estudo RMS, 1989 e 1999
- Tabela 8 – Taxas de desemprego, de formalidade e informalidade RMS, 1987-89 e 1999-2001

Tabela 9 – Rendimento real médio dos ocupados, segundo a posição na ocupação  
RMS, 1997 e 2001

Tabela 10 Taxa de participação por grupos etários  
RMS, 1987/1988 e 1997/2002

Tabela 11 – Taxa de participação por faixas etárias segundo grau de escolaridade  
RMS 1987/1988 e 1997/2002

Tabela 12 – Taxa de participação por faixas etárias segundo posição na família  
RMS, 1987/1988 e 1997/2002

Tabela 13 – Distribuição de pessoas ocupadas por faixas etárias segundo setores de atividade econômica  
RMS, 1987/1988 e 1997/2002

Tabela 14 – Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação, segundo as faixas etárias  
RMS, 1987/1988 e 1997/2002

Tabela 15 – Taxa de desemprego por grupos etários segundo o tipo  
RMS 1987/1988 e 1997/2002

Tabela 16 – Distribuição dos desempregados por faixas etárias, segundo tempo de procura de trabalho  
RMS, 1997/1988 e 1997/2002

Tabela 17 – Distribuição dos desempregados por faixas etárias segundo setores de atividade econômica  
RMS 1987/1988 e 1997/2002

Tabela 18 – Rendimento real médio dos ocupados segundo faixas etárias e setores de atividade econômica  
RMS, 1987/1988 e 1997/2002

Tabela 19 – Rendimento real médio dos ocupados, por posição na ocupação, segundo as faixas etárias RMS, 1987/1988 e 1997/2000

## **LISTA DE SIGLAS**

CCQ — Círculo de Controle de Qualidade  
CLT — Consolidação das Leis Trabalhistas  
CODEPLAN — Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central  
DIEESE — Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos  
IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas  
IPC — Índice de Preços ao Consumidor  
IPEA — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
EUA — Estados Unidos da América  
FCE — Faculdade de Ciências Econômicas  
FEE — Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser  
FHC — Fernando Henrique Cardoso  
FMI — Fundo Monetário Internacional  
MTE — Ministério de Trabalho e Emprego  
OCDE — Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico  
PEA — População Economicamente Ativa  
PED — Pesquisa de Emprego e Desemprego  
PIA — População em Idade Ativa  
PIB — Produto Interno Bruto  
PME — Pesquisa Mensal de Emprego  
PNAD — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios  
RAIS — Relação Anual de Informações Sociais  
RMS — Região Metropolitana de Salvador  
SEADE — Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados  
SEI — Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia  
SPE — Sistema Público de Emprego  
SEPLAN — Secretaria de Planejamento  
SETRAB — Secretaria do trabalho e Bem-estar Social  
SETRAS — Secretaria de Trabalho e Ação Social  
SINE — Sistema Nacional de Emprego  
SUDENE — Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
UFBA — Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2</b>	<b>CARACTERÍSTICAS E PRINCIPAIS AJUSTES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO NA ATUALIDADE.....</b>	<b>16</b>
2.1	GLOBALIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO .....	16
2.2	AS CONTRADIÇÕES MARCANTES DO NOVO MODELO NO MERCADO DE TRABALHO .....	18
2.3	O PAPEL DOS TRABALHADORES MAIS EXPERIENTES NO ATUAL MODELO DE GESTÃO .....	20
<b>3</b>	<b>TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DOS ANOS 1980 E 1990 .....</b>	<b>25</b>
3.1	CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DESEMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO .....	28
3.2	DIAGNÓSTICOS PRINCIPAIS SOBRE O DESEMPREGO NA DÉCADA DE 1990 .....	30
3.2.1	A baixa qualificação do trabalhador .....	30
3.2.2	A busca por competitividade das empresas .....	32
3.2.3	As baixas taxas de crescimento da economia brasileira concebidas a partir do Plano Real.....	35
3.2.4	Implicações das diferenças metodológicas na medição do desemprego .....	38
<b>4</b>	<b>O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) NOS ANOS 1980 E 1990 .....</b>	<b>41</b>
4.1	CARACTERÍSTICAS PECULIARES AO MERCADO DE TRABALHO DA RMS.....	41
4.2	ASPECTOS GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS DURANTE OS ANOS 1980 .....	43
4.3	DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS NA DÉCADA DE 1990 .....	47
<b>5</b>	<b>CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA OCUPAÇÃO PARA AS PESSOAS DE MEIA-IDADE: ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS.....</b>	<b>57</b>
5.1	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	58
5.2	EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATIVIDADE.....	64
5.3	CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO.....	70
5.4	A VARIAÇÃO DO DESEMPREGO.....	76
5.5	A EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS.....	81
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>86</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>99</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Dois dos problemas históricos da sociedade brasileira que parecem mais contribuir para compreender a natureza heterogênea do mercado de trabalho no país são o alto nível das desigualdades sociais e a elevada concentração da renda e da riqueza, que representam os fatores principais de produção e reprodução da pobreza, na qual se encontra a grande maioria de sua população. Contudo, a existência de uma situação razoável de demanda de trabalho até o início da década de 1980, apesar dos elevados níveis inflacionários e dos desajustes estruturais da economia nacional, contribuía para amenizar o nível de desemprego, mantendo-o em um patamar menos crítico que o verificado na década de 1990. (MATTOSO, 1999).

Durante a década de 1980, a intensificação da inflação, da crise fiscal do Estado e dos problemas estruturais da economia brasileira começam a arrefecer a demanda de trabalho, que ocorria principalmente através da criação de empregos no setor público e de postos de trabalho no setor formal, induzindo aumentos posteriores de ocupações informais. (POCHMANN, 2001). Não obstante se reconheça o desemprego como problema sócio-econômico constante, percebe-se, principalmente a partir da década de 1990, uma intensificação significativa do desemprego aberto<sup>1</sup> e o início de um processo intenso de precarização dos empregos formais existentes.

Esta situação criada no mercado de trabalho decorre da adoção de um modelo de política econômica que privilegia excessivamente a estabilidade monetária, da redução da capacidade de intervenção do Estado brasileiro e do enquadramento do país numa lógica internacional de abertura econômica irrestrita, contribuindo para o acirramento da fragilidade e dos desajustes históricos nas contas externas do Balanço de Pagamentos. Tal desequilíbrio torna o país ainda mais vulnerável às bruscas mudanças da conjuntura externa, limitando sua autonomia diante dos interesses e necessidades do capital financeiro internacional. Especificamente, observa-se uma aguda ampliação da dependência do país em relação aos investidores internacionais, especialmente os especuladores e administradores de capitais de curtíssimo prazo, para financiar a economia nacional.

Esta lógica tem condicionado a economia brasileira a crescer a um ritmo inferior ao dos anos

<sup>1</sup> As definições deste e de outros conceitos do mercado de trabalho serão abordadas detalhadamente no primeiro item do quinto capítulo, de considerações metodológicas.

1980, (considerado pelo já baixo crescimento da economia, pelo menos do ponto de vista econômico, como uma década perdida), o que pode ser atestado pelas menores taxas de crescimento econômico, registradas no país, em todo o século XX. Segundo Mattoso (2000), enquanto a década de 1980 apresentou um desempenho econômico de 2,9%, o período seguinte (anos 1990), registrou apenas 1,5% de crescimento. O resultado imediato disso pode ser observado diretamente no mercado de trabalho, com a queda no ritmo de expansão da ocupação e do emprego em paralelo ao crescimento exacerbado de ocupações precárias e à redução intensa dos empregos formais.

Essas situações explicam a relevância que os anos 1990 possuem para a discussão sobre o mercado de trabalho, visto que este, apresenta as mais elevadas taxas de desemprego já registradas na história recente do país. Uma análise mais detida das causas deste processo indica não se tratar de um fenômeno meramente conjuntural, mas decorrente do advento de mudanças estruturais na dinâmica de funcionamento do sistema capitalista.

Observado inicialmente nos países desenvolvidos, o fenômeno do desemprego estrutural parece estar se apresentando com intensidade relevante também em economias periféricas como o Brasil, estando relacionado com a introdução de uma série de mudanças como a crescente internacionalização das economias, os impactos da chamada Terceira Revolução Industrial e Tecnológica, a reestruturação produtiva e a expansão da ideologia e das práticas de política econômica neoliberais.

O Brasil revela esse processo de forte desajuste do mercado de trabalho em todo o seu território, mas os diversos recortes geográficos do país parecem obedecer a suas próprias dinâmicas de funcionamento. A Região Metropolitana de Salvador (RMS) insere-se no contexto acima, reproduzindo o agravamento da situação social em seu mercado de trabalho causado pelos efeitos perversos do desemprego e da precarização das condições e relações de trabalho.

Uma vez que a economia da RMS caracteriza-se por uma alta concentração na produção industrial de bens intermediários (especificamente nas indústrias química e petroquímica, que têm maior intensidade em capital) e pelo elevado peso do setor de serviços, os efeitos negativos da reestruturação produtiva e da política econômica adotada em seu mercado de trabalho parecem estar sendo mais intensos. A interação das mudanças apontadas, com a estrutura econômica da metrópole estadual, está gerando repercussões que, combinadas, reduzem a demanda por empregos por meio do enxugamento dos postos de trabalho, além de

precarizar os já existentes em função da desregulamentação e flexibilização dos direitos trabalhistas. Tais movimentos têm contribuído não somente para elevar o estoque de trabalhadores em situação de desemprego como, também, para elevar o tempo médio de procura por trabalho das pessoas até a obtenção de nova ocupação, quando ocorre.

Percebe-se que o desemprego e a precarização do trabalho têm se generalizado, independentemente do sexo, da faixa etária, da cor e do nível de escolaridade. Todavia, parece ser fundamental considerar que, embora os níveis de desemprego tenham se elevado em todo o conjunto da População Economicamente Ativa (PEA), os seus distintos segmentos apresentam particularidades ligadas a determinados atributos (dentre eles, a idade, que é objeto de estudo específico desta pesquisa), implicando diferentes formas de reação aos impactos das alterações na economia. A interação das singularidades de comportamento por atributos com as alterações estruturais no mercado de trabalho parece resultar em diferentes desdobramentos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo sobre a situação de desemprego das pessoas de acordo com suas características, especialmente com relação a seus atributos de cor, sexo e idade.

Em termos de gênero, as mulheres têm sua força-de-trabalho discriminada em relação aos homens, recebendo geralmente salários inferiores mesmo quando desempenham as mesmas funções. As desigualdades raciais também estão presentes no mercado de trabalho, pois os negros e/ou afrodescendentes freqüentemente ocupam postos de trabalho de baixa qualidade – informais e/ou precários, com baixa remuneração, ligados a atividades braçais. Estes requisitam menores investimentos em formação educacional, justificando o pagamento de salários bem mais baixos.

Com relação à idade, os grupos de jovens e idosos parecem ser mais penalizados pela maior vulnerabilidade em decorrência, por um lado, da baixa experiência (caso dos jovens) e, por outro lado, do relativo menor vigor físico para atuarem produtivamente (fator dos idosos), resultando em um determinado grau de discriminação na seleção dessas pessoas para a ocupação de postos de trabalho.

Ademais, as transformações estruturais do sistema capitalista, vivenciadas atualmente, assim como o recente modelo de gestão econômica implementado no Brasil, parecem estar trazendo consequências relevantes para um grupo etário — formado basicamente por pessoas de 40 a 59 anos de idade (grosso modo, designados por meia idade) — o qual, tradicionalmente, se

apresenta como economicamente ativo e, historicamente, menos propício ao desemprego e à precarização. Isso demonstra que a generalização do desemprego está cada vez mais acentuada, pois, além da manutenção de sua seletividade em alguns grupos, é possível observar a conformação de novos segmentos prejudicados: “(...) o desemprego, congelado num patamar elevadíssimo, atingiu todos os segmentos de trabalhadores, inclusive aqueles historicamente mais protegidos desse risco”. (BORGES, 2001)

A relevância do estudo das transformações atuais do mercado de trabalho e seus impactos na inserção produtiva das pessoas de meia idade decorre do reconhecimento de seu peso na geração das condições de sobrevivência familiar, motivo pelo qual se buscará traçar um diagnóstico da evolução na participação das pessoas de meia idade no mercado de trabalho da RMS durante os anos 1990.

A focalização neste segmento etário explica-se também pela existência de um número razoável de estudos já realizados com outros grupos — como os jovens e idosos<sup>2</sup> — enquanto pouca atenção tem sido destinada, especificamente, às singularidades deste segmento intermediário das pessoas de 40 a 59 anos, no intervalo entre o auge da idade produtiva e os idosos. Além disso, visto que as tendências demográficas atuais no Brasil e na Bahia são de redução do crescimento vegetativo e elevação da expectativa de vida, levando a um envelhecimento da população, esta pesquisa tentará contribuir para o conhecimento das particularidades desse segmento do mercado de trabalho, uma vez que há previsões de crescimento do número de trabalhadores de meia-idade na População em Idade Ativa (PIA)<sup>3</sup>.

A questão principal que orienta o atual estudo é saber quais foram as transformações ocorridas nas formas de inserção produtiva dos trabalhadores de meia idade da RMS e, em particular, se estas alterações foram mais profundas e amplas do que para o conjunto dos demais grupos etários.

A hipótese, inicialmente apresentada neste estudo, é que, na passagem dos anos 1980 para os 1990, houve uma significativa mudança no padrão de inserção das pessoas de meia-idade no mercado de trabalho da RMS, a qual decorreu da reestruturação produtiva, expressa pela introdução de novos modelos de gestão e organização do trabalho, bem como pela introdução

<sup>2</sup> Considera-se como idoso as pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Essa definição foi feita com base na nova classificação etária das pesquisas nacionais, após a regulamentação do Estatuto do Idoso, lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que determina a idade a partir da qual um indivíduo é considerado idoso no Brasil.

<sup>3</sup> A definição deste conceito é realizada no primeiro item do quinto capítulo.

de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Tais transformações parecem ter afetado mais fortemente a inserção desta faixa etária no mercado de trabalho, em razão de uma série de atributos e características desvalorizados, atualmente, pelos empresários na contratação dos trabalhadores.

Pode-se argumentar que os indivíduos de meia idade, enquanto segmento do mercado de trabalho, são atingidos pelas consequências do desemprego de forma relativamente mais intensa. Isso ocorre devido ao seu papel tradicional de chefia na estrutura familiar, que não permite a sua permanência nesta condição por muito tempo, sob pena de comprometer a manutenção do nível de vida familiar, a sua própria posição na família e o reconhecimento social adquirido. Essas razões podem explicar, em parte, os motivos pelos quais as pessoas de meia idade não costumam ficar muito tempo na inatividade, submetendo-se à execução de atividades, mesmo que precárias, assim exercendo uma forte pressão sobre o mercado de trabalho.

A presente monografia está dividida em seis capítulos.

Vindo em seguida a esta introdução (Cap. 1), há o Capítulo 2, onde aborda-se os impactos sobre o mercado de trabalho dos principais fenômenos socio-políticos e econômicos contemporâneos – a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo. Estes são vistos como fundamentais para caracterizar e definir as mudanças vivenciadas no mercado de trabalho brasileiro a partir dos anos 1990, particularmente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Procura-se também enfatizar as características típicas das pessoas de meia-idade no mercado de trabalho e, conseqüentemente, do padrão de inserção deste segmento tomando por base uma revisão bibliográfica dos estudos de mercado de trabalho por grupos etários.

No Capítulo 3, realiza-se uma breve exposição sobre o desempenho econômico do Brasil nas duas últimas décadas do século XX frente às transformações na economia mundial e os seus desdobramentos imediatos no mercado de trabalho. São pontuados os principais elementos responsáveis pela reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro na década de 1990, sendo destacada, especialmente, a discussão em torno das causas do desemprego, que tem sido largamente analisado pela literatura socio-econômica e que está sendo intensamente vivenciado pela sociedade, mais recentemente.

Na seqüência, o Capítulo 4 analisa a composição do mercado de trabalho da Região

Metropolitana de Salvador (RMS) durante as décadas de 1980 e 1990, privilegiando os aspectos gerais que decorrem das modificações econômicas ocorridas nacional e internacionalmente.

No Capítulo 5, o primeiro item consiste na descrição da metodologia adotada para o estudo, onde se buscará justificar a escolha da base de dados utilizada e os parâmetros para a realização das análises, dentre outros. O quadro atual do mercado de trabalho da RMS é construído, fundamentalmente, a partir de dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), apoiado pelo uso eventual de informações oriundas de outras pesquisas, complementando as características particulares e gerais que conformam este mercado específico. Nos próximos itens focaliza-se o estudo da configuração do mercado de trabalho das pessoas de meia idade da RMS e de suas condições ocupacionais, tendo como base a comparação de alguns resultados fornecidos pela PED nos períodos 1987/88 e 1997/2002.

Por fim, nas conclusões (Cap. 6), busca-se sintetizar os principais resultados conceituais e empíricos verificados, enfatizando os aspectos mais relevantes da inserção produtiva das pessoas de meia idade da RMS. Espera-se que tais resultados possam contribuir para o planejamento e orientação de políticas públicas de geração de emprego, ocupação e renda de modo a beneficiar, principalmente, estes trabalhadores.

## **2 CARACTERÍSTICAS E PRINCIPAIS AJUSTES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO NA ATUALIDADE**

### **2.1 GLOBALIZAÇÃO, REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E NEOLIBERALISMO**

A “globalização”, a “reestruturação produtiva” e o “neoliberalismo” constituem processos que são conduzidos e implementados por sujeitos sociais. Entretanto, são submetidos a um processo de inversão ou fetichismo<sup>4</sup>, tornando complexo identificar, nas consequências sociais, políticas e econômicas, a responsabilidade dos agentes por suas ações. Muitos interpretam a globalização como uma continuidade de um processo de internacionalização marcado pela interdependência entre as economias nacionais, presente em outros períodos históricos anteriores. Contudo, segundo a abordagem transformacionista, o atual processo de mundialização tem um conjunto de novidades que o distinguem de outros momentos de intensa internacionalização, constituindo uma forma histórica determinada, produto de uma conjuntura única de forças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. (ARAÚJO, 2001)

O processo de internacionalização das economias tem caráter social, político e econômico. Este tem se caracterizado por: aprofundamento da tendência de transnacionalização das empresas; intensificação da lógica de concentração de capitais; formação de novos oligopólios e fortalecimento crescente daqueles existentes em diversos setores; predomínio do capital financeiro sobre o produtivo; adoção de novos modelos de gestão/organização que permitam a adoção de ações informatizadas e globais de gestão; aumento da interdependência entre as nações e, por fim, no baixo crescimento econômico e manutenção ou expansão de elevadas taxas de desemprego.

O neoliberalismo e a reestruturação produtiva manifestaram-se nos países capitalistas centrais no início dos anos 1970, devido à profunda crise econômica que enfrentavam em decorrência do esgotamento do padrão fordista de desenvolvimento capitalista. A partir dos anos 1980, esses dois fenômenos foram fortalecidos pelo fenômeno de globalização econômica, causando profundas modificações nas relações capitalistas de produção e repercutindo de forma decisiva nas transformações no mundo do trabalho.

<sup>4</sup> O fetichismo da mercadoria foi definido por Karl Marx e “não é nada mais que determinada relação social entre os próprios homens que para eles assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 1996, vol. 1, p. 7). Assim, humanizam-se coisas e coisificam-se os sujeitos, invertendo o processo e comprometendo assim o entendimento da realidade.

O neoliberalismo é uma tentativa de retorno ao liberalismo (corrente teórica dos séculos XVIII e XIX), representando uma reação teórica e política ao Estado intervencionista, originada a partir do pós Guerra. O Estado do Bem-Estar Social europeu e o *New Deal* nos EUA caracterizavam-se pela intervenção decisiva do Estado na economia buscando reverter para a sociedade em termos de inclusão sócio-econômica das pessoas no mercado de trabalho e distribuição dos ganhos de produtividade. O neoliberalismo, por sua vez, vem defender uma participação mínima do Estado na economia, sem o exercício de políticas ativas a não ser através de políticas fiscais e monetárias. Apesar de se basear nos princípios liberais, o neoliberalismo possui como maior diferença em relação ao liberalismo a sua origem histórica particular. (FILGUEIRAS, 1995; MENDONÇA, 1999)

Dessa forma, visando manter a livre concorrência e o cumprimento dos contratos defende-se a desregulamentação irrestrita da economia, o que atinge o mercado de trabalho provocando graus crescentes de flexibilização e posterior precarização das relações de trabalho. A adoção prática da doutrina neoliberal na América Latina ocorreu primeiramente no Chile, durante a ditadura militar de Pinochet no início da década de 1970. Nos países desenvolvidos, as propostas neoliberais começaram a ser aplicadas a partir de fins da década de 1970, inicialmente na Inglaterra e nos Estados Unidos através, respectivamente, dos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan. A política neoliberal caracteriza-se pela desregulamentação generalizada da economia, especialmente no mercado de trabalho é marcada pela flexibilização das relações trabalhistas, legislação anti-sindical, repressão a greves e permissão de maiores níveis de desemprego.

Outras características que podem ser ressaltadas são: a desregulamentação dos mercados por meio da redução de barreiras comerciais e institucionais ao capital financeiro para estimular a livre mobilidade de capitais e mercadorias; o estímulo à individualização da defesa dos direitos sociais (por exemplo, o fomento da “livre negociação” entre trabalhadores e empresas em substituição aos contratos e acordos coletivos de trabalho); a defesa e adoção dos mecanismos de mercado como únicos reguladores legítimos e eficientes do sistema econômico; a redução e corte dos investimentos sociais; redução sistemática da capacidade de intervenção do Estado na economia por meio de privatizações, extinção de instrumentos de subsídios e cotas para o estímulo a setores específicos.

Neste sentido, a principal posição ideológica do neoliberalismo é a disseminação de que leis

naturais (que sempre existiram e sempre existirão) permeiam e regem as relações sociais, contrariamente à noção de que a sociedade é regida por leis historicamente determinadas.

A reestruturação produtiva representa o conjunto de transformações ocorridas como resposta à crise do modelo fordista de produção<sup>5</sup> a partir do início dos anos 1970. Associada à 3ª Revolução Industrial, que está baseada na adoção crescente e difusão nos processos produtivos de automação e novas tecnologias como a microeletrônica e robótica, tem como princípio a desvalorização e substituição de contingentes crescentes de trabalhadores em nome da valorização do capital. Caracteriza-se por constituir um novo processo de organização industrial, onde os investimentos e retornos ocorrem e se ampliam nos “setores de ponta” como a informática, a química fina, a biotecnologia e as telecomunicações, ao mesmo tempo em que promove a modernização de setores dinâmicos como o automobilístico, o de petroquímica e de máquinas e equipamentos.

É ainda responsável pela redução na participação de setores tradicionais como o têxtil, a siderurgia, o de bens de consumo não durável no valor agregado industrial. Além desses atributos, a reestruturação produtiva é expressa pela introdução de novos padrões gerenciais e organizacionais do trabalho como o toyotismo<sup>6</sup>, a terceirização, os círculos de controle de qualidade (CCQ's), o Kanban, o Just in Time e Programas de Qualidade Total, dentre outros.

## 2.2 AS CONTRADIÇÕES MARCANTES DO NOVO MODELO NO MERCADO DE TRABALHO

É possível perceber que estes três fenômenos (a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo) estão inter-relacionados e fundamentalmente associados às transformações observadas no modo de produção capitalista atualmente, sendo comum a estes a ruptura das barreiras à livre mobilidade do capital visando níveis cada vez maiores de acumulação e

<sup>5</sup> Modelo, que incorpora os princípios Tayloristas, acrescentando a linha de montagem ao processo produtivo. Baseia-se em um processo de trabalho rígido e disciplinado, com produção em larga escala e em série (homogeneização do produto), apoiado na base técnica da 2ª Revolução Industrial.

<sup>6</sup> O toyotismo é o modelo japonês desenvolvido após a 2ª Guerra Mundial pela empresa automobilística Toyota que busca atingir a racionalização da produção através da qualidade imprimida ao processo de gestão no interior da fábrica, utilizando o produto da forma mais eficiente possível. Este modelo encerra uma série de novos métodos de gestão e organização produtiva, que visam: a redução dos custos em geral e em particular com a mão-de-obra, transferindo os encargos trabalhistas para empresas terceiras ou subcontratadas (terceirização); esvaziar as comissões de fábrica ou até impedi-las de se formar no ambiente de trabalho, visando enfraquecer as organizações sindicais, através de reuniões após o horário de trabalho, com participação voluntária dos trabalhadores, levando-os a absorver a ótica da empresa (CCQ'S); otimizar o uso dos recursos produtivos através de um sistema de fluxo de papéis e placas que transferem as informações sobre a demanda imediata de produtos (Kanban) e racionalizar o processo de trabalho ao máximo, administrando as pessoas através da administração dos estoques, visando eliminar a ociosidade de: Capital, estoque, empregados e máquinas (*just in time*).

reprodução ampliada do capital. Por estes motivos causam forte impacto sobre as pessoas no mercado de trabalho, podendo levá-las a situações de crescente desemprego, exclusão social e marginalização, muitas vezes dificultando (quando não impossibilitando) a reinserção desses indivíduos na sociedade por meio da venda de sua força-de-trabalho. (FILGUEIRAS, 1995)

Nos países periféricos, principalmente nos anos 1990, são responsáveis pelo agravamento do desemprego, da dependência financeira, tecnológica e da exclusão social. A postura neoliberal de não intervenção do Estado gera consequências sociais e políticas fundamentais, especialmente com relação ao desemprego e à exclusão social crescentes nos países que adotaram este receituário na orientação de suas políticas econômicas. (DRUCK, 1999; FILGUEIRAS, 1995)

Nesse contexto, de aplicação da política neoliberal em países subdesenvolvidos, especialmente no Brasil, Filgueiras (1995, p. 4) observa:

... a tentativa de impulsionar a economia, através de políticas monetárias e fiscais, termina apenas com mais inflação sem contudo reduzir o patamar de desemprego...

... o objetivo maior, e quase que único, da política econômica, deve ser o de defender a moeda, assegurando a estabilidade dos preços, e garantir o cumprimento dos contratos e da “livre concorrência”.

Duas consequências dessa lógica de atuação estatal afetam dramaticamente a sociedade. Primeiro surge a dificuldade do Estado intervir diretamente em setores ou regiões mais vulneráveis, o que fragiliza a atividade produtiva e o emprego comprometendo tanto as novas contratações quanto os empregos existentes. A segunda consequência revela-se pela prática da desregulamentação no mercado de trabalho a qual acirra a competição e as desigualdades sociais entre os trabalhadores, ao mesmo tempo em que arrefece as ações coletivas materializadas pelos sindicatos.

Enquanto fenômeno de alteração e substituição do modelo fordista, a reestruturação produtiva apresenta um processo contínuo de inovações que tem na flexibilidade a sua característica fundamental. É através dela que se modificam os processos produtivos e os métodos utilizados para aumentar significativamente a produtividade do trabalho. Essa flexibilização, da forma abrupta como vem sendo conduzida, dificulta a possibilidade dos trabalhadores se inserirem no mercado de trabalho. Isto traz sérias implicações aos mesmos que passam a desempenhar um papel diverso do que possuíam no fordismo: mudam da especificação de função e formação para realização de tarefas especializadas para o estímulo crescente à

generalização de responsabilidades e realização de diversas tarefas.

Concomitantemente, flexibilizam-se as relações entre o capital e o trabalho através da promoção de livres negociações e contratações no mercado, além de relacionamento entre empresas sob a forma de subcontratações (terceirização). Visando reduzir os encargos trabalhistas por meio da reestruturação produtiva, busca-se flexibilizar a jornada de trabalho, a remuneração e os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores, acentuando assim a assimetria de poder entre a oferta e demanda no mercado de trabalho em favor dos empresários. Cabe ressaltar que a reestruturação produtiva constitui um elemento fundamental ao desenvolvimento e aprofundamento do processo de globalização uma vez que possibilita a ampliação dos mercados via aumento da produtividade, da competição e através dos avanços tecnológicos obtidos.

### 2.3 O PAPEL DOS TRABALHADORES MAIS EXPERIENTES NO ATUAL MODELO DE GESTÃO

As pessoas de 40 a 59 anos<sup>7</sup> (aqui conhecida como “meia idade”) fazem parte de um segmento do mercado de trabalho que historicamente integra a população economicamente ativa (principalmente na condição de ocupados), são considerados trabalhadores mais experientes e geralmente são chefes de família. Entretanto, este perfil tem sido alterado pelas modificações provocadas no mundo do trabalho, fazendo-os sentir uma maior dificuldade para manter os respectivos empregos e garantir a sua reinserção produtiva. Em conjunturas anteriores à abertura da economia brasileira e à reestruturação produtiva a faixa etária situada entre os 40 e 59 anos era considerada como o estágio de maturidade etária e de maior estabilidade/segurança profissional alcançada.

Na década de 1990, contudo, a grande dificuldade encontrada pelas pessoas de meia idade está associada ao crescimento do desemprego. Pochmann (1998) cita três formas de expressão características do desemprego estrutural, sob a ótica da faixa etária: desemprego recorrente (atinge principalmente os jovens e diz respeito a sua inserção e instabilidade nos postos de trabalho), desemprego de reestruturação (típica dos setores econômicos que estão sendo reestruturados e típica dos trabalhadores adultos) e o desemprego de exclusão (concentrado sobre a PEA ocupada de maior faixa de idade, a partir de 50 anos de idade). No que tange às

<sup>7</sup> É designada por alguns autores como pessoas de idade madura.

pessoas de meia idade, são dois os tipos de desemprego que mais podem atuar: o de reestruturação e o de exclusão.

No desemprego de exclusão, as pessoas são substituídas por outras e não conseguem se reinserir no mercado de trabalho, devido à idade considerada avançada ao tipo de emprego que possuíam ou pela escolaridade considerada aquém das necessidades imediatas criadas pela automação. Com a reestruturação produtiva, os trabalhadores de meia idade são substituídos por grupos etários com menos de 40 anos. Em alguns casos, por adolescentes e jovens que desempenham as mesmas funções e recebem uma menor remuneração e em outros casos por pessoas de 25 a 39 anos de idade, com maior nível de escolaridade, tidas como mais adaptadas às novas tecnologias e, portanto, mais capazes de atuar flexivelmente em diversas atividades.

O desemprego de reestruturação decorre dos muitos postos de trabalho destruídos em função da adoção de inovações tecnológicas ou pela implantação de novos programas de gestão da produção e de reorganização do trabalho nos setores que estão sendo reestruturados. Embora outros empregos estejam sendo criados por causa da reestruturação produtiva, eles são insuficientes para compensar o número de empregos destruídos e mais ainda para suprir o crescimento da oferta de trabalho. Outras implicações graves da reestruturação produtiva estão associadas ao aumento da escolaridade mínima exigida pelos novos postos de trabalho, levando um número de trabalhadores expressivo ao desemprego por serem encarados como inadequados às novas técnicas.

Assim, as exigências feitas pelas empresas ao trabalhador ampliam-se, acompanhando o processo de reestruturação produtiva. Além de um maior investimento em educação, cabe ao trabalhador absorver os conhecimentos de forma muito mais rápida, sistemática e contínua, em função da expansão acentuada na velocidade de disseminação das informações proporcionadas através da informática e pelas inovações nas telecomunicações.

Essa intensa generalização das informações, de certo modo, tem contribuído para que haja uma perda de qualidade do conhecimento adquirido, pois o curso lógico dos acontecimentos foi invertido, o imediatismo do aprendizado passa a ser mais importante do que o próprio processo de aprender. Essa prática está fundamentada na nova ordem que se estabelece — a da flexibilidade excessiva. Conseqüentemente, o ambiente conformado é descontínuo, permeado por situações de risco e incertezas permanentes, onde o trabalhador busca incessantemente se tornar “satisfatório”, não conseguindo, entretanto,

ter domínio das qualidades necessárias que o abonam nos critérios modernos de competência por mais que se esforce. (SENNETT, 1999)

Para Sennett, a utilização de novas tecnologias concorre para tornar o processo de trabalho flexível ilegível ao trabalhador também, porque muitas tarefas intermediárias do processo produtivo deixam de ser realizadas por ele, que já não consegue controlar as decisões profissionais que o envolvem (o tempo, o local, o resultado de seu trabalho, a contratação e a dispensa do trabalho).

Outra medida que as empresas podem adotar, neste cenário, é a introdução de horário de trabalho flexível. Por conseguinte, segundo Sennett, flexibilizar o tempo de trabalho provoca a dispersão dos trabalhadores, afetando-lhes o caráter, pois o senso de comunidade é perdido e a atividade deixa de ser feita cooperativamente devido aos diferentes turnos em que os trabalhadores passam a praticar. Outro efeito do tempo flexibilizado é o enfraquecimento dos sindicatos, uma vez que o trabalhador perde a percepção enquanto classe, com interesses comuns. Neste sentido, Sennett afirma ser tudo muito claro operacionalmente, mas emocionalmente, muito ilegível.

Existe toda uma discussão que permeia a preferência das empresas de alguns setores em contratar trabalhadores mais jovens em detrimento de trabalhadores mais maduros. A respeito desse assunto, Druck (2000 a, 2000 b. Apud BORGES, 2000, p. 102) fez algumas considerações: no processo de ajuste das empresas aos novos padrões de competitividade — trabalhadores de meia idade e larga experiência de trabalho têm sido substituídos por jovens, implicando o rejuvenescimento do quadro de funcionários da empresa.

A empresa do setor de atividade econômica cuja reestruturação permite realizar essa substituição em seu quadro de funcionários adota esse critério com o objetivo de reduzir os seus custos, já que irá sub-remunerar o jovem contratado no lugar do antigo trabalhador e ganhará uma maior flexibilidade com esse procedimento, uma vez que os novos vínculos são mais precários. Essa tendência setorial da reestruturação produtiva prejudica muito a condição ocupacional das pessoas de meia idade, que dificilmente são remanejados pela empresa.

Assim sendo, a lógica do capitalismo moderno, de modo geral e amplo, fragiliza e submete o trabalhador ao enfraquecer o seu poder de negociação e tem como ênfase a flexibilidade, a mudança contínua. A dimensão de tempo é concebida no curto prazo, impedindo que as pessoas construam carreira nos trabalhos ou consolidem experiências sólidas e lineares. As

consequências dessa descontinuidade ocupacional para a vida do trabalhador são as piores possíveis, pois acarretam estados de ansiedade, incerteza, instabilidade e fugacidade intermitentes (SENNETT, 1999).

Neste sentido, o risco da perda de trabalho passa a ser constante para o trabalhador em geral, particularmente para as pessoas de meia-idade que, segundo Sennett (1999, p.93): “... são tratadas como madeira morta, a experiência que acumularam é tida como de pouco valor.”. Este aspecto intensifica a incerteza sobre a posição ocupacional desse grupo etário e confunde a orientação pessoal diante da flexibilidade.

Em vista das novas condições de mercado, Sennett (1999, p.94 e 104) acredita que a disposição ao risco deixa de ser atribuída apenas aos capitalistas e indivíduos aventureiros para se tornar uma necessidade diária das massas, mesmo sabendo que as possibilidades de retorno são tênues.

Para Sennett (1999, p. 107 e 108), as atuais condições de vida encerram muitos preconceitos contra os trabalhadores maduros, existe uma disposição a negar o valor da experiência passada da pessoa. A cultura empresarial trata a meia-idade como avessa ao risco, no sentido de jogador. Para o autor, esses preconceitos são difíceis de combater. A dificuldade ocorre devido às altas pressões enfrentadas em um mundo mutante.

Segundo Sennett (1999, p. 109), está ocorrendo uma abreviação da vida de trabalho das pessoas na empresa moderna. Isso é evidenciado por um lado, pelo adiamento da entrada no mercado de trabalho pelos jovens por causa da maior dedicação à educação e por outro, pela queda no emprego das pessoas da faixa etária de 40 a 59 anos, conhecida como meia-idade. Ainda a respeito desse assunto, Sennett cita uma previsão de Castells, de que a vida de trabalho está sendo encurtada para uma média de 30 anos (25 aos 54), de um período de vida de 70 a 80 anos. Assim, o período de vida produtiva está sendo comprimido para menos da metade da vida biológica, com os trabalhadores mais velhos deixando o cenário muito antes de estarem física ou mentalmente incapazes.

Como resultado desta compressão na vida de trabalho, enfatiza-se a juventude. Além de constituir-se em uma mão-de-obra barata (motivo tradicional, usado principalmente no século XIX), os jovens estão sendo preferidos por outros atributos que os tornam atraentes nos altos escalões das empresas e, estes, para Sennett, estão mais na área do preconceito. Do ponto de vista institucional, a flexibilidade dos jovens os torna mais maleáveis tanto em termos de

assumir riscos quanto de submissão imediata. Já os trabalhadores mais velhos por possuírem mais experiência tendem a julgar o que consideram inadequado na administração.

O preconceito serve para justificar os aspectos positivos da juventude em oposição às supostas características negativas da idade madura na organização flexível. Como exemplo, Sennett (1999, p. 110) cita uma explicação da publicação *California Management Review*, que afirma que os trabalhadores mais velhos têm esquemas mentais inflexíveis e são avessos ao risco, além de simplesmente não terem a mesma energia física necessária para enfrentar as exigências atuais da vida no local de trabalho flexível.

Outra colocação preconceituosa, feita por um executivo, é mencionada por Sennett (1999, p. 110):

se você tem mais de quarenta anos não pode mais pensar e depois dos cinquenta os patrões acham que você está liquidado. (...) Tanto na Inglaterra, quanto nos Estados Unidos, a taxa de demissão involuntária dobrou nos últimos vinte anos para os homens na casa dos quarenta e início dos cinquenta anos.

Estes exemplos servem para representar bem o tipo de preconceito que tem sido relacionado às atribuições predominantes no novo capitalismo: de associação da flexibilidade à juventude e de rigidez à meia-idade. Tais preconceitos servem de motivo para que os trabalhadores mais velhos sejam encarados como um grupo de candidatos fáceis à demissão durante a reengenharia da empresa.

Atrair a rigidez à idade (SENNETT, 1999, p. 111) também serve para explicar grande parte da pressão que as empresas hoje exercem sobre os executivos para se aposentarem quando chegam a idades mais avançadas, a partir de 55 anos, mesmo que mentalmente este possa ser o apogeu da sua capacidade produtiva de gestão e administração.

Os preconceitos contra a idade parecem ter um significado pessoal para o trabalhador de que a experiência à medida que é acumulada vai perdendo valor. É como se com a passagem do tempo as qualificações e aptidões dos mais velhos fossem erodindo e eles desqualificando-se: a sua experiência não impõe respeito.

Outrossim, a apreensão e a ansiedade pessoal está intimamente ligada ao novo capitalismo, pois este regime flexível desconsidera o tempo para o desenvolvimento de novas aptidões, concentrando-se na capacidade imediata. Dessa forma, as pessoas sentem falta de relações humanas constantes e objetivos duráveis.

### **3 TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DOS ANOS 1980 E 1990**

No pós Segunda Guerra Mundial verificava-se um processo de migração de trabalhadores do setor informal para o formal (ocupações assalariadas com carteira assinada), devido ao avanço do processo da industrialização voltada para o atendimento do mercado interno. A partir da década de 1980, essa dinâmica é rompida em função de fatores externos e internos à economia brasileira. O segundo choque do petróleo e a alta dos juros internacionais se somaram à crise fiscal que limitou a capacidade do Estado de intervir na economia estabelecendo o processo de esgotamento da industrialização brasileira por substituição de importações.

Os anos 1980 foram considerados uma década perdida em razão da generalização das crises fiscal e política, assim como a persistência de altas taxas de inflação que influenciaram a estagnação econômica do país no período. O fenômeno de expulsão de trabalhadores do setor formal a partir desse momento intensifica a discussão sobre o desemprego no país.

Na década de 1990 a situação é agravada, pois a expulsão de mão-de-obra do setor formal da economia passa a ocorrer de forma cada vez mais prolongada em decorrência do processo de reestruturação produtiva. O processo de redução da participação dos assalariados no total das ocupações (desassalariamento) do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1990 acaba sendo reforçado pela falta de alternativas de trabalho para o trabalhador que perde o seu emprego. Quanto a esse aspecto, Dedecca (1998, p. 111) considera:

(...) a falta de perspectiva de reconquista da condição de assalariado faz com que trabalhadores desempregados acabem migrando para o setor informal. Assim, o atual determinante da informalização do mercado de trabalho decorre do enfraquecimento do setor formal, sendo menos determinado pelo menor crescimento demográfico e pela migração.

Além de ter redução do setor formal, a economia brasileira passa por uma abertura econômica irrestrita que acaba afetando diretamente o nível de emprego industrial, além do mercado de trabalho em geral. As causas deste movimento são os objetivos de adequação ao processo de globalização e reinserção na economia internacional, com a adoção da política neoliberal e de estratégias de elevação da rentabilidade do capital como a reestruturação produtiva intensificada a partir dos anos 1990.

Este processo caracteriza-se pela transferência de postos de trabalho industriais para os setores de serviços, construção civil e comércio. O setor financeiro também sofre alterações, visto que passa por um processo acelerado de automação dos serviços bancários que é responsável pela destruição de muitos postos de trabalho. O setor público, que constitui outro pólo de geração de empregos formais, também sofreu retração de postos de trabalho ao longo dos anos 1990 devido à imposição de regras rígidas nos gastos públicos e de flexibilizações na legislação para facilitar a demissão de trabalhadores.

Nos anos 1990, verifica-se a presença de um desemprego estrutural, resultante de um mercado de trabalho heterogêneo. Segundo Pochmann (1998), esse mercado seria composto de segmentos modernos/organizados (homogêneos e gerados por empresas tipicamente capitalistas) e atrasados/não organizados (heterogêneos, cuja organização não assume característica tipicamente capitalista).

Pochmann (1999) retoma a abordagem sobre a evolução de segmentos organizado e não-organizado para avaliar as mudanças no movimento geral de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e exemplifica o último segmento em duas categorias:

- (I) Atividade mercantil simples, que não se utiliza do assalariamento permanente, tais como as empresas familiares, os trabalhadores por conta própria (fundamentalmente autônomos), pequenos prestadores de serviços e serviço doméstico (trabalho a domicílio, trabalho por peça, vendedores ambulantes, biscateiros, cuidadores de carros, engraxates etc.).
- (II) Atividade pseudocapitalista, que inclui empresas que, embora utilizando mão-de-obra assalariada, não operam segundo a lógica da taxa de lucro nem se subordinam ao capital na manutenção e reprodução das unidades de prestação e de produção.

As taxas de desemprego mais que dobraram da década de 1980 para a década de 1990, independentemente das diferenças regionais registradas, em função do crescimento menos do que proporcional das ocupações em relação à população economicamente ativa (PEA). Essa situação foi generalizada para o país e muito acentuada entre os dez anos que separam estes períodos, conforme pode ser observado na tabela 1.

**Tabela 1 – Taxas de ocupação, de desocupação aberta e de assalariamento, segundo grandes regiões, 1989 e 1999**

	Anos		(Em %)
Grandes regiões	1989	1999	Variação %
Taxa de Ocupação (Ocupados/PEA)			
Região Norte	96,9	79,6	-17,8
Região Nordeste	96,8	70,7	-27,0
Região Centro-Oeste	97,5	80,6	-17,2
Região Sudeste	96,8	82,4	-14,9
Região Sul	97,6	76,0	-22,1
Total	97,0	77,8	-19,8
Taxa de Desocupação aberta (Desocupados/PEA)			
Região Norte	3,1	12,5	301,2
Região Nordeste	3,2	10,2	213,7
Região Centro-Oeste	2,5	10,6	316,6
Região Sudeste	3,2	12,0	273,8
Região Sul	2,4	9,5	293,9
Total	3,0	11,0	264,3
Taxa de assalariamento (Empregados assalariados/PEA)			
Região Norte	65,4	34,7	-47,0
Região Nordeste	52,8	31,1	-41,1
Região Centro-Oeste	66,5	41,5	-37,5
Região Sudeste	72,6	46,8	-35,5
Região Sul	56,9	40,7	-28,5
Total	64,0	40,5	-36,7

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração própria.

Nota: Devido à mudança metodológica da PNAD na década de 1990, na qual o conceito de trabalho foi ampliado, os dados de ocupados do ano de 1999 foram ajustados para tornarem-se compatíveis com os do ano de 1989. Assim, foram desconsiderados dos ocupados os não-remunerados, os trabalhadores na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso. Estes foram excluídos também da PEA, não se levando em consideração a possibilidade de procura por trabalho para estas três categorias.

A variação do nível de emprego formal é bastante diversa, conforme as regiões examinadas (tabela 2). Com rigor, a região Sudeste, a despeito de possuir o maior estoque de empregos formais, foi a única que reduziu postos de trabalho nos dez anos compreendidos pelo período de 1989 a 1999. A Região Centro-Oeste, por sua vez, destacou-se com o maior incremento, de 34,8%. Entretanto, o impacto do crescimento de empregos formais nessa última região deve ser relativizado, visto que ela também é detentora do segundo menor nível de empregos formais do país, além de revelar-se, juntamente com o Norte e Nordeste, como as regiões de maior peso no desassalariamento do país, como pode se observar na tabela 1.

**Tabela 2 – Estoque de empregos em 31/12, segundo regiões naturais 1989 e 1999**

Grandes regiões	Estoque de empregos em 31/12		Variação %
	1989	1999	
Região Norte	915.582	1.032.152	12,7
Região Nordeste	3.778.945	4.181.788	10,7
Região Centro-Oeste	1.419.897	1.914.628	34,8
Região Sudeste	14.159.286	13.456.706	-5,0
Região Sul	4.212.858	4.407.992	4,6
Total	24.486.568	24.993.265	2,1

Fonte: RAIS trabalhadores/Ministério de Trabalho e Emprego – MTE. Elaboração própria.

### 3.1 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DESEMPREGO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

O Brasil viveu a partir da década de 30 um intenso processo de industrialização por substituição de importações que marcou o incremento da produtividade das empresas e da participação do setor secundário na economia, possibilitando um intenso crescimento do PIB em um contexto de urbanização e incorporação de crescentes contingentes de trabalhadores ao regime assalariado. (BONELLI, 1996; SUERDIECK, 2000)

Embora esse processo tenha sido benéfico do ponto de vista econômico, foi realizado em detrimento de uma efetiva repartição social dos benefícios, com a manutenção do histórico padrão de alta concentração da renda e desigualdades sociais. Não obstante, este cenário foi favorável para o mercado de trabalho, pois havia um processo de assalariamento crescente no país, com a ampliação dos empregos formais. Por volta de 1930, o desemprego era relativamente homogêneo, atingindo mais intensamente segmentos específicos do mercado de trabalho, localizados em parcelas da população em idade ativa (PIA) historicamente mais fragilizada, no caso, os jovens, mulheres, negros, pessoas analfabetas e com pouca experiência profissional.

A partir de 1990, contudo, configurou-se uma expressiva alteração na sua composição, resultado tanto da pressão exercida pela mão-de-obra que ingressa anualmente no mercado de trabalho quanto pelo comportamento mais geral da economia. Essa disseminação do desemprego no Brasil implicou sua difusão por todos os estratos sociais, contribuindo para que o mesmo se tornasse mais heterogêneo e complexo. Casos até então inusitados podem ser observados pelos dados da PED, no período entre os anos de 1989 e 1999. (POCHMANN, 1999).

O primeiro caso se refere aos incrementos acentuados de 226,7% na forma oculta de desemprego por trabalho precário. Isto revela o crescimento das atividades precárias (irregulares e descontínuas) associadas à busca por trabalho que resultam numa insuficiência da renda para possibilitar uma sobrevivência digna com o acesso a serviços de educação, saúde, habitação e saneamento básico. Outra situação, incomum até então, foi a ampliação expressiva do desemprego entre as pessoas de idade mais avançada (40 anos ou mais). O desemprego nesta faixa etária destacou-se pelo incremento de 251,4%, superando os demais grupos da PIA, inclusive jovens (132,8%). (PED *apud* POCHMANN, 1999)

A alteração do perfil do desemprego brasileiro insere-se em um contexto marcado pela intensificação do acirramento competitivo e financeirização do sistema capitalista que tem sido considerado pela maioria dos autores como uma nova etapa do processo de acumulação do capital. A “Terceira Revolução Industrial e Tecnológica” também integra essa nova fase e é percebida por profundas mudanças como a reestruturação produtiva, o desenvolvimento e uso de novas tecnologias de base microeletrônica, a adoção de novos modelos de organização e de gestão empresarial e da mão-de-obra. (BORGES, 1993).

Tais modificações afetam negativamente toda a estrutura socioeconômica e o mercado de trabalho. Resultam num aumento significativo do desemprego geral por meio da mudança setorial de composição relativa da população ocupada, com o aumento da demanda por trabalho no setor terciário em detrimento dos setores primário e secundário. Esta mudança no perfil do emprego favorece a permanência de altas taxas de desemprego e a deterioração das condições e relações de trabalho. (POCHMANN, 1999; MATTOSO, 2000).

A maioria dos estudos nos anos 1990 levam em consideração estas mudanças no mercado de trabalho, sendo consensual a gravidade que esta elevação do desemprego representa. Contudo, não há unanimidade de diagnósticos e soluções propostas para o problema na literatura, sendo comum, além disso, haver divergências sobre as suas causas mais recentes no Brasil.

Enquanto em alguns estudos o emprego é visto como expressão do funcionamento restrito do mercado de trabalho, em outros há uma compreensão mais ampla de que este representa uma variável subordinada ao processo de acumulação do capital. Aqui, adota-se a visão de que o desemprego é um fenômeno intrínseco ao processo de acumulação do capital já que o uso pleno e prolongado da força-de-trabalho não constitui uma regra geral de funcionamento das economias de mercado. Um exemplo disso é o fato de o desemprego, no período recente, ter se expandido também nos países capitalistas avançados.

O aumento do desemprego em todo o mundo, inclusive nos países desenvolvidos, ocorre concomitantemente ao acirramento da concorrência nas relações interpessoais, entre as firmas e economias, criando a necessidade de acompanhamento dos desdobramentos socioeconômicos desses fenômenos. Conforme mencionado, vários autores estão discutindo a questão do desemprego, pois “(...) a falta de bons empregos — de empregos que pagam e oferecem estabilidade, perspectivas de carreira, seguro-desemprego, seguro contra acidentes, enfermidades,

velhice e morte — é sentida em praticamente todos os países desenvolvidos e subdesenvolvidos”. (SINGER, 1996).

### 3.2 DIAGNÓSTICOS PRINCIPAIS SOBRE O DESEMPREGO NA DÉCADA DE 1990

Entre as diversas causas atribuídas para o intenso aumento do desemprego no Brasil durante a década de 1990, destacam-se: 1) a baixa qualificação dos trabalhadores; 2) a busca por competitividade empresarial; 3) as baixas taxas de crescimento da economia brasileira, concebidas a partir do Plano Real e 4) as implicações das diferenças metodológicas na medição do desemprego.

Os dois primeiros motivos (baixa qualificação dos trabalhadores e busca por competitividade empresarial) são de ordem mais geral e podem ser usados para tentar explicar a expansão do desemprego também em escala mundial. Por outro lado, as duas últimas razões (baixo crescimento da economia decorrente do Plano Real e implicações das diferenças metodológicas na medição do desemprego) são específicas ao caso brasileiro e reiteram a necessidade de adotar-se distintas medidas de enfrentamento para o desemprego. De modo geral, todas estas causas são conseqüências dos processos de globalização e reestruturação produtiva, bem como da adoção da política econômica de cunho neoliberal.

#### 3.2.1 A baixa qualificação do trabalhador

Particularmente, a baixa qualificação do trabalhador tem sido usada como uma explicação para a condição de desemprego, constituindo-se em uma tentativa de direcionar a responsabilidade do desemprego ao próprio indivíduo que se encontra em tal situação. Assim, a escolaridade desempenharia um papel restritivo à inserção ocupacional do trabalhador quando este tivesse menores graus de instrução. Em verdade, a educação está sendo cada vez mais exigida pelas empresas como um instrumento de medida condicional para o pleito por um trabalho, constituindo-se em um importante atributo adquirido para o trabalhador.

Entretanto, a escolaridade adquirida pela força-de-trabalho não garante, isoladamente, o emprego nem a obtenção de maiores rendimentos ou maior mobilidade funcional. Geralmente, o trabalhador com maior grau de escolaridade tem melhor chance no mercado, auferindo rendimentos mais altos e tendo maior mobilidade funcional, mas esta não é uma regra automática. Isso porque aumentar a qualificação visando tornar maior a “empregabilidade” da mão-de-obra é uma iniciativa limitada, pois esbarra no nível de

emprego geral da economia, que depende do cenário macroeconômico vigente. (SANTANA, 1999; MENDONÇA, 1999).

Neste sentido, apesar de reconhecer que o baixo nível de escolaridade do trabalhador interfere negativamente sobre a sua capacidade de inserção no mercado de trabalho, possuir graus de instrução maiores não é garantia de se manter empregado nesse atual contexto. Uma prova disso está na ampliação da participação relativa daqueles que possuem maior escolaridade no total do desemprego, revelada por dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). No período de 1989 a 1999, os desempregados com mais de 11 anos de estudo registraram a mais elevada taxa de crescimento (133,3%) em relação aos que possuíam menores graus de escolaridade. (PED *apud* POCHMANN, 1999)

Nos anos 1990, o nível da demanda agregada foi restringido pela política econômica adotada pelo governo de juros altos, arrocho salarial, baixos investimentos externos no setor produtivo e reduzidos gastos públicos. Conseqüentemente, o mercado de trabalho refletiu essas medidas através da redução das oportunidades de emprego da economia como um todo. A escolaridade, portanto, quando dissociada de uma política que fomente a atividade produtiva não consegue garantir que o trabalhador não fique desempregado.

Os empresários explicam o desemprego pela excessiva quantidade de trabalhadores com baixa qualificação e, principalmente, pelo elevado custo de geração de empregos em razão da rigidez nos contratos de trabalho e da proteção (garantias legais ou acordos sindicais) dados ao trabalhador. Visto sob esta ótica, estes atributos constituem um obstáculo para a geração de empregos por tornar o mercado de trabalho rígido demais. Neste sentido, propõe-se que a produção seja racionalizada e que se faça intensa flexibilização da legislação que regula o trabalho, visando a redução dos custos empresariais, sobretudo com mão-de-obra. Essa iniciativa seria uma das estratégias das empresas para tornar-se mais competitivas em um cenário de abertura indiscriminada do comércio e do setor financeiro da economia brasileira<sup>8</sup>, iniciado nos anos 1990. (AQUINO, 1998; MATTOSO, 2000).

Justificar o menor nível de emprego na economia em razão da baixa escolaridade do trabalhador e de fatores de natureza interna ao funcionamento do mercado de trabalho

<sup>8</sup> Esse processo de abertura da economia, iniciado no Governo Collor, foi indiscriminado por não ter como contrapartida o estabelecimento de uma Política Industrial delineando um modelo de desenvolvimento nacional que orientasse a inserção competitiva dos diversos setores durante a abertura comercial. (Suerdieck, 2001)

(ligados aos direitos e garantias do trabalhador), entretanto, consiste numa visão microeconômica do problema. Esta argumentação, usada pelos que defendem um mercado de trabalho flexível, contrapõe-se a abordagens críticas que incorporam a lógica mais ampla de funcionamento do sistema capitalista moderno, onde processos como a globalização, a reestruturação produtiva e o neoliberalismo são identificados como os agentes estruturais de geração do desemprego.

A inconsistência da proposta de flexibilização do mercado de trabalho para redução do desemprego é comprovada quando observada a manutenção (e até elevação) dos altos níveis de desemprego nos países europeus e latino-americanos mesmo com a redução do poder de compra dos salários (diferenciando seus valores entre adultos e jovens), corte dos encargos sociais e/ou retirada de barreiras à demissão da mão-de-obra. (POCHMANN, 1999).

### **3.2.2 A busca por competitividade das empresas**

O processo atual de globalização intensificou a competitividade em termos mundiais fazendo com que as corporações tentassem aumentar sua competitividade principalmente por meio da redução dos custos do trabalho. Essa postura vem atingindo os trabalhadores de maneira adversa, com a crescente pressão por redução dos custos do trabalho nos países provocando uma diminuição dos benefícios sociais e transferido o ônus da sustentação do sistema previdenciário para os trabalhadores.

Segundo Coutinho (1992), a automação integrada flexível constitui-se em um elemento de extrema importância para as transformações em curso no paradigma de produção industrial das empresas. A vigorosa expansão do complexo eletrônico tem contribuído para transformar as estruturas e estratégias empresariais, representando outra medida responsável pela revolução do processo de trabalho.

O notável avanço da telecomunicação intimamente relacionada à informática tem permitido que as grandes estruturas empresariais consigam estabelecer redes dinâmicas de informação, possibilitando a elas gerir e coordenar suas operações (vendas, compras, estoques, logística, finanças, produção) eficientemente. Esta mudança é fundamentalmente refletida no desenvolvimento de novas formas flexíveis de produção, promovendo novos arranjos globais em contrapartida às tradicionais estruturas organizacionais das empresas.

Assim, privilegia-se uma organização capitalista flexível no sentido de tornar-se capaz de

aprender e ajustar-se à constante competição por qualidade e diferenciação dos produtos, adequando a produção para conseguir economia de custos e eficiência. Busca-se, portanto, racionalizar o processo produtivo, garantindo economias de escala sem que haja qualquer espécie de perda das economias de escopo. O sentido da reestruturação produtiva está na suplantação do paradigma taylorista-fordista<sup>9</sup> por um novo modelo que exige uma força de trabalho polivalente, apta a interagir com um sistema de automação flexível, vindo daí a exigência de que o perfil dos trabalhadores compreenda níveis médios muito mais elevados de qualificação. (COUTINHO, 1992).

Este processo global tem tido repercussões distintas entre os diversos países. Inicialmente, nos países desenvolvidos, houve um movimento das multinacionais por redução dos postos de trabalho nos mercados locais e expansão do emprego nos países subdesenvolvidos em busca de menores salários. Nos países subdesenvolvidos, por outro lado, este processo tem contribuído para a reconfiguração do papel e das funções de suas economias, tornando-as mais vulneráveis devido à subordinação cada vez maior em relação às condições globais e dependência aos fluxos de capitais externos.

A ampliação do comércio internacional também intensifica a mudança no caráter da divisão internacional do trabalho, implicando duas situações. Nos países subdesenvolvidos, há uma tendência de elevação da produção intensiva em trabalho e com baixo valor agregado, ao contrário dos países desenvolvidos onde permanece a produção intensiva em capital e com maior valor agregado. A manutenção desta divisão internacional do trabalho é nitidamente favorável aos países desenvolvidos, pois reduz o poder e a autonomia dos Estados Nacionais menos desenvolvidos, exercendo impacto sobre a tomada de decisões e formulação de políticas públicas destes últimos. (ARAÚJO, 2001).

Neste contexto, a economia brasileira buscou acompanhar as principais mudanças do capitalismo internacional ao longo da década de 1990 por meio da reestruturação de seu sistema produtivo. As mudanças que se desenvolveram com mais intensidade neste período foram: 1) intensificação do comércio internacional; 2) desregulamentação e internacionalização do mercado financeiro; 3) revolução tecnológica nos transportes, nas comunicações e no processo de transmissão de informações e 4) crescente investimento

<sup>9</sup> Conjunto de métodos de racionalização da produção caracterizados por: divisão do trabalho individual e especializada, fragmentária e de tarefas repetitivas e produção de massa, verticalizada, visando a redução dos custos e o desenvolvimento máximo da produtividade de cada trabalhador.

externo realizado pelas grandes empresas multinacionais (transnacionais).

Decerto estas grandes transformações contribuíram para a crescente integração da economia brasileira a um cenário global competitivo, liderado pelos países avançados. Deste modo, uma série de obstáculos e oportunidades são impostos pelo quadro mundial à competitividade da economia brasileira.

Coutinho e Ferraz (1994) identificam quatro principais razões inter-relacionadas que explicam a forma multiplamente desfavorável como o país foi afetado pelas transformações concernentes à intensa difusão tecnológica e crescente integração global em curso.

A primeira razão consistiu na crise do endividamento durante a década de 1980, responsável pelo atraso da conexão do país ao mercado financeiro internacional e conseqüentemente de sua participação na globalização financeira. Esta crise repercutiu sobre o Estado reduzindo sua capacidade de regulação e organização das finanças. Isto provocou a instabilidade inflacionária e o afastamento dos investimentos externos de risco que constituíram outro fator adverso para a integração do Brasil no processo de internacionalização financeira, comercial e tecnológica.

Estes fatores colaboraram para que a economia brasileira perdesse dinamismo, dificultando as exportações brasileiras para os países desenvolvidos. Conseqüentemente, houve uma defasagem na absorção das tecnologias de produção (organizacionais, de melhorias dos processos produtivos já existentes) e de inovação (criação de novos produtos, serviços e processos de produção), nivelando por baixo a posição do país no comércio internacional.

Por fim, como quarta causa de comprometimento da competitividade brasileira, apresenta-se a ampliação das disputas comerciais em paralelo ao crescimento cada vez mais agressivo de pressões unilaterais (em especial exercidas pelos EUA), razões que reduziram os graus de liberdade das políticas nacionais de desenvolvimento.

Tendo em vista estes elementos restritivos, o Brasil promoveu a desregulamentação e internacionalização financeira por meio da desintermediação e permitindo a entrada de capitais externos no controle dos bancos nacionais, uma integração passiva e subordinada ao processo de expansão dos conglomerados financeiros internacionais.

Neste contexto, desenvolvem-se diversas estratégias de aumento da competitividade que,

dentre as mais prejudiciais aos trabalhadores, citam-se a introdução de novas técnicas de produção e gestão da mão-de-obra, a flexibilização das relações de trabalho e a exigência de trabalhadores mais qualificados. Nessa perspectiva, as chances de inserção ocupacional das pessoas com menor grau de escolaridade tem sido reduzidas em vista das condições atuais de funcionamento do mercado de trabalho, que apresenta uma crescente demanda por níveis maiores de instrução formal dissociada do fortalecimento de um sistema de ensino público de qualidade que apoie o trabalhador.

As novas exigências quanto à qualificação do trabalhador e à forma como a sociedade é conduzida (através de decisões dos diversos atores econômicos, sociais e políticos sobre quais inovações tecnológicas devem ser introduzidas) são fatores que contribuem para as alterações em curso na situação ocupacional dos trabalhadores, marcada pela precarização do emprego e geração de desemprego em massa.

De acordo com essa concepção, a precariedade é definida como o “produto de uma vontade política e não de uma fatalidade econômica”. Segundo Bourdieu (1997), a generalização da precariedade está ocorrendo no mundo do trabalho, tendo efeitos nos planos privado/público e exerce influência sobre o trabalhador, tanto de forma direta (impedindo as mobilizações) quanto indiretamente (pelo medo suscitado pela insegurança causada por métodos de precarização, como a flexibilidade). Dito de outra forma: “a precariedade afeta profundamente qualquer homem ou mulher expostos a seus efeitos; tornando o futuro incerto, ela impede qualquer antecipação racional e, especialmente, esse mínimo de crença e de esperança no futuro que é preciso ter para se revoltar, sobretudo coletivamente, contra o presente, mesmo o mais intolerável”. (BOURDIEU, 1997, 120).

### **3.2.3 As baixas taxas de crescimento da economia brasileira concebidas a partir do Plano Real**

O Plano Real foi implementado em 1994, no final do governo Itamar Franco, no qual o futuro presidente Fernando Henrique Cardoso era Ministro da Fazenda, e representou a consolidação de uma política econômica de natureza neoliberal, que já vinha sendo introduzida no Brasil a partir do governo Collor através de diversas medidas, sendo a abertura da economia e as privatizações as de maior visibilidade.

Fundamentalmente, o objetivo do Plano Real era o controle da elevada inflação que acometia o país. Com esta perspectiva, as decisões que envolveram a sua condução implicaram em uma

série de efeitos sobre os principais indicadores macroeconômicos: a inflação, o balanço de pagamentos, as finanças públicas, o Produto Interno Bruto (PIB) e o emprego. (FILGUEIRAS, 1999 e 2000)

Apesar do sucesso registrado no controle inflacionário, efetivamente perceptível pela estabilização monetária, o mesmo não se obteve em relação aos demais indicadores ao longo dos dois mandatos de FHC (1994/1998 e 1999/2002), pois a contrapartida foi negativa. Em linhas gerais, os impactos do rígido controle dos preços sobre o balanço de pagamentos foram drásticos. Elevando sobremaneira os déficits da balança comercial e potencializando a evolução negativa do saldo da balança de serviços, possibilitou-se que a conta de transações correntes registrasse um déficit muito elevado, mesmo com o aumento do saldo das transferências unilaterais. Esse déficit na conta de transações correntes do país foi tão grande a ponto de comprometer o resultado final do balanço de pagamentos, tornando este último também altamente deficitário. (FILGUEIRAS, 1999)

Vale ressaltar que os indicadores macroeconômicos em questão se relacionam, gerando uma influência mútua. Assim, o acentuado saldo negativo da conta de transações correntes tornou a economia brasileira mais vulnerável externamente. As taxas de juros foram elevadas na tentativa de atrair capitais especulativos e intensificou-se o programa de privatizações visando a aquisição de investimentos externos diretos. Essas ações de política econômica tiveram como objetivo tentar reduzir os desequilíbrios do balanço de pagamentos e fazer frente aos compromissos do país, dentre os quais, o pagamento dos juros da dívida destaca-se como um dos mais importantes para o governo vigente, atendendo aos acordos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Entretanto, esses dois procedimentos produziram danos que se generalizaram nas finanças públicas, no PIB e no emprego nacionais. Em primeiro lugar, a combinação dos juros elevados mais as privatizações indiscriminadas repercutiram duplamente de forma negativa sobre as finanças públicas, pois as taxas de juros altas tornaram maior o encargo da dívida externa e através do patrimônio estatal privatizado reduziu-se o campo de atuação do Estado, tornando-o cada vez mais endividado e logo mais fragilizado, vulnerável e dependente dos fluxos de capitais externos.

Coutinho e Ferraz (1994, p. 78) recomendam precaução na reconexão do país aos circuitos financeiros internacionais, pois:

O fácil acesso a novos recursos externos pode ser extremamente positivo para suportar investimentos, por isso, pode auxiliar a estabilização. Mas pode, também, dependendo da opção de política macroeconômica, constituir-se em fator de sobrevalorização sustentada da taxa de câmbio, com forte redução do saldo da balança comercial sendo compensada pela entrada de capitais.

Com efeito, o caso brasileiro assemelha-se justamente a essa segunda possibilidade de reconexão, pois de acordo com Coutinho e Ferraz (ibidem) este processo viabilizaria a estabilidade por algum tempo, contudo, teria como contrapartida um considerável desajuste industrial e comercial. Do ponto de vista setorial, foi o que aconteceu no mercado de trabalho com os setores de indústria e comércio e ademais, a própria impossibilidade de manutenção dessa política a longo prazo confirmam que realmente faltou cautela na condução e nas escolhas realizadas durante o Plano Real.

Finalmente, chega-se aos efeitos da manutenção das elevadas taxas de juros sobre o PIB e nível de emprego na economia. Com esta política desestimula-se o crescimento da produção, pois os investimentos produtivos ficam menores, tornando baixas as taxas de crescimento da economia, identificadas em diversos estudos como as menores de todo o século XX, configurando como o pior desempenho econômico já registrado, com uma taxa média de crescimento do nível de atividade econômica em torno de 1,5% a.a. Conseqüentemente, comprova-se que a política de estabilização monetária inserida no modelo econômico do governo de FHC foi conduzida de maneira a comprometer o crescimento econômico sustentado.

O baixo crescimento econômico, por sua vez, é refletido no mercado de trabalho afetando diretamente o nível de emprego. Este é reduzido ou cresce muito lentamente e evidentemente há o crescimento sistemático das taxas de desemprego, que se mantém em um patamar elevado configurando o caráter estrutural dessa mudança. Há um consenso na literatura de que a ausência de um crescimento econômico sustentado prejudica a situação do mercado de trabalho. Não resta dúvidas de que, na década de 1990, a deterioração do mercado de trabalho, explicitada principalmente pela generalização do alto desemprego e pela precarização das ocupações está intimamente relacionada ao tipo de política de cunho neoliberal executada.

A esse respeito Filgueiras (1999, p. 12) considera que “a estabilização monetária conseguida pelo Plano Real, com base numa ampla abertura da economia e na sobrevalorização do Real, implicou uma profunda instabilidade macroeconômica”.

Ainda referindo-se aos impactos do Plano Real sobre o mercado de trabalho, Borges (2000, p. 93) afirma: “todas essas mudanças são conseqüências diretas tanto de transformações estruturais do capitalismo como do modelo de gestão da economia brasileira adotado a partir de 1990”.

Não obstante os inúmeros efeitos danosos causados para a sociedade brasileira, a imagem assimilada em função da massificação da mídia sobre o Plano Real, calcada na redução da inflação acabou por propiciar a FHC reeleger-se ao final de seu primeiro mandato, dando continuidade a essa lógica até o ano em que concluiu a sua administração.

### **3.2.4 Implicações das diferenças metodológicas na medição do desemprego**

Parte da discussão recente a respeito do desemprego no Brasil compreende a postura adotada pelo Governo diante do desemprego. O Governo FHC sustentava politicamente um discurso que minimizava a dimensão do desemprego no país, utilizando taxas de desemprego da PME que são sistematicamente menores que a PED por razões metodológicas. A consideração então feita pelo governo de que o desemprego no país era baixo e sua identificação como um fenômeno homogêneo, composto unicamente pelo desemprego aberto, dificultava o enfrentamento do problema do crescimento do desemprego e da geração de empregos no Brasil.

Essa visão só é consistente em países dotados de um sistema de seguro-desemprego que financie os custos no período de procura de um novo emprego porque diante dessa situação o desempregado pode demorar mais tempo até encontrar um trabalho no setor formal. Para o Governo FHC, o problema do desemprego brasileiro residia na baixa qualidade do emprego gerado, em grande maioria no setor de serviços.

Como bem ressalta Dedecca (1998), reconhecer o desemprego enquanto fenômeno heterogêneo é condição necessária e relevante para a implementação de políticas públicas adequadas de geração de emprego. Para isso, a composição do desemprego deve abordar uma quantidade mais ampla de indicadores, sendo o desemprego aberto (ausência de trabalho no período de referência e procura efetiva no mercado) apenas uma de suas formas de manifestação. Outras formas relevantes que devem ser consideradas seriam as diversas manifestações do desemprego oculto, no caso, o exercício de formas precárias de ocupação, com busca por trabalho ou disponibilidade para trabalhar com ausência de procura por trabalho em razão de desalento.

Segundo Mattoso (2000), a escolha de medir o desemprego apenas considerando o conceito de desemprego aberto é parcial, pois não há uma definição clara de limites entre as situações de desemprego, ocupação e inatividade no Brasil devido ao caráter heterogêneo, dinâmico e pouco estruturado de seu mercado de trabalho. A gravidade desta deliberação é reforçada pela reestruturação produtiva que o país iniciou mais intensamente nos anos 1990, com implicações em seu mercado de trabalho, tornando as relações e condições de trabalho mais flexíveis e precárias. Conseqüentemente, neste contexto, o mercado de trabalho brasileiro tem acentuado ainda mais o seu traço de heterogeneidade e ampliado a sua desestruturação, sendo relevante, portanto, afirmar:

Menor significado tem ainda o desemprego aberto em um país onde um trabalhador desempregado, sem seguro-desemprego apropriado ou suficiente oferta de emprego, é obrigado, como estratégia de sobrevivência, a aceitar sucessivas tarefas precárias, descontínuas e de curta duração ou, por desalento, não buscou emprego nos sete dias anteriores à pesquisa. (MATTOSO, 2000, p. 12)

A partir de 2001, o IBGE buscou modernizar a PME para que a pesquisa passasse a contemplar as intensas e profundas transformações por que passou e vem passando o mercado de trabalho brasileiro. Assim, o novo questionário foi concebido através de uma revisão metodológica e processual completa, tendo em vista a captação mais adequada das características do trabalhador e de sua inserção no sistema produtivo e desde janeiro de 2003 os dados da PME estão sendo sistematizados e divulgados com a nova metodologia<sup>10</sup>.

**Tabela 3 – Taxas médias anuais de desemprego  
RMS, 1998-2003**

Anos	Taxas médias anuais de desemprego	
	Total (PED)	Total (PME)
1998	24,7	9,8
1999	27,5	10,6
2000	26,8	10,6
2001	27,3	9,7
2002	27,3	8,7
2003*	28,6	13,5

Fonte: PME/IBGE e PED/SEADE/DIEESE/SEI/FCE – UFBA. Elaboração própria.

(1) PED

(2) PME: 2003 = nova metodologia.

\* média janeiro – junho.

Pode-se observar na tabela 3 que as taxas de desemprego medidas pela PED representam mais que o dobro das registradas pela PME, devido a composição da taxa da primeira pesquisa

<sup>10</sup> Sobre as mudanças ocorridas na PME ver Suerdieck, F. et alii (2003).

conter além do desemprego aberto, o tipo oculto de desemprego, composto por situações que ocultam o desemprego em atividades precárias e no desalento. Até mesmo na comparação entre as taxas do ano de 2003, quando a PME passou a divulgar novos resultados, baseados na nova metodologia, o desemprego captado pela PED é superior por incorporar as situações precárias e informais tão presentes no mercado de trabalho brasileiro.

Embora a PME tenha ampliado a sua definição de desemprego, a análise comparativa do desemprego entre a PED e PME revela que:

(...) apesar dos avanços conceituais e metodológicos incorporados à nova PME, os limites entre as suas condições de atividade (ocupação, desocupação e inatividade) continuam bastante definidos e excludentes, podendo ser condenáveis pela subestimação excessiva do desemprego em decorrência do tratamento dado às situações de ocupação e inatividade. Sendo assim, essa deficiência na captação do desemprego compromete a codificação da imagem de um mercado de trabalho heterogêneo e pouco estruturado como o brasileiro. (SUERDIECK, F. et al, 2003, p. 31)

## **4 O MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) NOS ANOS 1980 E 1990**

Neste capítulo será feita uma exposição, ilustrada pelos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego — PED e ocasionalmente pelos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD, das especificidades da estrutura produtiva e da dinâmica econômica da RMS nos últimos 20 anos do século XX (décadas de 1980 e 1990). Na sua primeira parte, aborda os elementos estruturais do mercado de trabalho dessa região, comum a ambos os períodos. A seguir, detalha-se a situação do mercado de trabalho durante os anos 1980, esboçando alguns traços gerais que seriam aprofundados nos dez anos seguintes. Por fim, delinea-se as principais mudanças que condicionam a dinâmica da RMS, do ponto de vista dos indicadores de seu mercado de trabalho, ao longo dos anos 1990.

### **4.1 CARACTERÍSTICAS PECULIARES AO MERCADO DE TRABALHO DA RMS**

O mercado de trabalho da RMS, no tocante aos atributos pessoais natos, é majoritariamente composto por trabalhadores negros (conjunto de pretos e pardos), devido ao peso significativo deles na população em idade ativa, cerca de 80%. A participação dos homens ainda é predominante, embora haja uma clara tendência de crescimento da inserção produtiva feminina. Em relação à composição etária, é consensual entre as diversas pesquisas o gradual fenômeno de amadurecimento da população dessa região, decorrente da diminuição do crescimento vegetativo e da ampliação da expectativa de vida. Conseqüentemente, é razoável supor que os indivíduos de faixas etárias mais elevadas progressivamente passem a exercer uma maior pressão sobre o mercado de trabalho.

Além da influência demográfica, as maiores dificuldades impostas aos trabalhadores e o desincentivo institucional (campanhas e programas de erradicação) ao trabalho da criança e do adolescente<sup>11</sup>, podem vir a contribuir para que as pessoas de menor poder aquisitivo e de maior idade (inclusive os de 60 anos ou mais) tenham que buscar inserir-se no mercado de trabalho como estratégia de ajuda na composição da renda familiar.

<sup>11</sup> Iniciativa que expressa responsabilidade social e é de extrema importância para a correção de distorções socioeconômicas, por proporcionar que as crianças e os adolescentes possam brincar e seguir o fluxo escolar de forma compatível com as suas faixas etárias, tornando possível a elas o adequado desenvolvimento intelectual e psicológico.

Alguns outros aspectos podem facilitar a compreensão das particularidades do mercado de trabalho da RMS; e, em particular, a escolaridade representa um importante fator, pois, apesar de existirem cada vez maiores exigências pelo lado da demanda de trabalho por conhecimentos e qualificação obtidos com graus crescentes de escolarização, decorrentes do aumento da educação formal, na década de 1990, 52% da PEA da RMS, no período de 1997/2002, possuía até o ensino fundamental completo, enquanto que apenas 8% tinha o ensino superior completo, segundo os dados da PED, ratificando a baixa escolaridade que possui a força-de-trabalho da região.

A forma como os rendimentos do trabalho são distribuídos revelam outra característica fundamental da RMS. Segundo Guimarães (2003), a RMS concentra cerca de metade do PIB do estado, fato este que confirma o seu papel de destaque em relação às demais regiões econômicas, porém esta região possui um altíssimo grau de desigualdade na distribuição dos rendimentos do trabalho.

A desigualdade na distribuição dos rendimentos é evidenciada pelo número de vezes que os rendimentos médios dos 10% mais ricos superam os dos 40% mais pobres. Assim, de acordo com a Síntese de Indicadores Sociais, em 1999, os rendimentos dos 10% mais ricos eram de R\$ 2.620,79 vis a vis aos R\$ 116,37 auferidos pelos 40% mais pobres, implicando que os primeiros ganhassem o equivalente a 22,5 vezes mais. Esta situação, no início da década de 1990, era relativamente menos desigual, já que os rendimentos dos 10% mais ricos eram 19,1 vezes superiores aos dos 40% mais pobres e revela, portanto, como a tendência da distribuição dos rendimentos na RMS foi concentradora. (GUIMARÃES, 2003).

Finalmente, há uma concentração setorial, com a participação do setor de Serviços sobressaindo-se na estrutura ocupacional da RMS. Esta acentuada especialização setorial exerce forte influência sobre a baixa estruturação do mercado de trabalho metropolitano, na geração de ocupações cujo vínculo seja formal, reforçando, particularmente, o seu caráter heterogêneo e precário. Com base na PED, nos anos finais da década de 1980 (1987/1988), o setor de Serviços respondia por 58% do total de ocupações criadas na RMS e em 1997/2002, 67% das ocupações estavam concentradas neste mesmo setor (um acréscimo de 16%), sendo que do total de serviços registrados no segundo período, 10% diziam respeito aos “serviços domésticos”.

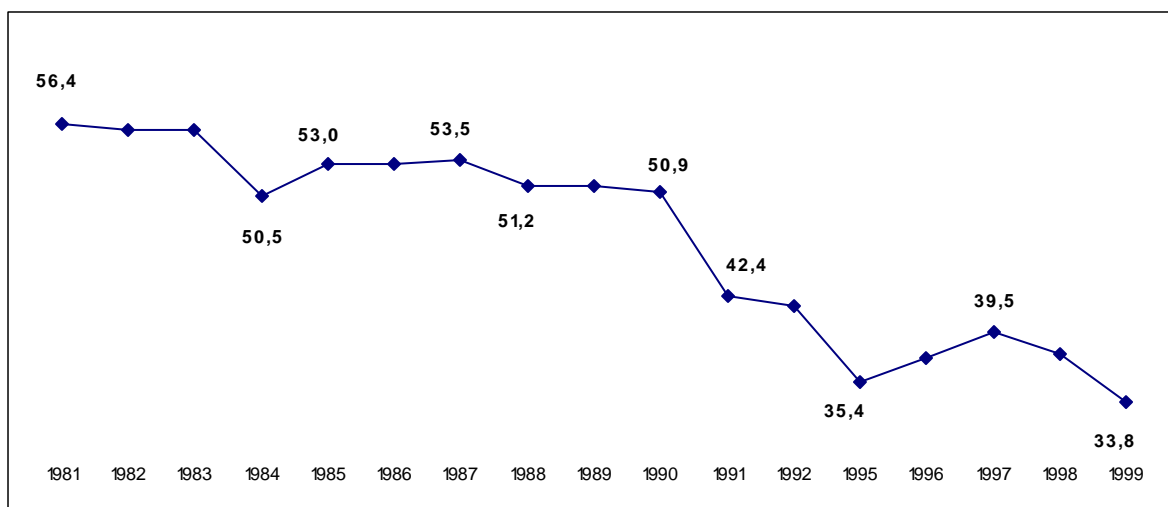
## 4.2 ASPECTOS GERAIS DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS DURANTE OS ANOS 1980

No início da década de 1980, a dinâmica do mercado de trabalho da RMS foi fortemente condicionada pelos empregos decorrentes dos investimentos do Pólo Petroquímico e da Administração pública que acabavam por impulsionar os demais setores de atividade, principalmente Comércio e Serviços. De maneira geral, este período foi marcado pelo crescimento de ocupações precárias, trabalhos por conta-própria e pela maior oferta de mão-de-obra como contrapartida às contratações realizadas. (BORGES; FILGUEIRAS, 1995). Ainda assim, no final dos anos 1980, com base na PNAD, o mercado metropolitano baiano era constituído por uma maior participação dos empregados com carteira assinada frente ao total de ocupados (51,4%).

Em parte, a explicação para o mercado da RMS manter-se estruturado predominantemente no assalariamento formal ao longo dos anos 1980 baseia-se no fato do país ter preservado relativamente o seu mercado de trabalho da competição internacional e das transformações em curso no cenário global neste período. Não obstante, as mudanças que contribuíram para a desestruturação do mesmo foram iniciadas no Governo Collor (1990/1992), com medidas fundamentadas na agenda neoliberal, que implicaram principalmente na abertura irrestrita da economia e no desmonte da estrutura estatal constituída. Uma demonstração clara destes efeitos sobre o mercado de trabalho da RMS pode ser constatada através dos dados da PNAD em 1992, que revelam a eliminação dos postos de trabalho socialmente protegidos ocorrida em todos os setores da economia, com a participação dos empregados com carteira assinada em relação ao total de ocupados passando para 41,5%. Com isso, somente no intervalo dos dois anos do Governo Collor houve uma redução da proporção de empregos formais de 18,5%, tendência que será sistematicamente aprofundada ao longo dos anos 1990, conforme se observa no gráfico 1.

Outros aspectos importantes particularizam a década de 1980, sendo este também um período de crescimento expressivo da taxa de atividade da população metropolitana. Esse movimento explica-se, sobretudo pela maior participação feminina no mercado de trabalho em correspondência com a tendência geral observada em todo o país no período. Entretanto, quando se observa a estrutura setorial da RMS nos anos 1980, verifica-se uma redução acentuada dos empregos com carteira de trabalho assinada em todos os setores de atividade, excetuando-se a administração pública, onde o vínculo era garantido pela estabilidade. Borges

(1993) Apesar da queda generalizada dos postos formais de trabalho salienta-se, novamente, que estes eram hegemônicos no saldo final das contratações do período.



**Gráfico 1 – Participação relativa dos empregados com carteira assinada no total de ocupados da RMS (Em %)**

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração própria.

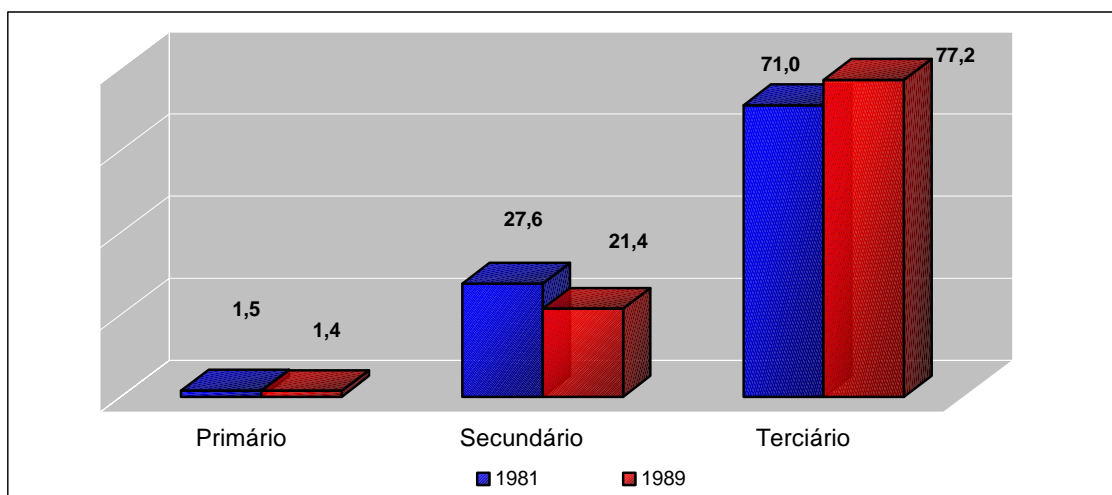
Embora o setor da administração pública não tenha apresentado um comportamento similar aos demais setores, de diminuição significativa do quadro de pessoal, os desdobramentos nele registrados são desestruturantes. Estes se concentram especificamente na redução acentuada dos salários reais, já sendo possível perceber através dos saldos de admissão-desligamento quase nulos ou negativos a estabilidade das contratações no Serviço Público. Esta incapacidade do setor em absorver mão-de-obra sinaliza um esgotamento da demanda de trabalho neste setor. (BORGES; FILGUEIRAS, 1995)

Dentre as mudanças verificadas no mercado de trabalho da RMS durante os anos 1980, pode-se destacar as ocorridas na indústria petroquímica, visto que é o setor industrial que representa a maior parte do valor agregado de tal região. Neste setor observou-se uma intensa eliminação de empregos diretos, que resulta num forte indício dos impactos da reestruturação produtiva em função da intensificação de maquinário e mudanças de gestão da mão-de-obra em seus processos produtivos. A forma como a reestruturação produtiva está sendo praticada nos anos 1980 pode ser responsável, dentre outros fatores, pela modificação da composição setorial intensa e progressivamente desenvolvida na década seguinte, com a concentração da geração de empregos no setor terciário em detrimento do industrial.

Assim, o principal motivo da queda do emprego industrial é o processo de reestruturação produtiva iniciada:

com cerca de 20 mil empregos diretos em meados da década de 1980, apenas nos quatro primeiros anos desta década este setor eliminou, segundo várias estimativas dos sindicatos dos trabalhadores, cerca de metade de seus postos de trabalho.

Isto é ainda mais grave quando são consideradas as informações do próprio sindicato patronal (SINPER) de que o número de empregos diretos caiu de 14.982 para apenas 6.627 com uma redução dos funcionários em menos da metade”. (BORGES & FILGUEIRAS, 1995, p. 30 e 31)



**Gráfico 2 – Distribuição relativa dos ocupados segundo grandes setores de atividade na RMS (Em %)**

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração própria

Ainda concentrando a análise na distribuição dos ocupados por setores de atividade, o que se evidencia no gráfico 2 é uma concentração das atividades ligadas ao setor terciário<sup>12</sup>, que aumenta de 71% para 77,2% entre 1981 e 1989. Por sua vez, o setor secundário respondia, em 1989, por apenas 21,4% da participação dos ocupados e quando comparado com o setor terciário percebe-se o quanto é limitada a oferta de postos de trabalho mais estruturados e de melhor qualidade no mercado metropolitano. Fato este agravado pela tendência sistemática de encolhimento do setor industrial provocada pela reorganização do modo de acumulação fordista, com a introdução de novos métodos gerenciais/organizacionais das relações de trabalho e da produção. Conforme observa Borges (1993), essa “característica é acentuada no período considerado, apesar da implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari, o carro chefe da economia regional”.

A caracterização do mercado de trabalho da RMS através do posicionamento ocupacional de seus trabalhadores ajuda a compreender melhor a complexidade e heterogeneidade pertinentes

<sup>12</sup> Setor de peso historicamente relevante na economia da RMS, sendo um grande absorvedor da mão-de-obra devido a sua capacidade de geração de diversas atividades, muitas delas pertencentes ao mercado informal de trabalho. No atual cenário, de crise do modelo fundamentado nos contratos formais de trabalho, tem sido responsável pela dinâmica do mercado de trabalho da região.

à esta região. Segundo Borges (1993), a participação dos empregados na população ocupada não se altera significativamente ao longo dos anos 1980, passando de 77,1% para 75,2%, o que pode indicar o esgotamento de capacidade da economia em incorporar mão-de-obra sob a forma assalariada. No entanto, a mudança considerada mais importante no mercado de trabalho da RMS refere-se à qualidade dos vínculos empregatícios que demonstra uma acentuada precarização neste período.

A precarização dos vínculos empregatícios refere-se tanto à perda de benefícios e direitos conquistados pelos trabalhadores pelas legislações previdenciária e trabalhista, quanto à redução de rendimentos dos assalariados com carteira assinada. Outro aspecto da precarização, presente durante os anos 1980, se traduz no aumento do emprego acompanhado pelo aumento da proporção de empregados sem carteira assinada em quase todos os setores de atividade.

Quanto ao nível de escolaridade, se observou uma crescente expansão dos níveis mais elevados de escolaridade na RMS ao longo dos anos 1980. Entretanto, o aumento da escolaridade não significou uma mudança qualitativa do mercado de trabalho, do ponto de vista do trabalhador, uma vez que “estes ganhos no nível de escolaridade da população ocupada não têm se traduzido em ganhos proporcionais de renda” (BORGES, 1993, p. 80).

Ao contrário, essa tendência de escolaridade crescente pode refletir uma situação desqualificante para o indivíduo quando a empresa passa a exigir um grau de instrução mais elevado para o desempenho de funções mais simples, como requisito obrigatório de classificação, sem a efetiva correspondência monetária. Seguindo esta perspectiva, a elevação da escolaridade é uma atribuição infligida aos trabalhadores que será amplamente difundida entre os demandantes de mão-de-obra na década seguinte, sendo o descompasso escolaridade e renda auferida pelo trabalho mais perceptível em postos de trabalho formais cuja remuneração corresponde ao salário mínimo, como por exemplo: garis, caixas de supermercados, etc..., ou seja, atividades que não requerem fundamentalmente o atributo da escolaridade para serem realizadas e que em alguns casos tem sido simplificadas pela reestruturação produtiva por meio da informatização e introdução de máquinas.

Para Borges (1993), a ampliação da oferta de mão-de-obra mais qualificada permite ao empregador substituir os trabalhadores menos qualificados por trabalhadores mais capacitados desempenhando a mesma função a um custo semelhante. Isto acaba por constituir-se em uma

sub-remuneração da força-de-trabalho facilitada pela desregulamentação do mercado de trabalho que começa a se realizar desde os anos 1980. Ainda sobre a substituição de pessoas menos qualificadas por trabalhadores com mais anos de estudo para desempenhar as mesmas funções relativamente simples, Mendonça (1999) analisando Azevedo (1999) considera que parece ocorrer a adoção de uma política de dispensa mais seletiva do que nas admissões em termos do critério de instrução formal.

As dificuldades enfrentadas na inserção ocupacional de um modo geral estendem-se para todos os trabalhadores, mesmo para os mais escolarizados. Porém, admitindo-se que “as novas tecnologias e as formas de inserção da economia na realidade internacional levam ao desemprego, há uma generalizada percepção de que a escolaridade passa a ser um elemento decisivo para a possibilidade de alocação do indivíduo nos postos de trabalho modernos”. (AZEVEDO, 1999, p. 14). Pode ser explicado assim o maior grau de escolaridade dos que permanecem ocupados.

Enfim, a década de 1980 registra uma crise no mercado de trabalho traduzida mais na deterioração da qualidade dos postos de trabalho existentes e/ou criados do que na ampliação do desemprego e da proporção de trabalhadores por conta-própria.

#### 4.3 DESEMPENHO DO MERCADO DE TRABALHO DA RMS NA DÉCADA DE 1990

Na década de 1990, há um agravamento das condições de emprego e renda da população na RMS em grande parte explicado pela continuidade da precarização/desestruturação do mercado de trabalho da região observado nos anos 1980. Esses fatos negativos no mercado de trabalho da RMS são resultantes da implementação recente de políticas neoliberais no sistema econômico brasileiro.

Tal modelo prima pela total inserção da economia no cenário internacional, pela radicalização das lógicas de livre-concorrência e de auto-regulação do mercado que aprofundam a dependência e a subordinação do país ao cenário internacional, repleto de crises e recessões levando, por fim, amplos segmentos da população para a exclusão social. Assim, o desemprego cresce significativamente e torna-se mais grave à medida que passa a incidir fortemente sobre os grupos etários de mais idade, que quase sempre representam chefes de família. (MENDONÇA, 1999, p. 63)

Alguns aspectos relevantes que caracterizam o mercado de trabalho da RMS são acentuados na década de 1990 pelas mudanças que vem se operando não somente no Brasil como também nos países centrais a partir da década anterior. Estes aspectos são responsáveis pela heterogeneidade e precarização do mercado de trabalho da região.

São eles: o baixo grau de estruturação em torno de empregos assalariados formais estabelecendo como principal contrapartida o peso significativo dos trabalhadores autônomos; a importância do setor de serviços na composição da ocupação acentuada pelo processo crescente de terceirização das atividades empresariais; a baixa escolaridade média da mão-de-obra na região; o enxugamento dos postos de trabalho com carteira assinada provocados pela reestruturação produtiva onde são mais intensos os processos de modernização; a queda no nível de rendimentos dos ocupados; o aumento na precarização das relações de trabalho e a elevada concentração de renda.

Algumas mudanças importantes, resultantes do agravamento das principais características desse mercado de trabalho, ocorrem na qualidade das ocupações da RMS nos anos 1990. Segundo Azevedo (1999), a queda no nível de rendimentos dos ocupados gera um empobrecimento relativamente maior para aqueles indivíduos que ganhavam mais, eram mais formalizados e apresentam maior grau de escolaridade. Dessa forma, o reforço dos elementos mais associado ao atraso e subdesenvolvimento faz com que as taxas de desemprego apresentem crescimento mais acelerado tanto entre os analfabetos e sem escolaridade quanto para aqueles com terceiro grau completo. Isto implica um acirramento da concorrência entre os trabalhadores e indica a incapacidade da economia da RMS de gerar postos de trabalho mais qualificados. (MENDONÇA, 1999)

Ademais, este crescimento das taxas de desemprego da RMS vem sendo captado por todas as pesquisas domiciliares produtoras de estatísticas e indicadores do mercado de trabalho, embora as taxas se diferenciem quantitativamente, devido aos respectivos conceitos e metodologia de cada pesquisa. A PED destaca-se entre as demais pesquisas do IBGE (PME e PNAD), conforme já ressaltado anteriormente, registrando sistematicamente as maiores taxas de desemprego para a RMS, além de uma tendência de aumento do desemprego generalizada nas regiões metropolitanas pesquisadas. Conforme se verifica na tabela 4, a RMS detém a maior participação de desempregados em relação ao total da PEA comparativamente às outras

regiões metropolitanas nos dois anos finais da década de 1990, situação que mostra o quanto a sua economia encontra-se incapacitada de criar uma oferta de trabalho que seja suficiente para suprir o crescimento da demanda populacional com idade e disponibilidade para trabalhar.

**Tabela 4 – Taxas de desemprego total, segundo o tipo  
Regiões metropolitanas e Distrito Federal, 1998-1999**

Taxas de desemprego total, aberto e oculto	Regiões Metropolitanas e Distrito Federal					
	Recife	Salvador	DF	São Paulo	Porto Alegre	B. Horizonte
Taxas de desemprego total						
1998	21,6	24,9	19,4	18,2	15,9	15,9
1999	22,1	27,7	21,6	19,3	19	17,9
Taxas de desemprego aberto						
1998	11,8	14,2	12,2	11,7	11,2	10,3
1999	11,8	15,6	14,1	12,1	12,1	11,8
Taxas de desemprego oculto						
1998	9,8	10,7	7,2	6,5	4,7	5,6
1999	10,3	12,1	7,5	7,2	6,9	6,1

Fonte: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE).

Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Elaboração própria.

Outro aspecto da gravidade que encerra o fenômeno do desemprego (além de sua elevada magnitude e de seu persistente crescimento) na RMS está relacionado à variação de sua incidência entre os diversos grupos da população economicamente ativa. Isto ocorre porque a própria classe de trabalhadores é heterogênea, devido às características socialmente atribuídas ou “adscritícias”<sup>13</sup> (idade, sexo, condição física, grupo étnico ou raça). Segundo Offe e Hinrich (1989), estas características atribuídas são praticamente imutáveis e responsáveis pela convergência da distribuição social dos riscos do mercado de trabalho em uma parcela da população<sup>14</sup>, mais vulnerável, do que certos segmentos, ao diferencial de poder proveniente da relação capital e trabalho, indiscutivelmente favorável ao primeiro.

Ainda no tocante ao desemprego, algumas características estruturais dos desempregados da RMS são essenciais para perceber como as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores desse mercado de trabalho foram ampliadas. Segundo Filgueiras e Pinto, 2003, uma das principais

<sup>13</sup> Referência feita por Claus Offe e Karl Hinrich (1989) às características que pertencem ao indivíduo e o tornam mais vulnerável à perda do emprego ou a um maior tempo de desemprego.

<sup>14</sup> Tal parcela da população é usualmente composta pelos mais jovens, mulheres, negros e idosos. Suas características essenciais consistem em: ficam mais freqüentemente e mais longamente desempregados; têm mais dificuldades em geral de estabelecerem uma relação de emprego; são mais freqüentemente demitidos; obtêm menores rendas salariais; ocupam mais freqüentemente postos de trabalho restritivos, caracterizados por reduzida autonomia e estão expostos a riscos extraordinários na sua capacidade física e na sua qualificação de trabalho. O que tem se modificado nos anos 90, é que algumas dessas propriedades parecem estar disseminando-se para outros segmentos dos trabalhadores, a exemplo dos mais experientes.

propriedades do agravamento do desemprego é o tempo médio de procura por emprego associado aos motivos de saída do último trabalho. O que se percebeu neste estudo é que houve aumento do tempo médio de procura em todos os tipos de desemprego da PED (aberto e ocultos pelo trabalho precário e pelo desalento) entre as décadas de 1980 e 1990<sup>15</sup>. A constatação de como as condições de trabalho pioraram neste intervalo de tempo foi obtida pela investigação dos motivos que levaram as pessoas ao desemprego na RMS. Dentre as duas razões possíveis para os trabalhadores que deixaram de trabalhar (desligado por iniciativa própria e desligado pela empresa ou patrão) a última registrou um crescimento expressivo de 43,3%, ao passo que o desligamento motivado por vontade do trabalhador reduziu-se em 43,5%, indicando que em um ambiente de incertezas e reduzidas oportunidades de emprego as pessoas ficam mais apegadas às ocupações que estão desempenhando por mais precárias e instáveis que sejam.

**Tabela 5 – Taxa de desemprego por cor, sexo, faixa etária, posição na família e grau de instrução  
RMS, outubro de 1987 a dezembro de 1988 e outubro de 1996 a dezembro de 1999**

Atributos	Out/87-Dez/88	Out/96-Dez/99	Variação (%)
Total	15,7	24,3	54,8
Cor			
Negra	16,3	25,7	57,7
Branca	12,8	18,3	43
Sexo			
Masculino	13,9	22,5	61,9
Feminino	18,1	26,4	45,9
Faixa etária			
10 a 17 anos	25,1	43,9	74,9
18 a 24 anos	24,8	36,7	48
25 a 39 anos	12,7	20,9	64,6
40 anos e mais	6,7	13,4	100
Posição na família			
Chefe	8,5	15,4	81,2
Cônjuge	16,1	23,4	45,3
Filho	25,7	36,9	43,6
Outra	15,6	23,9	53,2
Grau de instrução			
Analfabeto	10,1	20,6	104
1º grau incompleto	17,2	28,7	66,9
1º grau completo	17,7	28,7	62,1
2º grau incompleto	22,5	33,9	50,7
2º grau completo	13,7	19,6	43,1
3º grau	6,6	10,8	63,6

Fonte: Apud Braga, 2003. PED RMS (1987/1988) COINT-SETRAB/SUDENE/SINE-BA /UFBA/DIEESE/SEADE PED RMS(1996/1999) SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE. Cálculos próprios.

<sup>15</sup> Foram considerados dois períodos para representar a estrutura do desemprego e o perfil dos desempregados nessas duas décadas (80 e 90), 1987/1988 e 1997/2002, respectivamente.

De modo geral, têm-se evidenciado nos diversos estudos sobre o mercado de trabalho a incidência diferenciada dos impactos das recentes mudanças econômicas, sociais e políticas sobre alguns grupos de trabalhadores — mais jovens, mulheres, menos escolarizados, negros e demais membros da família. Por outro lado, as condições de inserção de alguns segmentos do contingente da força de trabalho, tradicionalmente providos de uma situação relativamente menos ruim quanto à sua inserção produtiva, pioraram mais na passagem dos anos 1980 para os 1990, reduzindo as assimetrias existentes entre os sexos, as posições na família, os limites inferiores e superiores das faixas etárias, como se pode perceber na tabela 5.

Além disso, ainda na tabela 5, nota-se que a diminuição relativa das assimetrias excetua-se somente no atributo de grau de instrução, onde o desemprego dos analfabetos é superior aos das pessoas de maior escolaridade e ainda assim foi o que registrou a maior variação em relação aos demais. Não obstante, isto certamente está refletindo a realidade de um mercado cada vez mais exigente de educação formal, onde há uma tendência de ampliação gradativa do crescimento do desemprego conforme se reduz o grau de instrução. Vale ressaltar que o mesmo se verificou para os negros e recém-imigrantes<sup>16</sup>, que além de sobressair-se pelas inserções produtivas de menor qualidade tiveram suas assimetrias agravadas com os brancos e com os que residem por um maior tempo na RMS, respectivamente. (FILGUEIRAS; PINTO, 2003)

Este contexto consolidado na RMS durante a década de 1990, de restrição das oportunidades de trabalho e de precarização dos postos existentes, vem acompanhado de mudanças nos requisitos feitos pelas empresas quanto às habilidades, experiências profissionais e competências do trabalhador no que tange a sua inserção produtiva. A escolaridade é um dos atributos mais comumente associados à dita “empregabilidade” do trabalhador, não sendo possível afirmar que a razão do desemprego elevado do período seja a baixa empregabilidade dos trabalhadores, decorrente de sua pouca instrução, visto que “o desemprego cresceu apesar da evolução positiva dos indicadores do desempenho de educação da População Economicamente Ativa, atingindo todos os níveis de escolaridade, embora com intensidade diferenciada”, conforme se observa na tabela 6. (SANTOS, 2003, p. 114)

<sup>16</sup> Para maiores detalhes sobre o perfil dos desempregados segundo a cor e o tempo de residência na RMS ver Filgueiras e Pinto, 2003 e sobre a diferenciação do desemprego racialmente ver Santos, 2003.

**Tabela 6 – Taxa de desemprego por grau de escolaridade  
RMS, 1987-1989 e 1999-2001**

Escolaridade	1987-1989	1999-2001	Variação (%)
Analfabeto e sem escolaridade	10,3	24,5	137,9
1º incompleto	17,5	31,9	82,3
1º completo	18,1	31,2	72,4
2º incompleto	23,4	38,9	66,2
2º completo	14,0	23,3	66,4
3º incompleto	12,8	21,1	64,8

Fonte: Apud Santos, 2003. PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

A tabela 7 ilustra como a escolaridade vem sendo sistematicamente difundida entre a população em idade ativa metropolitana, em concordância com a ampliação do grau de exigência de educação no mercado de trabalho. Durante os dez anos que marcaram a passagem de 1989 para 1999, o número de pessoas de 10 anos ou mais de idade, analfabetas e com menos de 1 ano de estudo reduziu-se em 5%, enquanto houve crescimentos significativos das pessoas nos demais níveis de ensino, com destaque para o fundamental completo, nível de instrução com a mais expressiva variação (59,9%).

**Tabela 7 – Pessoas de 10 anos ou mais segundo os anos de estudo  
RMS, 1989 e 1999**

Escolaridade	1989	1999	Variação (%)
Analfabeto e sem escolaridade	192.607	183.013	(5,0)
1º incompleto	936.151	1.143.699	22,2
1º completo	138.547	221.586	59,9
2º completo	423.754	630.967	48,9
3º Superior	143.198	193.694	35,3

Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração própria.

A informalidade<sup>17</sup> constitui outro aspecto de fundamental relevância para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho da RMS dado que este último é pouco estruturado e bastante heterogêneo. Por serem justamente estas peculiaridades que estão sendo aprofundadas na década de 1990, o setor informal<sup>18</sup> ganha novas dimensões, constituindo uma alternativa ocupacional

<sup>17</sup> Não há consenso sobre a definição de informalidade na literatura especializada, assim existem diversas atribuições conceituais para o termo informal, compreendendo desde as relações capital/trabalho não estabelecidas segundo as regras legais vigentes, ou seja, atividades sem registro na seguridade social até as atividades não organizadas sob a forma tipicamente capitalista de produção, onde o trabalhador exerce simultaneamente as funções de patrão e empregado e cujo objetivo central não é o lucro e sim a sobrevivência da família. (Cacciamali, 1999) A primeira formulação é também denominada de economia submersa e inclui todas as categorias ocupacionais sem carteira de trabalho assinada. Já a segunda é operacionalizada pelos trabalhadores autônomos, conta-própria, excetuando os profissionais liberais e o assalariamento do emprego doméstico com ou sem carteira.

<sup>18</sup> Abrange de modo geral as atividades de baixa produtividade, ligadas ao subemprego e com reduzidos rendimentos, exceto para o segmento dos trabalhadores autônomos, de profissionais liberais, que representam uma pequena parcela dos ocupados informais, mais é detentora de elevada remuneração através da venda de serviços técnicos altamente especializados e consultorias por exemplo.

para muitos trabalhadores desempregados que desprovidos de recursos para sobreviver adotam tal estratégia enquanto buscam uma oportunidade melhor de inserção produtiva.

Segundo Santos (2003), as relações de trabalho informais nos anos 1980, que já tinham um peso considerável no total de ocupados da região aumentaram a sua participação na década seguinte, passando de 43,7% em 1987-89 para 49% em 1999-2001. Todavia, em relação ao total da PEA, houve diminuição das pessoas ocupadas informalmente, tabela 8, com a taxa de informalidade caindo de 36,7% para 35,3%. Simultaneamente, esse movimento foi acompanhado pela redução do número de pessoas contratadas seguindo a legislação trabalhista e pela elevação do desemprego, ambos também em relação à população economicamente ativa.

**Tabela 8 – Taxas de desemprego, de formalidade e informalidade  
RMS, 1987-89 e 1999-2001**

Taxas	1987-89	1999-2001	Variação (%)
Desemprego	15,90	27,30	71,70
Formalidade	47,30	37,40	-20,90
Informalidade	36,70	35,30	-3,80

Fonte: *Apud* Santos, 2003. PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Cálculos próprios.

Nota: As taxas foram calculadas em relação a PEA.

Diante das variações relativas desses indicadores, conclui-se que o setor informal não tem conseguido absorver o fluxo de ex-trabalhadores do setor formal<sup>19</sup> de forma a amortecer o impacto da intensa crise instalada no mercado de trabalho, fato comprovado pelo alto crescimento sustentado do desemprego. Essa assertiva fundamenta-se nas estatísticas da PED, que “sugerem que o comando da dinâmica do mercado soteropolitano de trabalho no começo dos anos 2000 estaria no trânsito do trabalho formal para o desemprego e não para a informalidade”. (SANTOS, 2003, p. 118)

Ainda no tocante à informalidade, o referido autor faz uma observação, baseada nos dados da PED, de que a informalidade atua como amortecedor da crise no mercado de trabalho apenas nos segmentos mais instruídos, já que para estes a perda do emprego foi compensada em grande parte pelo significativo crescimento de ocupações informais. Cabe ressaltar, contudo, que estes segmentos, com mais escolaridade, têm uma baixa representatividade na

<sup>19</sup> Apesar da maior afluência dos desempregados do setor formal ocorrer para a situação de desemprego do que para a informalidade, a redefinição das relações de produção e de trabalho no setor formal influencia e condiciona o mercado informal através de novas ocupações que decorrem da reestruturação processada no primeiro setor e da experiência e conhecimentos trazidos pelos seus antigos trabalhadores.

informalidade e maiores chances de inserção no setor formal. Portanto, se a escolaridade não garante a plenitude do emprego, distancia as possibilidades de inserção no mercado informal.

O grau de formalização (crescimento da participação relativa dos empregados com carteira assinada no total de ocupados), por sua vez, na segunda metade dos anos 1990 e início da década seguinte (1997-2001) foi acrescido sistematicamente na RMS, segundo os dados da PED. Com efeito, os ocupados com carteira de trabalho assinada representavam 29,2% do total de ocupados em 1997 e passaram para 34,7%, em 2001 (um incremento de 18,8%). Isso ocorreu, muito embora o contexto vigente fosse de precarização do mercado de trabalho, evidenciada, sobretudo, pela elevação vertiginosa do desemprego. Ademais, as novas técnicas organizacionais e processuais inseridas na economia local durante a década de 1990, através do processo de reestruturação produtiva e, mais amplamente, os efeitos da política de caráter neoliberal do governo FHC contribuíam para que a produção e o emprego fossem flexibilizados. (SOUZA, 2003)

Na verdade, as constatações a que chegou Souza (2003) baseiam-se em dois principais motivos para explicar como vem se dando o crescimento dos empregos formais no total de ocupações da região e porque estes estão crescendo: I) em contratos de trabalho em setores onde é baixo o custo da mão-de-obra e, II) os rendimentos reais médios dos empregados com carteira assinada reduziram-se significativamente no período.

Neste sentido, de acordo com o primeiro motivo, a formalização ocorrida na RMS estaria sendo realizada por meio de contratações em setores de atividade de menor produtividade e onde os salários são menores (construção civil e serviços domésticos). No primeiro deles, houve um aumento de 30,4% na participação relativa dos ocupados com carteira assinada e no segundo, a variação percentual foi de 7,8% no período de 1997-2001. Em todos os demais setores de atividade econômica (indústria, comércio, serviços e demais setores) os contratos formais de trabalho foram reduzidos.

O outro fator que concorreu para a ampliação de trabalhadores com carteira assinada em relação ao total de ocupados seria a queda dos rendimentos destes, que caíram mais que proporcionalmente do que a remuneração dos sem carteira, servindo assim de estímulo para que os contratos fossem viabilizados seguindo a legislação trabalhista. (SOUZA, 2003)

Estas duas explicações estão interligadas, pois é justamente o setor da construção civil que

destaca-se, registrando a maior perda de rendimento (19,4% entre 1997 e 2001) para o total dos ocupados. Apesar dos serviços domésticos, o outro setor onde se localiza a expansão de trabalhadores formais, apresentar um ganho salarial de 6,5% para igual período, este aumento pode ser relativizado pelo baixo rendimento real médio auferido por estes trabalhadores. (SOUZA, 2003)

Dessa forma, demonstra-se que mesmo nas relações de trabalho mais protegidas, a influência dos processos que estão desestruturando o mercado de trabalho é mais forte no sentido de precarizá-las, contribuindo para reforçar o diferencial de poder existente na relação capital/trabalho, em detrimento dos trabalhadores, que se tornam mais vulneráveis. Outrossim, o empobrecimento provocado pela queda generalizada dos rendimentos reais dos trabalhadores (tabela 9)<sup>20</sup> faz com que se aumente a pressão sobre os mesmos, tornando-os sujeitos a situações de trabalho mais flexíveis, instáveis e precárias. Reforça-se assim, o impacto negativo que o desemprego estrutural elevado exerce sobre o emocional deles, intensificando o medo que a perda de emprego pode representar no padrão de vida e sobrevivência das suas famílias.

**Tabela 9 – Rendimento real médio dos ocupados, segundo a posição na ocupação RMS, 1997 e 2001**

Posição na ocupação	Anos		Variação %
	1997	2001	
Total de ocupados	632	567	-10,3
Assalariados (1)	715	626	-12,4
Setor privado	583	526	-9,8
Subcontratados	417	417	0
Com carteira assinada	674	598	-11,3
Sem carteira assinada	311	305	-1,9
Setor público	1.035	951	-8,1
Autônomo	416	401	-3,6
Empregadores	1.943	1.872	-3,7
Empregados domésticos	153	163	6,5

Fonte: Apud Souza (2003). PED RMS-SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inclusive os assalariados e os empregados domésticos que não tiveram remuneração no mês, os trabalhadores familiares sem remuneração salarial e os trabalhadores que ganharam exclusivamente em espécie ou benefício.

Inflator utilizado: IPC da SEI.

<sup>20</sup> Certamente, a diminuição dos rendimentos reais médios dos ocupados da RMS (no período entre 1997 e 2001) está condicionada aos movimentos da economia baiana, que por sua vez é influenciada pelos contextos econômicos nacional (de forte ampliação do desemprego e desvalorização cambial, em 1999) e internacional (crises da Ásia, em meados de 1997 até maio de 1998 e da Rússia, no segundo semestre de 1998). Conforme salienta Guimarães (2003), a trajetória de evolução dos rendimentos dos trabalhadores baianos, durante a década de 90, compreendeu duas fases: a primeira foi de crescimento, ocorrendo, de forma ininterrupta, entre os anos de 1992 à 1996 e a segunda, a partir de 1997, foi de contração, evidenciando o fim dos efeitos distributivos do Plano Real a partir de 1996.

Enfim, as inúmeras modificações assinaladas na década de 1990 intensificaram alguns traços, já marcantes no mercado de trabalho da RMS, como o desemprego e a terciarização. Estes dois fenômenos crescem significativamente, com o agravante de que há escassez de postos de trabalho e muitos dos que estão sendo gerados têm baixa qualidade no tocante à segurança previdenciária e demais direitos trabalhistas. Além disso, há a perda de poder aquisitivo sofrida pelo total de trabalhadores ocupados, através da queda de seus rendimentos reais, contribuindo para o atual quadro de precarização. Cabe ressaltar que esta contração dos rendimentos, ocorrida na segunda metade da década de 1990, foi intensificada pelo “perfil concentrador da metrópole estadual”, que proporcionou que houvesse uma “reduzida expansão da renda dos mais pobres em detrimento de um crescimento mais do que proporcional da renda dos mais abastados”. (GUIMARÃES, 2003, p.93)

## **5 CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS DA OCUPAÇÃO PARA AS PESSOAS DE MEIA-IDADE: ATUAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO DA RMS**

As pessoas de 40 a 59 anos de idade representam um segmento etário tradicionalmente mais ativo no mercado de trabalho, juntamente com dois outros grupos: de 18 a 24 e de 25 a 39 anos. Na RMS essa situação não é diferente, contudo, assim como para o contingente global de trabalhadores a sua inserção produtiva foi prejudicada, sendo necessário auferir o modo e a intensidade dessas transformações em seus postos de trabalho e identificar se houve mudanças significativas na dinâmica do fluxo de suas situações de atividade (ocupação, desemprego e inatividade).

Segundo Mendonça (1999), o aumento acentuado do desemprego das pessoas de faixa etária mais avançada, constitui um forte indicativo do agravamento da situação no mercado de trabalho, pois por possuírem mais tempo no mercado de trabalho, é de se esperar, como fruto da mais elevada experiência e qualificação, uma também maior estabilidade profissional. Outro fator importante é que o desemprego nesse segmento etário da população não tem um efeito isolado, ou seja, tem repercussões que se estendem para o núcleo familiar, pois quase sempre coincide com a perda da renda principal para a família, refletindo-se em queda significativa do padrão de vida de seus membros.

A investigação que ora se apresenta tem por objetivo principal abordar as questões relacionadas com as alterações estruturais recentemente ocorridas nas condições de ocupação deste segmento.

A delimitação do perfil das pessoas de meia idade no mercado de trabalho da RMS, além de permitir uma melhor compreensão de sua inserção produtiva, automaticamente a diferencia da praticada pelos “demais grupos etários”<sup>21</sup>. Neste capítulo expõe-se as considerações metodológicas do estudo e a situação das pessoas de meia idade no mercado de trabalho metropolitano de Salvador, descrevendo a sua situação de atividade por uma série de atributos, mais precisamente: o sexo e a cor ou raça (características socialmente adscritivas) e o grau de instrução, a posição na família, os setores de atividade econômica, a posição ocupacional e a renda (características socialmente adquiridas).

<sup>21</sup> A categoria “demais grupos etários” é formada pela agregação: das crianças e adolescentes (10 a 17 anos); dos jovens (18 a 24 anos); das pessoas no auge da idade ativa (25 a 39 anos) e dos idosos (60 anos ou mais).

A seguir, a evolução do comportamento das pessoas de meia idade no mercado de trabalho será examinada através das estatísticas da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em dois períodos (1987/1988 e 1997/2002), na tentativa de confirmar se as principais tendências indicadas e discutidas nos capítulos anteriores também se aplicam a este grupo. A análise descritiva, com o objetivo de facilitar a compreensão do exposto, será detalhada, privilegiando a divisão em quatro aspectos básicos: evolução das condições de atividade, características da ocupação, variação do desemprego e modificação dos rendimentos.

## 5.1 CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Buscando analisar de forma mais precisa a mudança no padrão de inserção das pessoas de meia idade ocorrida na década de 1990, no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador (RMS), utilizou-se as informações da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED).

Esta é uma pesquisa domiciliar amostral, de periodicidade mensal, que investiga as características de emprego e desemprego relativas às pessoas de 10 anos e mais de idade. Coordenada pela Fundação SEADE e DIEESE (responsáveis pelo desenvolvimento da metodologia), possibilita o processamento de diversos indicadores (do mercado de trabalho, domicílio, família e morador), sendo mais usuais aqueles referentes à condição de atividade, aos rendimentos auferidos e horas trabalhadas pelos ocupados. (PED, 1999). Sendo realizada desde 1984 na região metropolitana de São Paulo, incorporou posteriormente mais cinco regiões (Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Salvador e Recife) por meio de parcerias com órgãos regionais de produção e difusão de informações estatísticas, a exemplo da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI)<sup>22</sup>.

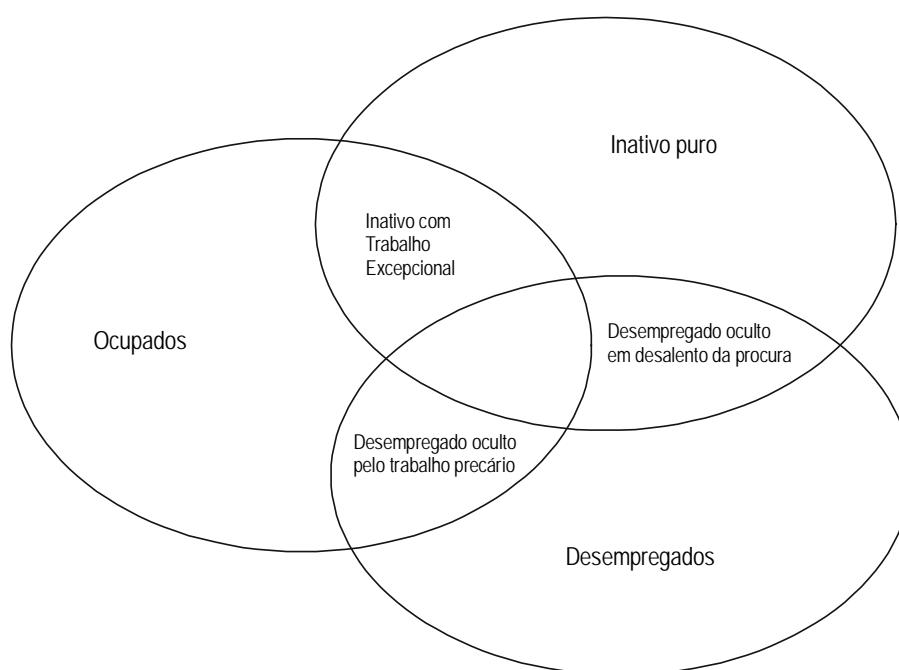
A escolha da PED como principal fonte de informação para subsidiar este estudo partiu de sua amplitude metodológica, que incorpora critérios diferentes para a medição do desemprego, permitindo, assim, a construção de indicadores complementares à tradicional taxa de desemprego aberto<sup>23</sup>. Esta característica é extremamente importante para auxiliar na mensuração de processos complexos como a precarização e a flexibilização que são cada vez

<sup>22</sup> Em Belo Horizonte é desenvolvida pela Fundação João Pinheiro; em Porto Alegre, pela Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE); em Brasília, pela Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central (CODEPLAN); em Salvador, pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) da Secretaria de Planejamento (SEPLAN), pela Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social (SETRAS) e pela Faculdade de Ciências Econômicas (FCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA); em Recife, pelas Secretarias estaduais de Trabalho e Bem-Estar Social (Setras) e de Planejamento e Desenvolvimento Social de Pernambuco.

<sup>23</sup> De modo geral, as pesquisas de estatísticas sobre o mercado de trabalho definem como desemprego aberto toda situação em que a pessoa está sem trabalho, mas tomou alguma providência para voltar a trabalhar. Conceitualmente, elas se diferenciam no tocante a: o período de referência considerado, o critério de disponibilidade para trabalhar e o período de procura por trabalho.

mais presentes no mercado de trabalho brasileiro. Este aspecto metodológico da PED é crucial quando se trata de mercados de trabalho mais informalizados como o da RMS, onde situações de emprego, desemprego e subemprego são mais difíceis de serem discernidas pelas pesquisas tradicionais.

Conseguindo captar informações típicas de um mercado de trabalho heterogêneo, os dados da PED vão além das situações estanques expressas pelo emprego, desemprego aberto e inatividade, podendo mensurar outras que se situam nos limites dessas categorias: o desemprego oculto pelo desalento, o desemprego oculto pelo trabalho precário e o inativo com trabalho excepcional, situações que podem ser representadas pela figura 1 (PED, 1999). Tais situações específicas constituem condições marginais de ocupação, não contempladas, por exemplo, nas demais pesquisas domiciliares do IBGE (PNAD e PME), que também versam sobre o mercado de trabalho, mas devido às suas particularidades metodológicas não dimensionam o desemprego em sua diversidade, podendo ocultar aspectos relevantes das condições de atividade dos trabalhadores.



**Figura 1 – Diagrama para a situação de atividade segundo a metodologia da PED**

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE. Elaboração própria.

Uma vez definida a PED como fonte de informações, são detalhados os cortes espacial e geográfico utilizados no trabalho, assim como é apresentada a metodologia adotada e o plano amostral selecionado.

Como a delimitação temática especifica o estudo das transformações, provocadas pelos ajustes estruturais da economia brasileira sobre o padrão de inserção das pessoas de meia idade na RMS<sup>24</sup>, durante a década de 1990, buscou-se estabelecer dois momentos para a comparação dos dados empíricos coletados pela PED. O primeiro no final da década de 1980 (biênio 1987/1988) e o segundo no final da década de 1990 e início dos anos 2000 (período 1997/2002)<sup>25</sup>. A razão para a escolha desses períodos é a tentativa de observar a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho em dois momentos singulares da economia brasileira:

(i) na década de 1980, a situação do mercado de trabalho brasileiro antes do início dos processos de reestruturação produtiva e de abertura econômica aos mercados internacionais, quando este estaria mais preservado das alterações no padrão globalizado de acumulação do capital; (ii) a partir do final da década de 1990, os efeitos da abertura econômica aos fluxos internacionais de mercadorias e capitais, da implementação do neoliberalismo nas políticas governamentais, da estabilização monetária, e da reestruturação produtiva sobre a estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho nacional, especificamente da RMS.

A delimitação do segmento de meia idade corresponde ao grupo de pessoas de 40 a 59 anos de idade, faixa etária que é intermediada por dois limites: no inferior, é precedida pelas pessoas de 25 a 39 anos, que é o grupo tradicionalmente mais produtivo do mercado de trabalho e no superior, é sucedida pelas pessoas de 60 anos e mais, idade a partir da qual a situação de inatividade começa a ser predominante.

O critério metodológico adotado para possibilitar a investigação comparativa das mudanças na inserção das pessoas de meia idade em contrapartida ao restante da População em Idade Ativa (PIA) consiste em agregar o conjunto das demais faixas etárias (de 10 a 17 anos, 18 a 24, 25 a 39, 60 anos e mais) em um grupo à parte denominado “demais grupos etários”. Dessa forma, busca-se isolar e mensurar a influência do objeto de estudo em relação ao total da PIA nas diversas categorias e indicadores do mercado de trabalho. Reconhecendo a possível simplificação excessiva decorrente da agregação dos demais segmentos etários (que têm características e comportamentos tão díspares) em termos de mercado de trabalho, busca-se

<sup>24</sup> A Região Metropolitana de Salvador é composta por nove municípios além da capital baiana: Candeias, Camaçari, Dias D’Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz.

<sup>25</sup> A operacionalidade dos dados obtida através desses períodos anula os efeitos das flutuações conjunturais e proporciona uma análise estrutural nos dados do mercado de trabalho. A escolha do primeiro período foi condicionada pela disponibilidade de informações da PED, pois esta passou a ser aplicada na RMS somente a partir de 1987, sendo interrompida desde 1989, e somente retomada a partir de 1996. Vale pontuar que a limitação dos dados nos anos 80 não comprometeu os objetivos do estudo, que visava tão somente medir o impacto das mudanças no mercado de trabalho das pessoas de meia idade da RMS.

ressaltar que a necessidade deste artifício deveu-se à tentativa de focalizar a análise das características das pessoas de meia idade em relação ao conjunto dos outros trabalhadores para compor um diagnóstico geral. Tal procedimento não inviabiliza a realização de futuros estudos comparativos específicos do grupo de meia idade em relação às demais faixas de idade desagregadas, por exemplo, em relação aos jovens ou aos trabalhadores no auge da idade ativa (com 25 a 39 anos).

Detalhando o segmento etário das pessoas de 40 a 59 anos em dois subgrupos, observa-se dois comportamentos distintos no mercado de trabalho no tocante às suas capacidades de inserção. As pessoas de 40 a 49 anos representam um grupo ainda caracterizado por forte atuação produtiva (são parcelas significativas da PEA) e destacam-se por registrar as mais elevadas taxas de participação do grupo de meia idade, sendo atingidas principalmente pelos desempregos de reestruturação e oculto pelo trabalho precário. Por outro lado, as pessoas de 50 a 59 anos constituem um grupo etário que está ou deveria estar se encaminhando para a inatividade. No entanto, as condições do mercado de trabalho brasileiro muitas vezes impõem restrições e por isso estes acabam apresentando expressivas taxas de participação, sendo mais afetados pelos desempregos de exclusão e oculto pelo desalento.

Com base nestas características prévias, algumas tendências de cunho mais geral serão investigadas para as faixas de idade compreendidas dos 40 a 49 anos e dos 50 a 59 anos, por exemplo: qual a influência individual deles na taxa de participação global dos indivíduos de meia idade e qual a participação de cada segmento deste sobre o total de ocupados da população da RMS?

O plano amostral da PED neste trabalho foi formado por 74.132 casos da PIA no período de 1987/1988, sendo que as pessoas de meia idade correspondiam a 17,3% do total. A amostra de 1997/2002, por sua vez foi composta por 379.445 casos da PIA, com o grupo de meia idade alcançando 22,3% do total. No tocante a PEA, as amostras foram de 44.399 e 230.734 casos, com a participação do citado grupo etário ficando, respectivamente, em 20% e 26,2% do total nos referidos períodos.

Para facilitar o entendimento da análise desenvolvida com base nos dados da PED é necessário conhecer a definição dos principais conceitos dessa pesquisa, os quais permitirão a formação de alguns dos indicadores ao longo do trabalho. Seguindo este requisito, faz-se em seguida uma exposição das categorias demográficas e econômicas básicas e os indicadores de

emprego e desemprego que serão mencionados com mais rigor neste capítulo, onde o objeto de estudo será detalhado.

**População em Idade Ativa (PIA)** — categoria formada pelas pessoas de 10 anos e mais de idade. Com este corte etário exclui-se da amostra as crianças mais jovens (de 9 anos ou menos), estabelecendo assim que este contingente selecionado represente a oferta potencial de mão-de-obra da região. A PIA é constituída pela parcela da população que está economicamente ativa e em inatividade.

**População Economicamente Ativa (PEA)** — grupo correspondente à parcela da PIA que está ocupada ou desempregada. Este contingente representa a oferta efetiva de mão-de-obra no mercado de trabalho.

**Inativos ou População Não Economicamente Ativa (PNEA)** — parcela complementar da PIA que não está nem ocupada nem desempregada, ou seja, não tem disponibilidade para trabalhar e que inclui os indivíduos que realizaram algum trabalho excepcional no tempo livre de suas atividades principais, embora não tenham tomado nenhuma medida concreta para encontrar trabalho nos últimos 30 dias. Corresponde, portanto, no primeiro caso aos inativos puros, e no segundo caso aos inativos com trabalho excepcional.

**Ocupados** — categoria que compreende a parcela da PEA que nos sete dias imediatamente anteriores ao dia da entrevista possuem trabalho remunerado exercido regularmente ou não, exceto para aqueles que exerceram algum trabalho do tipo excepcional neste período. Independentemente de ter havido procura por trabalho nos últimos 30 dias ou 12 meses, a pessoa é considerada ocupada se possui situação efetiva de trabalho no período referente aos últimos sete dias. Não é possível existir a necessidade de mudança de trabalho para os indivíduos que exercem trabalho remunerado do tipo irregular<sup>26</sup> e, nesses casos, para assegurar a condição de ocupados é preciso que não tenham procurado trabalho diferente do atual. Existem ainda os ocupados que possuem trabalho não-remunerado de ajuda em negócios de parente e que ganham remuneração em espécie ou benefícios sem realizarem procura de trabalho.

**Desempregados** — categoria componente da PEA que é composta por pessoas

<sup>26</sup> Segundo a publicação de Apresentação da base de dados da PED (1999), considera-se trabalho remunerado irregular ou auto-ocupação instável toda atividade que: não ofereça “garantias” ou previsibilidade ao indivíduo de que continuará trabalhando ao terminar o que está executando; que possua volume de trabalho flutuante, frequência irregular e cujo ganho seja avulso e variável.

involuntariamente sem trabalho ou que se encontram executando alguma ocupação irregular mas desejam encontrar outro trabalho. Abrange também os que possuem disponibilidade para trabalhar, mas não estão procurando por estarem desestimulados. Segundo a PED, por incorporar estas duas situações, os indivíduos, podem ser classificados no desemprego aberto ou oculto.

Desemprego aberto — corresponde às pessoas que efetivamente tomaram alguma providência para conseguir um trabalho remunerado, para abrir um negócio ou para conseguir mais clientes (no caso do trabalhador autônomo) nos últimos 30 dias, mas que não estejam exercendo nenhum trabalho nos últimos sete dias.

Desemprego oculto — compreende os indivíduos que podem estar em duas situações:

Desemprego oculto por trabalho precário — engloba as pessoas que possuem atividades irregulares e estão insatisfeitas com a sua situação, sentindo a necessidade de mudar de trabalho e por isso procuraram concretamente novo trabalho nos últimos 30 dias ou 12 meses que antecederam ao dia da entrevista.

Desemprego oculto por desalento — composto por pessoas que não possuem trabalho e não o procuraram nos últimos 30 dias porque estavam desanimadas com o mercado de trabalho, embora estejam disponíveis e tenham procurado trabalho nos últimos 12 meses.

Taxa de Participação — é a proporção da PIA que está incorporada ao mercado de trabalho como ocupada ou desempregada, indicando a pressão exercida sobre o mercado de trabalho. É expressa pela relação  $PEA/PIA \times 100$ .

Taxa de inatividade — indica a proporção da PIA que está fora do mercado de trabalho, sendo calculada pelo quociente  $\text{número de inativos}/PIA \times 100$ .

Taxa de ocupação — é a relação entre o número de ocupados e a PEA que indica a proporção de trabalhadores da PEA que está inserida no mercado de trabalho na condição de ocupado.

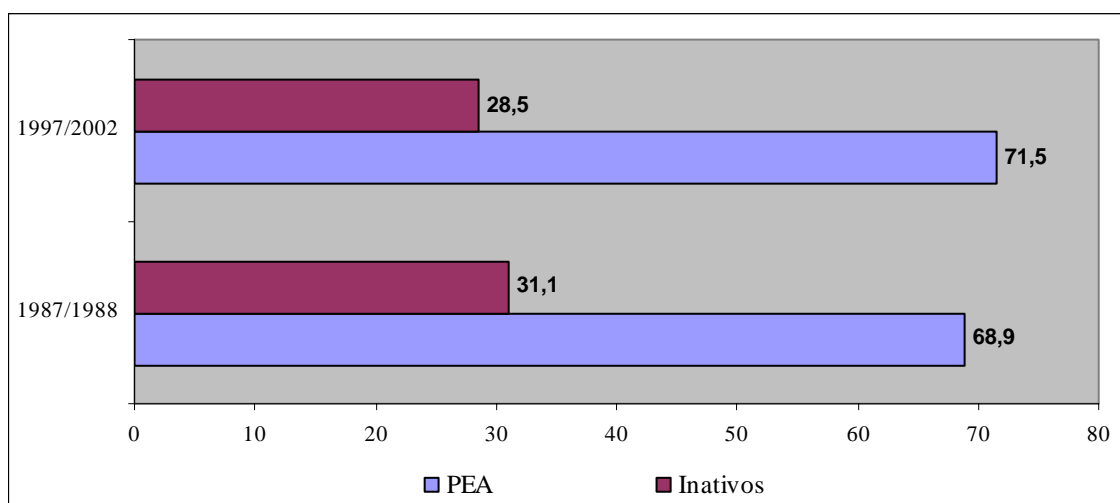
Taxa de desemprego — é calculada dividindo-se o desemprego total (tanto o aberto quanto o oculto) pela PEA, indicando a proporção desta que está presente no mercado de trabalho na situação de desemprego.

Rendimento de trabalho — equivale ao rendimento monetário bruto (o salário líquido

acrescido dos valores relativos aos descontos de imposto de renda, plano de saúde e previdência social) que é recebido efetivamente pelo ocupado e se refere ao trabalho desempenhado no mês imediatamente anterior ao da entrevista. Para os assalariados, o rendimento pode aumentar em razão de horas extras, bônus, gratificações e outros benefícios adicionais ou ser reduzido pela consideração de faltas, etc.

## 5.2 EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ATIVIDADE

As pessoas de 40 a 59 anos de idade estão majoritariamente distribuídas na população economicamente ativa e ampliam a sua presença no mercado de trabalho, conforme se observa no gráfico 3. A sua participação na PEA passa de 68,9% para 71,5%, correspondendo a uma variação percentual positiva de 3,8%. Como contrapartida, tem-se um movimento de redução da inatividade deste grupo etário, que cai de 31,1% para 28,5%, portanto, evidenciando uma variação percentual negativa de 8,4%.



**Gráfico 3 – Distribuição da PEA e dos inativos das pessoas de meia-idade na RMS**

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

A elevada participação no mercado de trabalho é uma característica histórica das pessoas de meia idade, que além de ser influenciada por fatores demográficos sofre ajustes de fatores econômicos. Sendo assim, algumas motivações peculiares a esta fase da vida, que provavelmente podem estar contribuindo para a permanência deste grupo etário no mercado de trabalho, são: o desejo de conquistar ou assegurar a estabilidade financeira, a tentativa de preservação de suas famílias e a busca pela manutenção ou pelo acesso à moradia e serviços

de saneamento básico, saúde e educação, garantindo um padrão de vida e consumo mais elevado que o obtido quando era mais jovem. Estes fatores de natureza socio-demográfica têm um grau de importância relativamente maior para esta faixa etária, por ela ter mais tempo de dedicação ao trabalho, uma maior experiência profissional adquirida e um potencial de realização menor do que os grupos etários mais novos, pois os últimos possuem mais anos de sua vida economicamente ativa para tentar realizar os seus objetivos.

O empobrecimento generalizado dos trabalhadores, provocado pela queda de seus rendimentos médios reais, constitui-se em um dos principais fatores econômicos que certamente deve estar estimulando a maior participação das pessoas de meia idade no mercado de trabalho. Visto que os indivíduos dessa faixa de idade ocupam mais a posição de chefe na família e no domicílio as suas rendas assumem um caráter indispensável para a sustentabilidade e dinâmica familiar, se tornando mais imprescindíveis ainda nos períodos de crise.

Este processo de precarização dos rendimentos do trabalho, que sistematicamente vem sendo registrado ao longo das últimas duas décadas e já apontado no capítulo anterior, tem estimulado a incorporação ao mercado de trabalho, não só das pessoas de meia idade, bem como de outros grupos com idades efetivamente mais produtivas (os jovens e as pessoas de 25 a 39 anos), que muitas vezes buscam com as suas inserções produtivas complementar a renda familiar, assegurando que o padrão de vida de seus membros seja mantido.

**Tabela 10 Taxa de participação por grupos etários  
RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

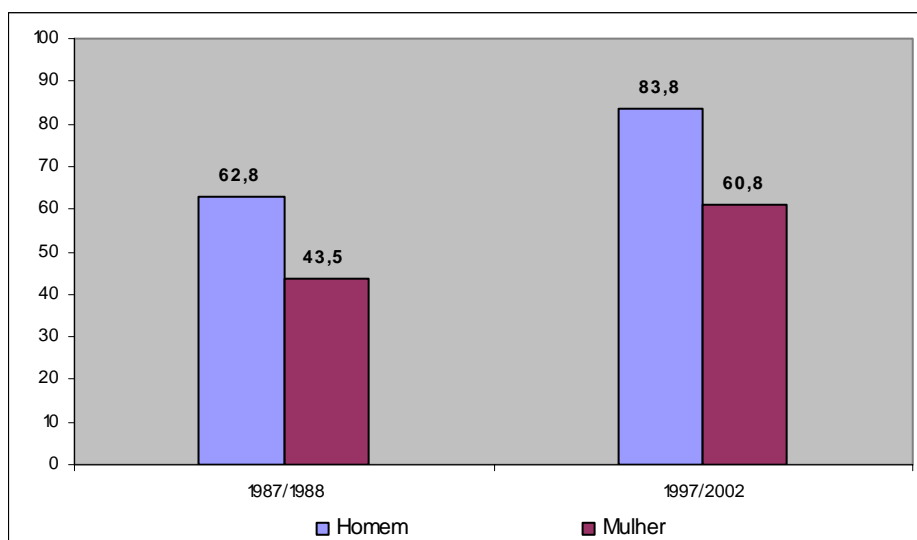
Grupos etários	1987/1988	1997/2002	Varição %
Total da PIA	59,9	60,8	1,5
De 40 a 59 anos	68,9	71,5	3,8
Demais grupos etários	58,0	57,7	-0,5

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Na tabela 10, percebe-se que o crescimento da taxa de participação do total da População em Idade Ativa é fortemente influenciado pelo aumento da taxa do grupo de meia-idade. Além deles, as pessoas de 25 a 39 anos (incluídas na categoria demais grupos etários) são as que mais determinam o aumento no total da taxa de participação, devido à sua variação percentual positiva de 4,4%. Contudo, este aumento foi mais que compensado pelas acentuadas perdas

de participação das crianças e dos idosos<sup>27</sup> no mercado de trabalho (respectivamente 24,3% e 30,1%), fazendo com que o conjunto dos demais grupos etários tivesse uma redução de sua participação na ordem de 0,5%.

Desdobrando o grupo etário de meia idade em 40 a 49 e 50 e 59 anos de idade, visando obter uma melhor compreensão sobre o crescimento de suas taxas de participação, verificou-se que houve aumento das taxas de ambos os subgrupos, destacando-se as pessoas de 40 a 49 anos que possuíam uma taxa de 76% e passaram para 78,7% (um incremento de 3,6%), sendo relativamente mais importante na determinação da taxa global das pessoas de meia idade do que as pessoas de 50 a 59 anos que também ampliaram a sua participação no mercado de trabalho de 57,5% para 59,1%, implicando em uma variação relativa positiva de 2,7%.



**Gráfico 4 – Taxa de participação das pessoas de meia-idade por sexo na RMS**

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

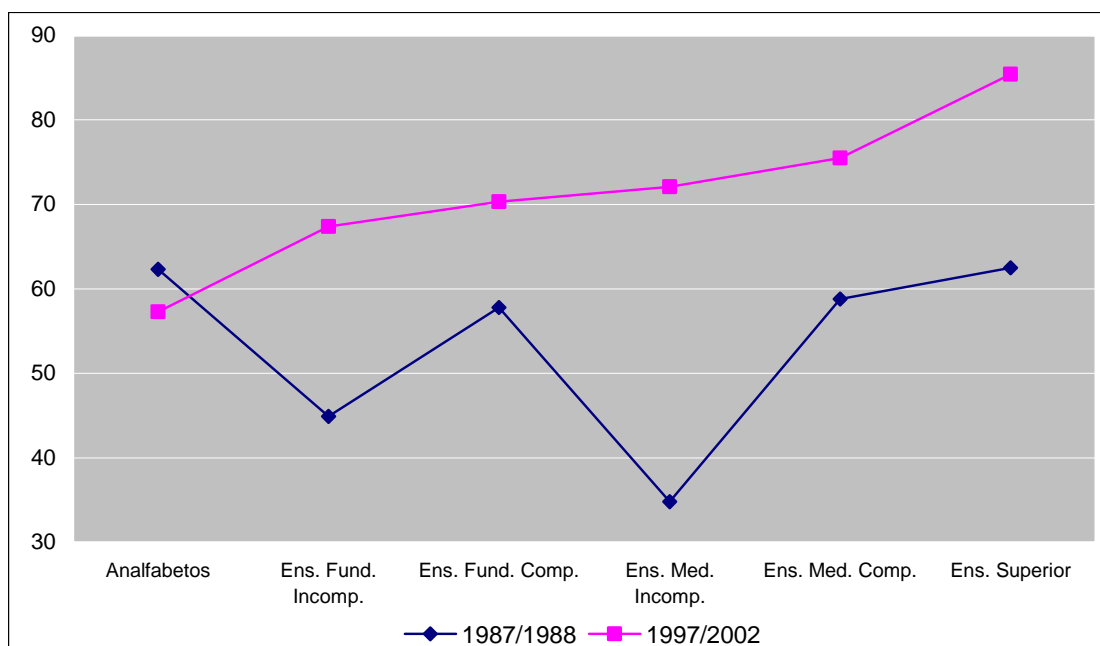
De acordo com as taxas de participação das pessoas de meia idade segundo o sexo (gráfico 4), observa-se que a taxa masculina dos indivíduos de meia idade é maior do que a feminina independente dos períodos. Isso decorre da superior representação na PEA dos homens deste grupo etário.

Apesar da população em idade ativa ser composta mais por mulheres de 40 a 59 anos de idade do que por homens, a sua inserção produtiva, evidenciada pelas taxas de participação acima, mesmo registrando uma variação percentual positiva de 39,9%, maior que a dos homens (de

<sup>27</sup> Considerou-se como idosos o segmento etário de 60 anos ou mais de idade.

33,5%) entre os dois períodos não foi suficiente para reduzir a distância entre as taxas de participação dos dois sexos para as pessoas deste grupo etário. Destarte, no primeiro momento, a taxa de participação dos homens de meia idade era em torno de 19,3 pontos percentuais superior à das mulheres, ao passo que esta diferença foi ampliada para cerca de 23 pontos percentuais no período mais atual (1997/2002).

Esse movimento contraria a tendência de redução das assimetrias entre as taxas de participação por sexo no que diz respeito ao total da população da RMS. Neste caso, o aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho é muito mais significativo do que o dos homens. A variação percentual positiva das taxas femininas foi de 41,8% contra um crescimento registrado pelos homens de somente 25,2%, entre os dois períodos anteriormente citados, implicando em que a discrepância das taxas de participação femininas e masculinas (devido a vantagem quantitativa dos últimos) fosse diminuída de 17,2 pontos percentuais para 15,3 pontos percentuais.



**Gráfico 5 – Taxa de participação das pessoas de meia idade segundo o grau de escolaridade RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

A exigência por níveis crescente de educação formal tem cada vez mais deixado de ser uma tendência para tornar-se uma realidade no mercado de trabalho. Na RMS, este fato é também comprovado no que consiste às taxas de participação das pessoas de meia idade, pois, conforme o gráfico 5, observa-se que, em ambos os períodos, as maiores taxas de participação

concentram-se nos mais altos níveis de escolaridade. Outro fato relevante se refere à mudança de comportamento em suas taxas de participação ocorrida de um período para outro. Enquanto no primeiro momento havia uma tendência de aumento oscilante das taxas de participação do grupo de meia idade segundo a mudança progressiva dos ciclos escolares, no segundo, ocorreu um amplo e sistemático crescimento dessas taxas de participação em consonância com o aumento dos níveis de escolaridade. Ademais, é fundamental ressaltar o aumento da taxa de participação das pessoas de meia idade no grau correspondente ao Ensino médio incompleto, cuja variação percentual positiva (de 107,2%) foi a mais expressiva, a diminuição da participação no mercado de trabalho dos analfabetos de meia idade e a abrangência deste grupo etário no nível de ensino superior, cuja taxa em 1997/2002 correspondia a 85,4%, devido ao crescimento de 36,6%.

**Tabela 11 – Taxa de participação por faixas etárias segundo grau de escolaridade  
RMS 1987/1988 e 1997/2002**

Períodos e grupos etários	Escolaridade						
	Total	Analfabeto	Ensino fundamental		Ensino médio		Ensino superior completo
			Incompleto	Completo	Incompleto	Completo	
1987/1988							
Total	45,9	56,5	36,9	75,1	24,0	63,0	59,4
De 40 a 59 anos	52,3	62,3	44,9	57,8	34,8	58,8	62,5
Demais grupos etários	44,5	53,9	35,4	78,5	23,3	63,8	58,0
1997/2002							
Total	60,8	40,0	49,7	63,6	65,8	78,1	84,1
De 40 a 59 anos	71,4	57,3	67,4	70,3	72,1	75,5	85,4
Demais grupos etários	57,7	31,2	45,7	61,8	65,1	79,0	83,1

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

No que concerne às taxas de participação por faixas etárias segundo o nível de escolaridade, nota-se que as tendências assumidas pelos demais grupos etários em cada período são similares as registradas pelas pessoas de meia idade, conforme a tabela 11. Nos níveis de instrução mais altos houve redução das diferenças entre as taxas de participação das pessoas de meia idade e dos demais grupos etários e mesmo no caso singular do ensino fundamental completo, quando as taxas das pessoas de meia idade cresceram e as dos demais grupos etários reduziram-se, elas tornaram-se mais próximas. Essa semelhança na evolução das taxas de participação das pessoas de meia idade e dos demais grupos etários, de convergência de

elevação das taxas dos mais escolarizados, acompanha a maior exigência de instrução formal nos postos de trabalho que estão sendo criados.

**Tabela 12 – Taxa de participação por faixas etárias segundo posição na família  
RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Períodos e grupos etários	Posição na família					
	Total	Chefe	Cônjuge	Filho	Outros Parentes	Outros
1987/1988						
Total	45,8	62,2	39,2	36,2	38,8	67,4
De 40 a 59 anos	35,9	60,4	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais grupos etários	47,9	63,2	53,9	36,8	42,5	71,9
1997/2002						
Total	60,6	75,1	58,0	50,1	49,9	86,8
De 40 a 59 anos	71,3	79,7	56,3	68,7	59,2	86,6
Demais grupos etários	57,6	71,9	59,0	49,5	49,0	86,8

Fonte: PED/RMS – UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE

Nota: A categoria “outros” é composta por: agregado, pensionista, empregado doméstico, parente do empregado doméstico e outros.

Analisando-se as taxas de participação por faixas etárias segundo a posição na família (tabela 12), no período de 1987/1988, constata-se que as taxas de participação das pessoas de meia idade concentravam-se unicamente na posição de chefe de família. No período seguinte, esta taxa passa de 60,4% para 79,7%, indicando um acréscimo de 32% na sua participação relativa. Isto reflete uma predominância das pessoas desta faixa etária na posição de chefe de família tanto na PIA, quanto na PEA. Especificando as taxas de participação das pessoas de meia idade segundo as posições familiares no período de 1997/2002, sobressaem-se as condições de “outros” e “chefe”, com as taxas mais elevadas, respectivamente, 86,6% e 79,7%.

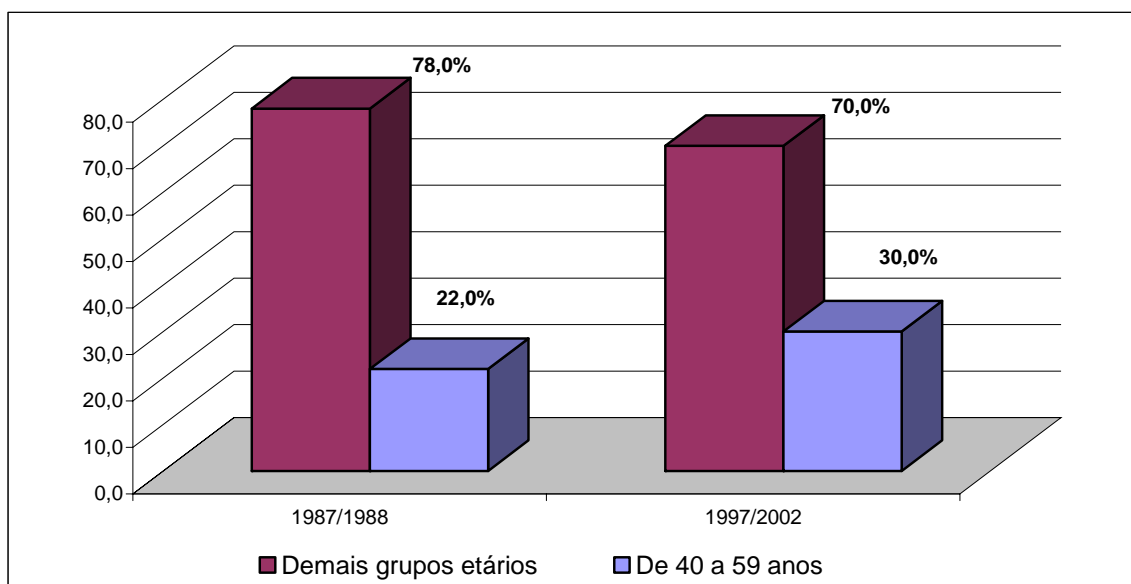
Na comparação com os demais grupos de idade, observa-se a maior relevância da posição de chefe de família para as pessoas de meia idade, uma vez que estas registraram uma considerável variação positiva de 32%, enquanto os demais grupos etários aumentaram sua participação na condição de chefe em apenas 13,8%, entre os dois períodos. Assim como na faixa de meia idade, as posições familiares de maior destaque entre os demais grupos etários no último período foram: outros, com 86,8% e chefe, com 71,9%.

Neste sentido, as pressões sobre o mercado de trabalho são mais significativas para as pessoas na condição de chefe de família por causa da tradicional atribuição social de

responsabilidades pela garantia majoritária do sustento familiar. Na condição de “outros”, a maior pressão sobre o mercado de trabalho decorre de sua relação com a família não envolver necessariamente algum tipo de parentesco, podendo ser muitas vezes fruto de um acordo comercial, o que torna esta posição mais instável. Assim, as pessoas que se posicionam como “outros” no grupo familiar necessitam trabalhar para garantir a própria sobrevivência, o que pode estar fazendo com que em ambos os períodos e grupos etários a sua taxa desponte como a mais elevada.

### 5.3 CARACTERÍSTICAS DA OCUPAÇÃO

De acordo com o gráfico 6, há um aumento da participação das pessoas de meia idade no total de ocupações criadas na RMS de 22% para 30% (um incremento de 36,4%), ao passo que os demais grupos etários reduziram a sua participação em 10,3%, passando de 78% para 70%.



**Gráfico 6 – Distribuição da ocupação segundo faixas etárias RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Particularizando a ocupação das pessoas de meia idade em duas faixas etárias (40 a 49 anos e 50 a 59 anos de idade), percebe-se um maior predomínio do primeiro segmento nesta condição (em 1997/2002, representavam 20,7% do total de ocupados), sendo inclusive o que mais incrementou a sua participação na ocupação (38,9%), já o segundo segmento correspondia a 9,3% do total de ocupados e aumentaram a sua participação em 27,4%. Esta distribuição ocupacional dos grupos etários de meia idade evidencia, por um lado, o caráter

mais produtivo da faixa de 40 a 49 anos, tradicionalmente com elevada participação no mercado de trabalho e, por outro, demonstra uma menor intensidade de participação das pessoas de 50 a 59 anos, tendencialmente mais voltadas para a inatividade.

O perfil da ocupação na RMS no que se refere à distribuição das pessoas de meia idade nos setores de atividade econômica (tabela 13) revela modificações semelhantes às do total da população, entre os dois períodos analisados. A hegemonia do setor terciário entre os ocupados predomina.

**Tabela 13 – Distribuição de pessoas ocupadas por faixas etárias segundo setores de atividade econômica  
RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Períodos e grupos etários	Setores de atividade econômica				
	Indústria	Comércio	Construção Civil	Serviços	Outras Atividades
1987/1988					
Total	12,2	18,7	7,5	58,1	3,5
De 40 a 59 anos	9,9	17,2	8,2	61,0	3,7
Demais grupos etários	12,9	19,1	7,3	57,3	3,4
1997/2002					
Total	9,2	16,9	5,4	67,1	1,4
De 40 a 59 anos	9,1	13,9	6,0	69,5	1,4
Demais grupos etários	9,2	18,2	5,2	66,1	1,4

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Assim, as pessoas de meia idade encontram-se, principalmente, distribuídas no setor Serviços, seguido pelas ocupações nos setores: Comércio, Indústria, Construção Civil e Outras Atividades, respectivamente. Essa estrutura setorial não somente se mantém como é acentuada a predominância da inserção deste grupo etário em atividades ligadas ao setor Serviços, em função do crescimento de 61% para 69,6% (incremento relativo de 13,9%) entre os períodos 1987/1988 e 1997/2002. Chama a atenção o fato deste setor ter sido o único que expandiu a participação das pessoas de meia idade.

Embora "Outras atividades" e "Construção Civil" tenham se sobressaído entre os setores que tiveram reduções na participação dos ocupados de meia idade, com variações percentuais negativas de 62,2% (passou de 3,7% para 1,4%) e de 26,8% (passou de 8,2% para 6%), respectivamente, eram os menos expressivos proporcionalmente. Assim, uma maior importância relativa deve ser dada à contração dos setores Comércio que diminuiu de 9,9% para 9,1% (queda de 8,1%) e Indústria, de 17,2% para 13,9% (queda de 19,2%).

Com relação à redução dos empregos no setor industrial, historicamente responsáveis pela oferta de postos de trabalho de melhor qualidade, pode-se afirmar que dentre os fatores que influenciaram a sua contração na década de 1990, certamente estão a substituição dos produtos nacionais pelos importados no início do Plano Real e o processo de reestruturação das empresas nacionais, composto tanto pelos processos de modernizações quanto pela desnacionalização de empresas estatais.

Ainda na tabela 13, comparando-se a distribuição setorial dos ocupados de meia idade com “os demais grupos etários”, algumas considerações merecem ser comentadas. O segmento “Demais grupos etários” permaneceu mais ocupado do que as pessoas de meia idade nos setores de Comércio e Indústria e teve menor participação nos setores de Serviços e Construção Civil. Sobre estas distinções, merece ser enfatizada a significativa redução de 12,9% para 9,2% (queda de 28,7%) dos demais grupos etários no setor industrial entre os períodos analisados, quase igualando a participação de 9,1% das pessoas de meia idade neste referido setor e o maior incremento relativo deles de 15,4% (passando de 57,3% para 66,1%) nas ocupações do setor de Serviços a despeito de ficar aquém da participação dos ocupados de meia idade, que correspondiam a 69,5% nos Serviços em 1997/2002.

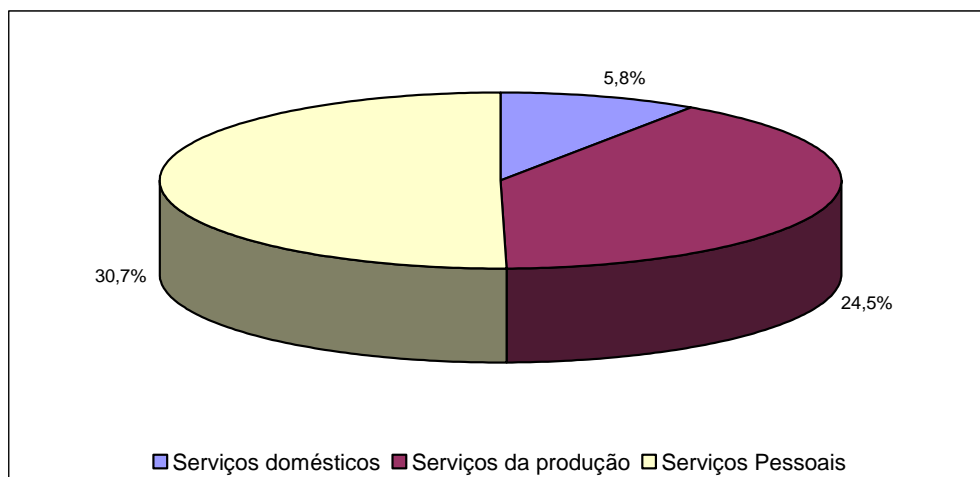
Observando mais detidamente o “setor serviços” (visto que este é o mais significativo da RMS em criação de vagas), no que tange às pessoas de meia idade, percebe-se que a dinâmica de suas ocupações foi determinada pelos crescimentos nos “serviços da produção”<sup>28</sup> (38%) e “serviços domésticos” (29,3%). Tendo o primeiro passado de 24,5% para 33,8% e o segundo de 5,8% para 7,5%, como pode ser visto nos gráficos 7 e 8.

Não obstante os serviços domésticos constituírem o subsetor de menor relevância no total dos Serviços desempenhados pelos trabalhadores de meia idade, o seu percentual em 1997/2002 quase se equipara aos 9,1% da indústria e supera as proporções dos setores da Construção Civil (com 6%) e Outras Atividades (com apenas 1,4%). A ênfase que havia nos “serviços pessoais”<sup>29</sup> em 1987/1988 foi perdida no período seguinte devido à queda de 30,7% para

<sup>28</sup> O subsetor Serviços da Produção é composto por 11 setores de atividade: transporte e armazenagem; serviços de utilidade pública; serviço especializado; serviços de adm. pública, forças armadas e polícia; serviços creditícios e financeiros; serviços de comunicação; diversão, radiodifusão e teledifusão; comércio, adm. de valores imobiliários e de imóveis; serviços auxiliares; outros serviços de reparação e serviços de limpeza e vigilância.

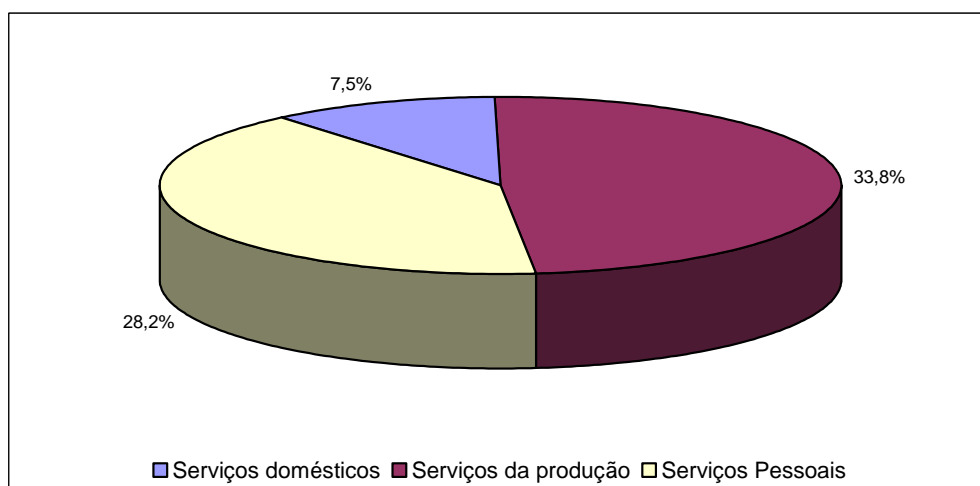
<sup>29</sup> O subsetor Serviços Pessoais é composto pela agregação de 10 setores: serviços pessoais; vendedores de rua; entidades carnavalescas; serviços comunitários; serviços de alimentação; educação; saúde; oficinas de reparação mecânica; hotéis, pensões e alojamentos e outros serviços.

28,2% (variação negativa de 8,1%), o que fez com que ficasse 5,6 pontos percentuais abaixo do subsetor de “serviços da produção”.



**Gráfico 7 – Distribuição dos ocupados de meia idade nos subsetores de serviços RMS, 1987/1988**

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.



**Gráfico 8 – Distribuição dos ocupados de meia idade nos subsetores de Serviços RMS, 1997/2002**

FONTE: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Do ponto de vista da ocupação, por posição na ocupação, segundo as faixas etárias da RMS (tabela 14), não se verifica um processo de desassalariamento (perda de participação dos assalariados no total da ocupação). Pelo contrário, o movimento é de expansão, contudo, a maior parte dos empregos assalariados que surgem não tem registro em carteira.

Muito embora os assalariados tenham sido a posição (entre as que cresceram) para as pessoas

de meia idade que registrou o incremento relativo menos expressivo de 4,1% (passando de 52,8% para 54,9%) entre os períodos, as ocupações criadas para este grupo etário no mercado de trabalho da RMS são, na sua maioria, assalariadas.

**Tabela 14 – Distribuição dos ocupados, por posição na ocupação, segundo as faixas etárias RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Posição na ocupação	1987/1988		1997/2002	
	De 40 a 59 anos	Demais grupos etários	De 40 a 59 anos	Demais grupos etários
Ocupados	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados	52,8	59,3	54,9	60,6
Assalariados do setor privado	26,6	44,5	31,1	49,1
Subcontratados	3,2	4,4	3,6	5,3
Demais	23,5	40,1	27,5	43,8
Com carteira	23,9	35,0	25,8	35,0
Sem carteira	2,8	9,5	5,3	14,1
Assalariados do setor público	26,1	14,7	23,8	11,4
Autônomo	34,5	24,2	27,7	21,3
Que trabalha na empresa	4,5	5,7	4,1	4,5
Que trabalha para o público	30,0	18,6	23,7	16,7
Empregadores	3,9	1,8	6,6	3,0
Empregados domésticos	5,9	10,4	7,5	11,8
Demais	2,9	4,2	3,3	3,4

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Detalhando a composição dos assalariados de meia idade em duas esferas de atuação (setores privado e público), tem-se a dimensão de que foram os assalariados do setor privado que, de fato, impulsionaram o aumento da participação no total dos assalariados, visto que no setor público houve redução da proporção do assalariamento. Enquanto no setor privado a proporção de assalariados de meia idade cresceu de 26,6% para 31,1% (incremento de 16,9%), no público reduziu-se em 8,8% (de 26,1% para 23,8%).

Essa redução de postos de trabalho no setor público é uma tendência esperada e já apontada em diversos estudos que versam sobre as práticas da política neoliberal implementada no Brasil durante os anos 1990, onde uma das mais importantes implicações é a redução acentuada da área de atuação governamental e conseqüentemente dos empregos públicos.

Examinando mais detidamente os assalariados de meia idade do setor privado quanto à forma de contratação, percebe-se que as maiores proporções deste grupo etário estão distribuídas no emprego assalariado cujo contrato é feito diretamente com a empresa em que se exerce o trabalho e quanto ao tipo de vínculo, predominava a carteira de trabalho assinada, ambos registrando variações percentuais positivas de 17% e de 7,9%, respectivamente.

Entretanto, o assalariamento sem carteira assinada, que em 1987/1988 representava apenas 2,8% passou para 5,3% do total de ocupados de meia idade em 1997/2002 devido ao expressivo incremento relativo de 89,3% e os assalariados subcontratados também incrementaram a sua participação no total das ocupações criadas em 12,5% (de 3,2% para 3,6%).

Este crescimento dos empregos assalariados sem carteira assinada e das subcontratações denota a precarização das relações de trabalho das pessoas de meia idade e particularmente evidencia um processo de flexibilização dos postos de trabalho das pessoas de meia idade em intensidade mais acentuada no que tange ao crescimento de empregos sem carteira, posto que este é muito superior ao acréscimo obtido pelos demais grupos etários (de 48,4%) e total da população (de 43,3%).

As ocupações na posição de autônomos das pessoas de meia idade foram reduzidas de 34,5% para 27,7% (queda de 19,7%), sendo, contudo, mais do que compensadas pelo crescimento do emprego doméstico que passa de 5,9% para 7,5% (incremento de 27,1%). Ainda em relação aos autônomos, há uma maior participação das pessoas de meia idade em trabalhos para o público do que na empresa, mesmo depois de ter reduzido de 30% para 23,7% (queda de 21%).

Deve-se pontuar, que a forma como está estruturada a ocupação autônoma das pessoas de meia idade revela que os tipos de inserção predominantes são mais compensados pelas condições de trabalho e de remuneração tradicionais precárias (trabalhos autônomos para o público) do que por ocupações modernas, onde surgem condições de trabalho e de remuneração mais propícias, compatíveis com o perfil do autônomo que presta serviços para as grandes empresas (técnicos especializados e mão-de-obra com elevado nível de instrução e grande experiência profissional).

Já a posição “empregadores” sai de 3,9% para 6,6% (variação positiva de 69,2%). Este significativo aumento da participação do grupo de meia idade na condição de empregadores poder ser interpretado como um indicativo positivo de empreendedorismo e de ganho de autonomia, mesmo com o elevado índice de mortalidade das micro e pequenas empresas. Por outro lado, um aspecto negativo desse fenômeno pode ser a ausência de uma série de garantias e direitos trabalhistas típicos de contratos formais, a qual estão sujeitos os trabalhadores de meia idade que se encontrem na condição de empregadores.

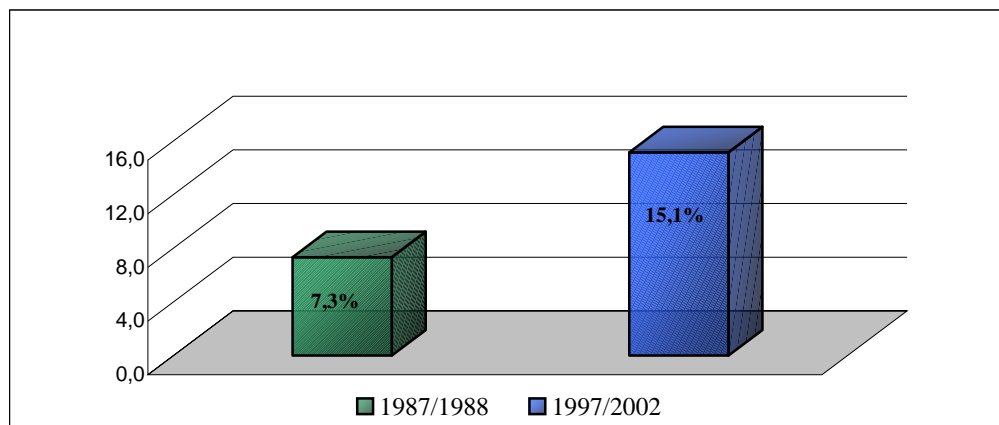
Na comparação com os demais grupos etários, observa-se uma tendência similar em termos de mudanças nas posições ocupacionais, porém em menor intensidade. Assim como para as

pessoas de meia idade, houve um pequeno crescimento dos assalariados, um incremento considerável dos empregadores, seguido pelo aumento do emprego doméstico. Para os autônomos as ocupações foram reduzidas e diferentemente das pessoas de meia idade, que tiveram um acréscimo de 13,8% nas demais ocupações, contraíram em 19% a sua participação.

Uma afirmação que pode ser feita em relação aos resultados da tabela 14 é que a participação das pessoas de meia idade nas posições ocupacionais mais precárias em termos de condições de trabalho, evidenciadas pela agregação das ocupações assalariadas sem carteira assinada, dos autônomos e empregados domésticos, foi reduzida na passagem do primeiro para o segundo período de 43,2% para 40,5% (queda de 6,2%). Esse movimento foi diametralmente oposto ao registrado pelos demais grupos etários, onde estas ocupações, deficientes do ponto de vista dos direitos trabalhistas e da remuneração auferida, eram mais representativas do que para os trabalhadores de meia idade no primeiro período (44,1%) e tiveram esse diferencial relativo ampliado para 47,2% no segundo, com um incremento de 7%.

#### 5.4 A VARIAÇÃO DO DESEMPREGO

Referente ao desemprego das pessoas de meia idade, segundo o gráfico 9, observa-se que o seu crescimento de 106,8% (de 7,3% para 15,1%) foi muito acentuado entre os dois períodos analisados. Vale ressaltar que a elevação do desemprego da RMS atingiu mais fortemente as pessoas de meia idade do que os outros grupos etários, a exceção dos idosos, mesmo para aqueles em que o desemprego era maior, como por exemplo, as crianças e adolescentes (10 a 17 anos) e os jovens (18 a 24 anos).



**Gráfico 9 – Taxa de desemprego total das pessoas de meia-idade RMS 1987/1988 e 1997/2002**

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Na tabela 15, ao se analisar as taxas de desemprego por faixas etárias segundo os tipos de desemprego, se constata que o desemprego oculto (procura de trabalho associada a realização de atividades precárias/instáveis e ausência de trabalho e de procura associado ao desejo de voltar a trabalhar) acomete mais as pessoas de meia idade do que o desemprego aberto (procura por um novo trabalho quando perde-se o emprego anterior, sem o exercício de nenhum “bico”). Embora haja uma maior incidência do desemprego oculto no grupo de meia idade, o desemprego aberto foi o tipo que mais se agravou entre os dois períodos em questão, com uma variação percentual positiva de 128,1% contra um incremento de 90,2% do desemprego oculto.

O predomínio do desemprego oculto no grupo de meia idade parece resultar da configuração da precariedade em uma alternativa mais viável para as pessoas de meia idade. Isso porque esta faixa etária é mais cobrada socialmente no se refere ao ato de sustentar-se, de assumir responsabilidades com o sustento da família ou no mínimo dar uma contribuição no sentido de complementar a renda familiar. Ademais, as pessoas de meia idade ainda mantêm uma elevada capacidade produtiva, fatos que somados concorrem para que elas se sujeitem a realizar atividades mais precárias e eventuais enquanto buscam um novo trabalho.

**Tabela 15 – Taxa de desemprego por grupos etários segundo o tipo  
RMS 1987/1988 e 1997/2002**

Períodos e grupos etários	Desemprego				
	Total	Aberto	Oculto		
			Total	Por trabalho precário	Por desalento
1987/1988					
Total da PIA	15,8	8,9	7,0	4,3	2,7
De 40 a 59 anos	7,3	3,2	4,1	2,9	1,2
Demais grupos etários	18,0	10,3	7,7	4,6	3,1
1997/2002					
Total da PIA	25,9	15,0	10,9	7,6	3,3
De 40 a 59 anos	15,1	7,3	7,8	5,9	2,0
Demais grupos etários	29,8	17,8	12,0	8,2	3,8

FONTE: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Neste sentido, as maiores taxas de desemprego oculto encontradas para as pessoas de meia idade são do tipo oculto por trabalho precário, onde as pessoas combinam a realização de atividades irregulares à busca por um trabalho melhor, assegurando assim o auferimento de alguma renda que lhe proporcione no mínimo a própria sobrevivência e, portanto possibilitando ao desempregado manter-se por um período maior na procura por um novo emprego. Entre os dois períodos em questão, houve um aumento de 2,9% para 5,9% (um acréscimo de 102,3%).

Destarte, o segundo tipo de desemprego oculto, por desalento - que se refere àqueles que pararam de tentar conseguir um emprego por estarem desanimados, após um longo período procurando sem sucesso - era menos representativo para as pessoas de meia idade e registrou inclusive um menor crescimento que o tipo oculto pelo trabalho precário, passando de 1,2% para 2,0% (variação percentual positiva de 65,1%).

Entre 1987/1988 e 1997/2002, além das taxas totais de desemprego das pessoas de meia idade serem umas das mais dinâmicas de todas as faixas etárias, destacam-se novamente pelo crescimento intenso em todos os tipos de desemprego. Não obstante as taxas de desemprego das pessoas de meia idade serem menores do que as de todos os grupos etários, exceto das pessoas de 60 anos ou mais, a expressiva expansão de seu desemprego revela como este grupo tem sido um dos mais afetados pelas mudanças realizadas no âmbito das empresas.

A observação da distribuição dos desempregados por faixas etárias segundo o tempo de procura por trabalho (tabela 16), indica que o tempo de procura mais usual para os desempregados da RMS tem duração de até 1 ano, seguido pelo tempo de 1 a 6 meses.

**Tabela 16 – Distribuição dos desempregados por faixas etárias, segundo tempo de procura de trabalho  
RMS, 1997/1988 e 1997/2002**

Períodos e grupos etários	Tempo de procura por trabalho					
	Até 1 mês	De 1 a 6 meses	De 6 meses a 1 ano	Até 1 ano	Mais de 1 ano	Nunca trabalhou
1987/1988						
Total	8,9	21,8	9,8	40,4	7,0	12,1
De 40 a 59 anos	8,0	23,0	11,2	42,3	12,0	(N.S.)
Demais grupos etários	9,0	21,7	9,6	40,3	6,6	12,9
1997/2002						
Total	9,0	17,7	12,6	39,4	13,2	8,1
De 40 a 59 anos	7,9	17,0	13,6	38,6	22,0	(N.S.)
Demais grupos etários	9,1	17,8	12,5	39,5	11,9	9,2

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

(N.S.) Não significativo. A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Relativo aos desempregados de meia idade, assim como para o total da população, maior é a sua distribuição nos tempos de procura de até 1 ano e de 1 a 6 meses, respectivamente. Entretanto, de 1987/1988 para 1997/2002, a proporção de desempregados deste grupo etário no tempo de até 1 ano de procura foi reduzido de 42,3% para 38,6% (queda de 8,6%).

Essa diminuição poderia estar sinalizando uma melhoria das condições de inserção produtiva dos desempregados de meia idade caso fosse acompanhada por um movimento semelhante na

participação deles no tempo de procura mais demorado (mais de um ano). Infelizmente, isso não ocorre, muito pelo contrário, constata-se um agravamento do fenômeno do desemprego, através do expressivo aumento do tempo de mais de 1 ano de procura de 12% para 22% (acréscimo relativo de 83,9%).

Concomitantemente, as evidências da ampliação das dificuldades para o desempregado de meia idade obter uma nova ocupação são confirmadas pelas diminuições de suas participações nos menores tempos de procura (até 1 mês e de 1 a 6 meses). Assim, a proporção de desempregados de meia idade no tempo de até 1 mês de procura caiu de 8% para 7,9% (redução de 1,3%), ao passo que no tempo de 1 a 6 meses limitou de 23% para 17% (queda de 26%).

A tabela 17 se fundamenta na informação da PED sobre o último setor em que o desempregado trabalhou e tem por objetivo ilustrar quais os setores em que mais estava concentrada a distribuição dos desempregados por faixas etárias. Dessa maneira, bem como se observou para os ocupados, o setor de serviços destaca-se pela grande representatividade entre os desempregados da RMS.

**Tabela 17 – Distribuição dos desempregados por faixas etárias segundo setores de atividade econômica  
RMS 1987/1988 e 1997/2002**

Períodos e grupos etários	Setores de atividade econômica							Outras Atividades
	Indústria	Comércio	Construção Civil	Serviços				
				Total	Domésticos	Da Produção	Pessoais	
1987/1988								
Total	14,8	18,1	13,9	51,2	11,5	19,8	20,0	2,0
De 40 a 59 anos	14,9	11,7	24,3	47,8	8,9	20,9	17,9	1,3
Demais grupos etários	14,8	18,9	12,6	51,6	11,8	19,6	20,2	2,1
1997/2002								
Total	10,5	18,1	11,1	59,8	15,1	24,6	20,1	0,5
De 40 a 59 anos	13,1	12,0	17,2	57,1	12,0	27,0	18,1	0,7
Demais grupos etários	9,9	19,5	9,7	60,4	15,8	24,0	20,6	0,5

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

No tocante à distribuição dos desempregados de meia idade em termos dos setores de atividade econômica, no primeiro período de análise (1987/1988), o setor de maior representatividade era o de serviços (com 47,8%), seguido pela construção civil (com 24,3%), indústria (com 14,9%), comércio (com 11,7%) e por fim pelas outras atividades (com apenas 1,3%).

No segundo período (1997/2002), os setores que mais desempregaram os trabalhadores de

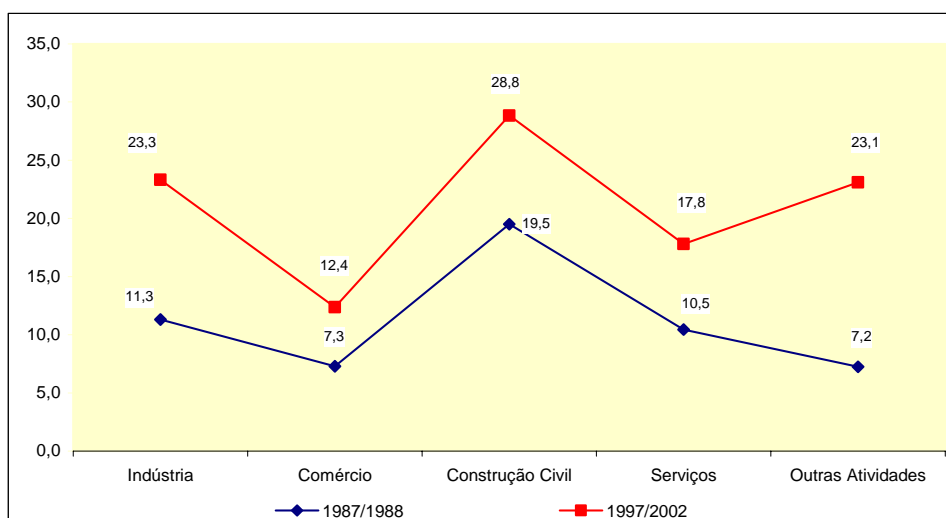
meia idade mantiveram-se na mesma ordem de importância, a despeito das variações registradas. O setor de serviços passou a conter 57,1% dos desempregados, implicando em um incremento relativo de 19,5%, a construção civil ficou com 17,2% (redução de 29,2%), a indústria diminuiu para 13,1% (queda de 12,1%), o comércio aumentou para 12% (acrécimo de 2,6%) e as outras atividades passaram para 0,7% (expressiva diminuição de 46,2%).

Do setor de serviços, o subsetor serviços da produção tinha o predomínio dos desempregados de meia idade, eram 20,9% e passaram para 27% (crescimento de 29,2%, entre os dois períodos em estudo).

Posteriormente, vinha o subsetor serviços pessoais, que era composto por 17,9% dos desempregados de meia idade no primeiro período, passando para 18,1% no segundo (incremento de 1,1%).

Finalmente, apresenta-se o subsetor serviços domésticos, que embora tenha uma menor distribuição de desempregados de meia idade, registrou o crescimento mais significativo, passando de 8,9% para 12 % (uma variação percentual positiva de 34,8%).

Analisando a distribuição dos desempregados de meia idade em relação ao desemprego setorial do total da população (gráfico 10), percebe-se que a participação dos desempregados de meia idade foi ampliada em todos os setores. O agravamento do desemprego para as pessoas de meia idade é revelado pela expansão de sua participação no desemprego total de 11,2% para 18,7% (acrécimo de 66,4%).



**Gráfico 10 – Distribuição dos desempregados de meia idade em relação ao desemprego do total da população, segundo os setores de atividade econômica RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Neste sentido, as outras atividades passaram de 7,2% para 23,1%, correspondendo ao maior incremento relativo de 218,9%. Outrossim, o setor industrial foi responsável por um expressivo crescimento do desemprego entre os trabalhadores de meia idade, que passaram de 11,3% para 23,3% do total (um acréscimo de 106,2%).

Ademais, o setor de serviços aumentou significativamente a proporção de desempregados de meia idade, saindo de 10,5% para 17,8% do total, equivalendo a um crescimento de 70,3%. Outro fato que atesta a gravidade do desemprego para as pessoas de meia idade é o crescimento da participação dos desempregados de meia idade no total dos três subsetores de serviços (da produção, pessoais e domésticos), sobretudo nos serviços da produção, que é o mais representativo proporcionalmente e reúne as atividades de melhor qualidade.

O comércio veio logo em seguida, ampliando o peso dos trabalhadores de meia idade desempregados no total de desempregados da RMS, representavam 7,3% em 1987/1988 e ficaram com 12,4% em 1997/2002 (um incremento de 69,6%).

Não obstante a menor variação percentual positiva da construção civil de 47,9% (aumentou de 19,5% para 28,8%), este foi o setor mais representativo para os desempregados de meia idade em relação ao total da população.

## 5.5 A EVOLUÇÃO DOS RENDIMENTOS

Referente ao rendimento dos ocupados, observa-se que ocorreram modificações significativas entre os períodos de 1987/1988 e 1997/2002. Quando se analisa o rendimento real médio mensal dos ocupados por faixa etária segundo os setores de atividade econômica (tabela 18), os resultados indicam uma queda generalizada no nível de rendimentos dos trabalhadores de meia idade, acompanhando uma piora das condições de vida do total de pessoas ocupadas da RMS. Cabe, contudo, ressaltar que a redução do rendimento real médio das pessoas de meia idade foi inferior à dos demais grupos etários no comparativo do dois períodos, -1,7% contra -12,2%, respectivamente, e não atingiu o setor da construção civil.

Sendo assim, a queda global do rendimento real médio das pessoas de meia idade foi atenuada pelo crescimento registrado no setor da construção civil. Este setor foi o único em que os trabalhadores de meia idade não tiveram perda de poder aquisitivo, visto que no primeiro

momento o rendimento obtido era R\$ 779 e no segundo passou para R\$ 824, o que corresponde a um incremento relativo de 5,9%.

**Tabela 18 – Rendimento real médio dos ocupados segundo faixas etárias e setores de atividade econômica  
RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Valores em reais de dezembro de 2002								
Períodos e grupos etários	Total	Setores de atividade econômica						
		Indústria	Comércio	Construção Civil	Serviços			
					Total	Domésticos	Da Produção	Pessoais
1987/1988								
Total	694	1.297	602	649	598	128	1.146	519
De 40 a 59 anos	984	1.855	890	779	803	159	1.554	696
Demais grupos etários	616	1.180	533	610	533	123	1.020	457
1997/2002								
Total	667	880	507	565	537	163	858	591
De 40 a 59 anos	967	1.369	747	824	738	184	1.195	834
Demais grupos etários	541	686	435	443	444	157	696	480

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Nota: O inflator utilizado foi o IPC da SEI.

No que tange aos demais setores de atividade, o setor industrial sobressaiu-se com a mais expressiva queda do nível de rendimentos, passando de R\$ 1.855 para R\$ 1.369 (variação percentual negativa de 26,2%), sendo seguido pelo comércio e pelos serviços, ambos com reduções nos rendimentos dos trabalhadores de meia idade de 16,1% e de 8,2%, respectivamente, entre os dois períodos analisados.

Apesar do setor de serviços ter reduzido o rendimento para os trabalhadores de meia idade, alguns de seus subsetores tiveram ganhos reais de rendimento. Enquanto nos serviços domésticos os rendimentos passaram de R\$ 159 para R\$ 184 (incremento de 15,3%), nos serviços pessoais o acréscimo foi ainda maior, aumentando de R\$ 696 para R\$ 834, o que equivale a um ganho de 19,7%.

Portanto, a perda de rendimentos do setor de serviços é totalmente derivada do subsetor de serviços da produção, que teve uma queda bastante acentuada dos rendimentos dos trabalhadores de meia idade. No primeiro período auferia-se rendimentos de R\$ 1.554 ao passo que no segundo passaram para R\$ 1.195, uma redução de 23,1%.

Quando se observa as variações dos rendimentos reais médios, por posição na ocupação, segundo as faixas etárias (tabela 19), pode-se notar que, entre os trabalhadores de meia idade,

foram os assalariados que tiveram a perda mais expressiva em seus rendimentos. Enquanto no primeiro momento recebiam R\$ 1.199, no segundo passaram a receber R\$ 961 (uma variação percentual negativa de 19,8%).

**Tabela 19 – Rendimento real médio dos ocupados, por posição na ocupação, segundo as faixas etárias RMS, 1987/1988 e 1997/2000**

Posição na ocupação	1987/1988			1997/2002		
	Total	De 40 a 59 anos	Demais grupos etários	Total	De 40 a 59 anos	Demais grupos etários
Ocupados	694	984	616	667	967	541
Assalariados	816	1.199	727	628	961	507
Assalariados do setor privado	727	996	683	594	908	510
Com carteira	997	1.285	922	699	1.013	587
Sem carteira	220	305	210	283	417	257
Assalariados do setor público	1.720	1.844	1.616	1.139	1.230	1.029
Autônomo	420	493	389	459	543	410
Que trabalha na empresa	577	533	550	743	700	671
Que trabalha para o público	382	446	354	394	456	358
Empregadores	2.446	2.840	2.200	2.399	2.733	2.113
Empregados domésticos	130	159	126	172	189	167
Demais	1.322	1.839	1.676	1.768	2.122	2.075

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Nota: O inflator utilizado foi o IPC da SEI.

Dentre estes assalariados, os trabalhadores do setor privado com carteira de trabalho assinada foram especialmente atingidos no que se refere à perda de suas remunerações. Assim, a remuneração que auferiam em 1987/1988 era de R\$ 1.285 e caiu para R\$ 1.013 em 1997/2002, equivalendo a uma redução de 21,2%.

Já os assalariados do setor privado sem carteira, pelo contrário, tiveram as suas remunerações acrescidas, passando de R\$ 305 para R\$ 417 (incremento de 36,7%). Entretanto, o aumento ocorrido nas remunerações dos assalariados do setor privado sem carteira assinada deve ser relativizado, visto que os seus salários têm o valor mais baixo em relação ao rendimento pago para as demais posições ocupacionais, a exceção dos empregados domésticos.

No tocante aos assalariados do setor público de meia idade, observa-se que também é expressiva a queda em seus rendimentos entre os dois períodos analisados. Deste modo, os rendimentos que no período inicial eram de R\$ 1.844 caíram no final para R\$ 1.230, representando uma retração de 33,3%.

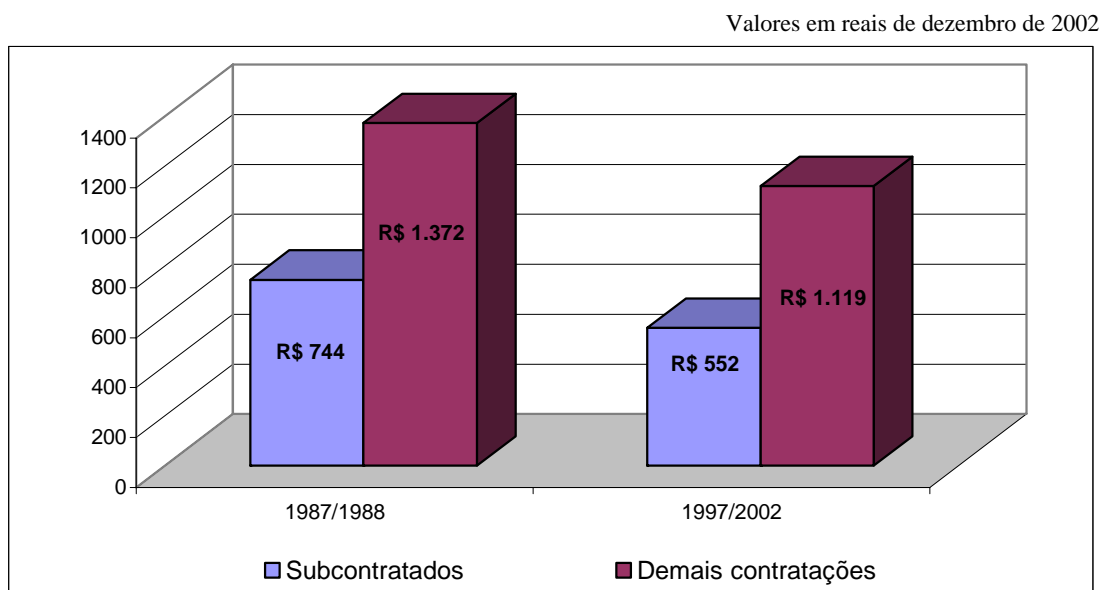
Logo, a redução das remunerações dos assalariados do setor público juntamente com a dos assalariados do setor privado com carteira assinada mais que compensam o aumento conseguido pelos assalariados sem carteira, evidenciando o quão grave está sendo a

precarização do mercado de trabalho para os trabalhadores de meia idade, uma vez que justamente duas das formas de inserção mais regulamentadas estão tendo seus rendimentos reais médios contraídos.

Bem como para os assalariados, os empregadores constituem a outra posição na ocupação em que os rendimentos das pessoas de meia idade foram reduzidos de R\$ 2.840 para R\$ 2.733 (queda de 3,8%).

Novamente, assim como foi visto para os assalariados de meia idade do setor privado sem carteira, as posições de *autônomos*, *empregados domésticos* e *demaís ocupados* registraram incrementos em seus rendimentos, sendo, contudo, as posições na ocupação mais precárias e instáveis para o trabalhador. Delas, merece ser ressaltado o crescimento do rendimento real médio dos empregados domésticos de meia idade de R\$ 159 para R\$ 189 (um aumento de 18,9%).

Analisando o comportamento do rendimento real médio dos assalariados do setor privado das pessoas de meia idade segundo o tipo de contratação (gráfico 11), nota-se que os rendimentos dos assalariados provenientes dos demais tipos de contratações prevaleciam em relação aos dos subcontratados em ambos os períodos, sendo que, no período de 1997/2002, os assalariados de meia idade das demais contratações obtinham rendimentos que representavam mais que o dobro que o recebido pelos subcontratados.



**Gráfico 11 – Rendimento real médio das pessoas de meia idade assalariadas do setor privado segundo o tipo de contratação RMS, 1987/1988 e 1997/2002**

Fonte: PED/RMS - UFBA/SEI/SEPLAN/SEADE/DIEESE.

Nota: O inflator utilizado foi o IPC da SEI.

Vale pontuar que os subcontratados tiveram uma redução mais acentuada de seus rendimentos do que os assalariados dos demais tipos de contrato entre os dois períodos em questão, 25,8% contra 18,4%, respectivamente, sendo, inclusive, maior do que a diminuição registrada pelos demais grupos etários, que foi de 20,5%.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo conseguiu-se delinear um perfil das pessoas de meia idade no mercado de trabalho da RMS, comparando-se os resultados da PED entre os períodos 1987/1988 e 1997/2002. Essa caracterização possibilitou a identificação das principais mudanças, na inserção produtiva do segmento de meia idade, provocadas pelos processos estruturais do sistema capitalista e, mais particularmente, pelo modelo econômico adotado no Brasil durante a década de 1990. Medir a intensidade dessas mudanças para as pessoas de meia idade também tornou-se factível, através da comparação realizada com os “demais grupos etários”.

Por meio do detalhamento das condições de atividade, da ocupação, do desemprego e dos rendimentos auferidos pelas pessoas de meia idade percebeu-se que algumas de suas propriedades históricas, aparentemente, não foram afetadas. Com efeito, as suas taxas de participação, tradicionalmente elevadas, além de continuarem altamente representativas, foram ampliadas de 68,9% para 71,5%, no segundo período. Todavia, o aumento da pressão exercida pelas pessoas de meia idade no mercado de trabalho foi intensamente influenciado pela precarização em curso, sendo predominantemente derivado do expressivo crescimento do desemprego.

No que concerne às taxas de participação, segundo o sexo, constatou-se que os homens de meia idade são predominantes no mercado metropolitano de trabalho. Mesmo levando-se em consideração o incremento mais que proporcional das taxas femininas, estas não foram suficientes para reduzir o diferencial existente entre os sexos. A escolaridade e a posição na família foram outras características investigadas para melhor compreender o aumento de pessoas de meia idade no mercado de trabalho.

No tocante à escolaridade, observou-se que o grupo etário de meia idade aumentou as suas taxas de participação, segundo os níveis de instrução formal, acompanhando o processo mais amplo - de crescimento da escolarização - que tem se evidenciado em quaisquer atributos pessoais do trabalhador (sexo, idade e cor ou raça) e vem sendo captado pelas diversas pesquisas que produzem e divulgam indicadores sobre o mercado de trabalho.

Entretanto, a maior qualificação do contingente de meia idade não, necessariamente, implica em um movimento similar (de crescimento) em relação aos níveis de rendimentos, pois com a crescente desregulamentação praticada no mercado de trabalho e com as maiores dificuldades

de inserção produtiva, impostas pelo aumento vertiginoso do desemprego, os indivíduos tendem a se submeter a ocupações sub-remuneradas. Essa situação é particularmente acentuada para os indivíduos de meia idade, que não podem ficar muito tempo desempregados, principalmente, por causa de seu papel social na estrutura familiar e pelas implicações financeiras e psíquicas consequentemente produzidas.

Os dados parecem contemplar uma situação em que os trabalhadores de meia idade, independentemente de possuírem nível escolar mais elevado, ao ficarem desempregados e não conseguindo reinserirem-se em postos de trabalho que tenham uma remuneração compatível com a sua escolaridade – situação generalizada no mercado de trabalho, mais recentemente – têm aumentado as suas participações no desemprego oculto por trabalho precário e em empregos assalariados, majoritariamente, sem carteira de trabalho assinada.

Com relação às taxas de participação, segundo a posição na família, constatou-se uma preponderância das categorias “outros” e “chefes” de meia idade, sendo que esta última foi a única posição onde foi possível observar crescimento.

Referente à ocupação, percebeu-se que, embora a proporção das pessoas de meia idade ocupadas tenha aumentado, este incremento não foi suficiente para compensar o crescimento do desemprego, fazendo com que houvesse uma queda das taxas de ocupação. O setor de serviços destacou-se diante dos demais setores de atividade por ser o mais representativo em termos de ocupados de meia idade (69,5%, em 1997/2002) e por ter sido o único que cresceu em 13,9% a participação deste segmento entre os dois períodos analisados.

Considerando a distribuição setorial em relação às faixas etárias, observa-se que somente as pessoas de meia idade representavam 31,1% do total de ocupações no setor de serviços no segundo período. Provavelmente, essa proporção deve estar sendo influenciada pela predominância que este setor tem na estrutura setorial da RMS. Diferentemente do contingente de meia idade, a especialização setorial se diferencia para os demais grupos etários, que estavam mais presentes nos setores de comércio e indústria, respectivamente.

A terciarização crescente das ocupações do grupo de meia idade é preocupante, pois as atividades deste setor possuem uma natureza muito heterogênea - indo das tarefas mais precárias até as mais especializadas - e requerem níveis muito distintos de qualificação, produtividade e rendimentos, refletindo uma situação de progressiva desestruturação do mercado de trabalho. Ademais, as atividades menos especializadas do setor de serviços têm

traços semelhantes com o segmento não organizado do mercado de trabalho, sendo caracterizadas por uma oferta de mão-de-obra que, em geral, possui uma baixa qualificação técnica, dificilmente se organiza em sindicatos e quando isso ocorre não há unicidade sindical. Ocupa empregos majoritariamente instáveis, de alta rotatividade, onde há uma reduzida exigência por qualificação e os investimentos em qualificação são minimamente realizados, com escassos cursos de capacitação e treinamentos, assim oferecendo poucas perspectivas de ascensão profissional e baixos níveis de rendimentos. (CARDOSO Jr., 2000)

A informalização<sup>30</sup>, captada pelos resultados das posições ocupacionais das pessoas de meia idade, constitui um fenômeno que também contribui para desestruturar e precarizar a situação destes trabalhadores no mercado de trabalho. Contudo, o crescimento da informalidade é parcial, visto que, enquanto entre os assalariados sem registro houve um aumento significativo da participação deste segmento, para os autônomos o movimento foi de redução. Vale pontuar a ampliação das subcontratações e a diminuição dos empregos públicos como outros elementos desestruturantes de sua inserção ocupacional.

Assim, com base no exposto sobre a ocupação, constatou-se que houve um progressivo aumento da precariedade sobre os postos de trabalho das pessoas de meia idade nos anos 1990, revelado por uma série de mudanças, a saber: redução de empregos no serviço público, crescimentos do assalariamento sem carteira assinada, das subcontratações e dos empregos domésticos. Associado a isso, tem-se a diminuição de seus postos de trabalho no setor industrial. Evidentemente, todas essas mudanças têm um reflexo danoso sobre o padrão de inserção produtiva dos indivíduos de meia idade. Embora se reconheça a gravidade dessas mudanças, é preciso reconhecer que elas não ocorreram generalizadamente, diferindo, neste aspecto, da tendência apontada para o conjunto dos ocupados por diversos estudos sobre o mercado de trabalho durante a década de 1990.

A precarização, do ponto de vista das ocupações, não foi amplamente difundida porque algumas posições ocupacionais - tradicionalmente observadas para esta faixa etária - como assalariados do setor privado com carteira assinada e empregadores, além de mantidas foram incrementadas. Outro atenuante do impacto das transformações sobre a inserção produtiva desse segmento é percebido através do núcleo pouco estruturado do mercado de trabalho -

<sup>30</sup> Significa o aumento expressivo de ocupações informais. Considera-se como informal as atividades que não são regidas pela CLT (assalariados sem carteira de trabalho assinada) e aquelas desenvolvidas por trabalhadores por conta-própria (autônomos). Do ponto de vista da qualidade da ocupação, os trabalhadores por conta-própria exercem as atividades mais precárias e, das relações de trabalho, o emprego sem carteira assinada representa a forma mais frágil de inserção profissional.

tido como a agregação das posições ocupacionais assalariados sem carteira, autônomos e empregados domésticos – que se tornou menos representativo para os indivíduos desta faixa de idade.

Sem dúvida, o aumento significativo do patamar das taxas de desemprego foi a principal mudança no padrão de inserção produtiva das pessoas de meia idade. A despeito da elevação das taxas totais de desemprego serem principalmente determinadas pelo expressivo incremento do desemprego aberto, o tipo oculto destacou-se como mais representativo entre os indivíduos de meia idade e revelou-se mais através do desemprego oculto pelo trabalho precário. A dimensão do problema provocado pelo desemprego é ratificada quando se considera que até mesmo no desemprego oculto pelo desalento, onde as taxas registradas foram as menores, houve uma ampliação de 65,1% entre os dois períodos comparados. De fato, a expansão do desemprego para as pessoas de meia idade foi tão pujante que refletiu-se em todos os setores de atividade econômica.

Uma das consequências adversas mais grave, decorrente do desemprego, para o contingente de meia idade é a dificuldade de conseguir outro trabalho similar ao pregresso, pois muitas vezes o desemprego que os acomete é de exclusão. Ademais, o tempo de procura por trabalho foi estendido com o maior período de busca (mais de um ano), sinalizando uma intensificação das dificuldades para os casos em que o desemprego originado pela reestruturação, os obriga a tentar outro tipo de atividade ocupacional.

Completando o quadro de transformações desestruturantes do mercado de trabalho, têm-se a piora distributiva dos rendimentos. Do ponto de vista das pessoas de meia idade houve uma contração de suas remunerações médias, que se estendeu para todos os setores de atividade, excetuando-se o da construção civil e os subsectores serviços domésticos e pessoais. A indústria destacou-se entre os setores cujos trabalhadores registraram perdas salariais, com a mais expressiva queda.

Não obstante a reconfiguração dos rendimentos médios auferidos nos setores diminuir as diferenças intra-setoriais, concomitantemente, promove um nivelamento por baixo, posto que as desigualdades salariais ficam menores, mesmo levando-se em consideração aqueles setores já referidos, que registraram uma variação percentual positiva.

No que se refere ao nível de rendimento segundo as posições ocupacionais, concluiu-se que, se por um lado, houve aumento salarial apenas nas posições mais precárias, por outro lado, as

posições que, tradicionalmente, asseguram melhores condições de trabalho tiveram perdas em suas remunerações. Nessa perspectiva, os rendimentos reais médios dos *assalariados sem carteira assinada*, dos *autônomos*, dos *empregados domésticos* e *demaís ocupados* de meia idade foram acrescidos, enquanto os assalariados com carteira assinada e sobretudo os do setor público tiveram os seus ganhos reduzidos no comparativo dos períodos.

Com efeito, estes dois movimentos, diametralmente opostos, contribuem para a intensificação da precarização dos postos de trabalho das pessoas de meia idade, pois evidencia a valorização das ocupações mais precárias e de menor rendimento, justamente onde o custo da mão-de-obra é mais baixo.

Uma vez analisado o perfil do mercado de trabalho das pessoas de meia idade da RMS, cabe chamar a atenção que muitas mudanças apontadas em sua inserção produtiva são de cunho abrangente, como por exemplo: os aumentos do desemprego e dos registros sem carteira assinada e a piora distributiva, se estendendo a outros segmentos produtivos e níveis geográficos. Estas mudanças expressam, particularmente, os efeitos das transformações de ordem estrutural, mais atuantes no Brasil durante a década de 1990.

Especificamente, o grau de intensidade dessas mudanças, na inserção produtiva do grupo de meia idade, depende do resultado obtido pela interação dos processos estruturais vigentes com as propriedades básicas desse segmento etário. Procurando ressaltar o quão acentuadas foram estas mudanças na estrutura ocupacional das pessoas de meia idade, algumas considerações, em relação aos demais grupos etários, são importantes.

A primeira delas se refere ao crescimento da escolaridade para os integrantes da PEA. No que concerne a este aspecto, observa-se que, embora as taxas de participação das pessoas de meia idade tenham aumentado nos níveis de maior escolaridade, concomitantemente, à redução da pressão dos indivíduos sem escolaridade, foi a categoria “demais grupos etários” que destacou-se pela redução das taxas de participação dos analfabetos, bem como pelo aumento das taxas referentes ao ensino superior completo.

Possivelmente, a escolaridade foi mais relevante para os demais grupos etários devido à maior dedicação aos estudos por parte de dois de seus subgrupos – as crianças e adolescentes (10 a 17 anos) e os jovens (18 a 24 anos). Isto decorre da influência de programas de incentivo à educação - que privilegiam como público alvo as crianças, adolescentes e jovens - conseguindo cada vez mais envolvê-los na escola, o que somado às dificuldades enfrentadas

no mercado de trabalho, em particular ao desemprego de inserção, acabam por afetar as suas taxas de participação, reduzindo-as.

Outro ponto a ser comentado é a preponderância do crescimento das taxas de participação na posição de chefe de família para as pessoas de meia idade, em face aos demais grupos etários. Em verdade, esse resultado é de se esperar em um contexto generalizado de aprofundamento da crise no mundo do trabalho, marcado, de um lado, por restrições de oportunidades de trabalho, precarização dos postos existentes e das formas de inserção, reduções salariais, diminuição da concessão do seguro-desemprego devido à gradativa perda de empregos regulares e regulamentados e ampliação dos diversos tipos de desemprego e, de outro, pela redução dos investimentos estatais em políticas sociais.

Esse conjunto de situações repercute na forma como a família está estruturada, fazendo com que, através de rearranjos familiares de inserção no mercado de trabalho, se procure atenuar os impactos da crise sobre as condições de sobrevivência de seus componentes. (MONTALI, 2000). Com efeito, as taxas de participação de chefe de família (posição tradicional para as pessoas de meia idade) tiveram um significativo incremento na década de 1990 para este segmento, denotando a importância deles na manutenção da família.

Ademais, alguns outros fatores, relativos à composição e relação família-trabalho, podem ser considerados como fundamentais no dimensionamento dos atuais problemas enfrentados pelas pessoas de meia idade no mercado de trabalho. O primeiro fator diz respeito a uma série de mudanças expressivas nos padrões familiares que vem majoritariamente se estabelecendo, não só na RMS, como mundialmente, dentre elas pode-se destacar: os crescimentos das separações e da proporção de famílias monoparentais, principalmente daquelas chefiadas por mulheres; a redução da proporção das famílias compostas por casais e filhos; o aumento das famílias providas por um ou mais núcleos de chefes de família sem cônjuge, independente do sexo e aumento do número de domicílios unipessoais. (MONTALI, 2000). Esses modernos arranjos familiares são identificados em diversos estudos sócio-demográficos, que apontam uma tendência de redução do tamanho médio da família, em função da sistemática diminuição das taxas de fecundidade.

O segundo fator está intimamente relacionado ao primeiro e se refere às maiores dificuldades de inserção ocupacional dos membros da família que estão na adolescência e juventude. Estes óbices são provocados, tanto pelas restrições do lado da demanda de trabalho (seja por causa

da demanda agregada reprimida, pelos baixos níveis de investimentos e gastos públicos), quanto pela inatividade dos adolescentes e jovens, decorrente da maior dedicação ao ensino formal ou pela falta de experiência profissional anterior, que pode se configurar em uma grande barreira a obtenção do primeiro emprego porque o cerne da questão se concentra em como encontrar uma forma de adquirir experiência quando é justamente esse o motivo da não contratação.

Consequentemente, o trabalho para os indivíduos de meia idade ganha novas proporções, tornando-se relativa e absolutamente mais importante na garantia do sustento e bem-estar familiar, por conta da tendência de gradativa diminuição de componentes da família trabalhando no contexto atual.

Quanto às características ocupacionais, segundo os setores de atividade econômica, o que se observou foi que, apesar das pessoas de meia idade terem reduzido a sua participação na indústria, no comércio, na construção civil e em outras atividades, ou seja, no total dos setores, a exceção dos serviços, só conseguiu resultados mais expressivos do que os demais grupos etários no comércio e nas outras atividades. No que tange, particularmente, ao setor de serviços, o seu incremento, apesar de ter sido superior nos subsetores dos serviços domésticos e serviços da produção, não foi suficiente para compensar o crescimento dos demais grupos etários no subsetor serviços pessoais.

Vale salientar que estes resultados demonstram que não obstante toda a reestruturação que vem sendo implementada nos setores produtivos, as pessoas de meia idade estão sendo menos afetadas no que concerne aos postos de trabalho da construção civil e principalmente na indústria. Contudo, a diferença da perda de ocupações no comércio foi muito acentuada para este segmento (-19%) em relação aos demais grupos etários (-5,1%), correspondendo a 13,9 pontos percentuais a menos, o que parece indicar uma mais elevada incidência de problemas de inserção para os indivíduos de meia idade ocupados no comércio, sendo esse um dos setores onde é possível estar havendo o desemprego de exclusão, vis à vis a contratação de trabalhadores mais jovens.

Do ponto de vista das posições na ocupação, percebeu-se que as pessoas de meia idade registraram incrementos relativos maiores do que os demais grupos etários nas posições de assalariados, empregadores e empregados domésticos, assim como para os autônomos foi mais marcante a diminuição de suas ocupações. Somente nas demais posições é que o

comportamento foi diametralmente oposto, enquanto para as pessoas de meia idade houve crescimento, para os demais grupos etários configurou-se redução da ocupação.

Destarte, alguns comentários se fazem necessários quanto às variações das posições ocupacionais para melhor identificar o quão aprofundados estão sendo os efeitos dos processos destruturantes do mercado de trabalho sobre a forma de inserção das pessoas de meia idade. Um primeiro reflexo constatado na estrutura ocupacional, por faixas etárias, segundo as posições na ocupação, foi que o crescimento da subcontratação e a perda de postos de trabalho assalariados no serviço público foram mais expressivos para os demais grupos etários. Todavia, embora exista uma maior proporção de ocupados de meia idade no setor público, não deixa de ser preocupante a redução de suas ocupações nesse setor.

Algumas outras consequências compõem o quadro geral de transformações, no âmbito das posições na ocupação. Os empregos regulamentados (com carteira assinada) foram ampliados apenas para as pessoas de meia idade, posto que para os demais grupos etários não houve variação. Vale ressaltar, que mesmo não registrando variação, ainda é maior a proporção de empregos formais entre os demais grupos etários. Em contraposição ao aumento dos vínculos formalizados, os registros sem carteira aumentaram, sobretudo, para os indivíduos de meia idade, 89,3% contra 48,4% dos demais grupos etários.

Além disso, a diminuição de ocupados autônomos de meia idade foi menor do que entre os demais grupos etários e o incremento do emprego doméstico foi significativamente maior para os primeiros, praticamente o dobro, o que fez com que a proporção de empregados domésticos de meia idade se aproximasse da dos demais grupos etários, o qual possui segmentos etários tradicionalmente procurados para exercer esse tipo de trabalho, a saber: as crianças, os adolescentes e jovens.

Dessa maneira, conclui-se que, ainda que, as pessoas de meia idade não tenham revelado um processo de desassalariamento e de crescimento de ocupados autônomos, é possível identificar traços incontestes da precarização e de informalização do trabalho, através da diminuição dos assalariados pertencentes ao serviço público, dos crescimentos das subcontratações, das ocupações sem carteira assinada e dos empregos domésticos.

Outra constatação, diante dos resultados do capítulo 6, diz respeito à incidência do desemprego para as pessoas de meia idade, destacando-se dos demais grupos etários pelo expressivo incremento. Vale ressaltar que, enquanto o crescimento da taxa total de

desemprego de meia idade foi de 106,8% a dos demais grupos etários foi de 65,6%. Essa diferença se manteve também nos tipos de desemprego aberto e oculto, sendo mais acentuada no aberto, onde, inclusive, a distância entre os aumentos foi maior, com 128,1% para o grupo de meia idade e 72,8% para os demais grupos etários.

O fato do significativo crescimento do desemprego estar se concentrando mais no grupo de meia idade revela, em parte, a gravidade do cenário atual e o caráter estrutural dos problemas verificados no mercado de trabalho, pois apesar desta faixa etária ainda possuir uma das menores taxas de desemprego, superior apenas da dos idosos, vem gradativamente se aproximando das taxas das pessoas no auge da idade ativa, principalmente no desemprego oculto.

Outro ângulo, onde se percebe o aprofundamento da precarização na inserção ocupacional das pessoas de meia idade, concerne ao desemprego segundo o tempo de procura por trabalho. Sobre este aspecto chama a atenção o crescimento dos desempregados de meia idade no tempo de mais de um ano de procura (período mais demorado) ser mais expressivo do que o registrado pelos demais grupos etários, indicando a ampliação das dificuldades na recolocação produtiva no mercado de trabalho metropolitano, sobremaneira para os desempregados de meia idade.

Quanto à distribuição dos desempregados em relação aos setores de atividade, observou-se que houve um incremento maior de desempregados de meia idade do que da categoria dos demais grupos etários apenas no setor de serviços, que é responsável majoritariamente pelo contingente de desempregados na RMS.

Por fim, no que tange às mudanças relativas aos rendimentos auferidos pelos ocupados, constatou-se que, embora o nível de rendimento real médio dos ocupados de meia idade seja superior ao dos demais grupos etários, do ponto de vista da comparação entre os dois períodos analisados, ele vem decrescendo.

No comparativo dos períodos houve um movimento semelhante, no nível geral dos rendimentos dos ocupados de meia idade ao observado para os demais grupos etários, de contração do rendimento, contudo, menos intenso. No âmbito setorial, uma das razões do amortecimento da restrição dos rendimentos do contingente de meia idade em vista dos demais grupos etários foi o incremento salarial registrado pelo setor da construção civil.

Concernente aos rendimentos reais médios, segundo a posição ocupacional, os resultados

evidenciaram que os assalariados dos demais grupos etários tiveram uma queda mais acentuada de seus rendimentos, ampliando a distância entre o valor pago para este contingente e os indivíduos de meia idade. Vale mencionar que essa diminuição da remuneração dos assalariados ocorreu por influência das elevadas reduções nos assalariamentos dos setores público e privado.

Assim como para os assalariados, os empregadores dos demais grupos etários também tiveram uma maior perda de seus rendimentos, fazendo com que novamente o diferencial de renda em relação ao grupo de meia idade aumentasse.

Em contrapartida, os autônomos de meia idade tiveram aumentos superiores em suas remunerações do que estes profissionais dos demais grupos etários. Já no emprego doméstico, os demais grupos etários tiveram aumentos mais significativos nos rendimentos do trabalho, contudo, no último período, ainda recebiam um valor menor que o auferido por trabalhadores de meia idade nessa posição ocupacional. Cabe ressaltar que esta foi a única posição em que os rendimentos dos ocupados de meia idade e dos demais grupos etários se aproximaram.

O aumento dos diferenciais de renda, por conta da queda das remunerações dos indivíduos de meia idade e a diferença existente entre os rendimentos deles e dos demais grupos etários, finalmente, compõe o quadro geral de desestruturação de seu mercado de trabalho. Vale a ressalva de que no tocante aos rendimentos, considerados no âmbito das posições ocupacionais, assim como setorialmente, o processo de precarização das inserções produtivas das pessoas de meia idade está sendo mais ameno do que para os demais grupos etários.

Entretanto, mesmo que a diminuição dos rendimentos reais médios dos ocupados de meia idade seja relativamente menor, quando associada aos demais problemas mencionados anteriormente (precarização das condições ocupacionais e das relações de trabalho, crescimento do desemprego, sobretudo do aberto), verificados durante a década de 1990, para este segmento, termina contribuindo para que seja mais difícil assegurar benefícios básicos, como: moradia, alimentação, transporte, educação e saúde.

Ademais, a renda decrescente estimula situações onde se é necessário recorrer a mais de um emprego ou ocupação para garantir o padrão de vida familiar, quiçá a sua própria condição de sobrevivência.

Assim, tendo em vista todas as descrições minuciosamente expostas sobre como vem se

processando as mudanças atuais na inserção ocupacional das pessoas de meia idade, torna-se fundamental a interferência ativa por parte do Estado, no sentido de redirecionar, regular e conduzir melhor o cenário de instabilidades, que vem decisivamente sendo refletido no mercado de trabalho.

Estas ações do governo devem ser implementadas, de um lado, através de uma formulação mais ampla de políticas socioeconômicas, que tenham como objetivo essencial o empenho em alcançar o aumento do nível de emprego e de uma política nacional que busque reorientar o país diante do processo de inserção internacional intensificado nos anos 1990, compensando os empregos destruídos pela reestruturação produtiva e, de outro lado, com políticas voltadas para a criação de formas auxiliares de reinserção e permanência das pessoas de meia idade no mercado de trabalho.

No que concerne à busca do aumento do nível de emprego, é primordial que esta política esteja submetida ao conjunto de ações macroeconômicas do país, pois:

“o nível geral de empregos depende diretamente do comportamento de longo prazo (ou estrutural) da demanda agregada, isto é, do nível de crescimento econômico advindo do consumo privado das famílias, dos investimentos públicos e privados na órbita produtiva e do volume de exportações”. (CARDOSO Jr., 2000, p. 23)

Quanto às pesquisas específicas de apoio à inserção produtiva do contingente de meia idade devem buscar igualar as suas oportunidades de trabalho, mediante: (1) a promoção de treinamentos e capacitação profissional no manuseio e controle das novas tecnologias do processo produtivo, de sua gestão e organização; (2) o estabelecimento de sistemas de cotas nas empresas, garantindo o acesso de pessoas de meia idade; (3) programas públicos de incentivo à manutenção do emprego de meia idade, diretamente articulados com a ampliação da escolaridade, que podem ser viabilizados pela concessão de subsídios ou incentivos creditícios às empresas parceiras e, (4) programas de conscientização empresarial e da sociedade que coíbam tratamentos diferenciados, desvantajosos, para as pessoas de meia idade em sua inserção ocupacional, nos cursos de aperfeiçoamento, na remuneração, nas promoções e atribuições profissionais, visando minimizar, sobretudo, as práticas discriminatórias que podem levar a transferências intra e inter-empresas, onde passam a exercer um cargo inferior ao que ocupavam e aquelas que motivam a perda do emprego.

Apesar de identificar possíveis medidas de enfrentamento das dificuldades apresentadas aos indivíduos de meia idade no mercado de trabalho, há toda uma discussão que envolve a

implementação e eficiência das políticas públicas no Brasil, que deve ser referida com o sentido de trazer contribuições ao debate e em particular à promoção de novos empregos e de combate ao desemprego.

Um dos grandes impecilhos das políticas públicas de emprego - observado por inúmeros autores - é a sua ineficiência redistributiva, quando atua na diminuição das desigualdades, o que contribui para que cada vez mais o seu caráter assistencialista e compensatório seja reforçado. Cardoso Jr., (2000), concorda com este ponto de vista e vai além. Para ele, o Sistema Público de Emprego (SPE) brasileiro tem uma série de limitações e deve reorientar as suas opções prioritárias, para munir o seu sistema de recursos e programas, cuja base sejam políticas orientadas a um desenvolvimento sustentado, sem o qual as políticas atuantes no lado da oferta da força-de-trabalho perdem o sentido e a eficácia.

Com essa perspectiva, o referido autor expõe como principal limitação do SPE o fato de sua atuação se ater sobre os condicionantes do lado da oferta do mercado de trabalho. Para ele, esse problema é dimensionado quando se considera que as políticas públicas de emprego foram reduzidas ao conjunto de programas inscritos no SPE. Assim, não se consegue impulsionar a geração de emprego e a melhoria das ocupações, pois deixa-se de fora a outra parte determinante do nível e da qualidade dos empregos, que é o lado da demanda do mercado de trabalho.

Embora venha se tentando incorporar políticas ativas de geração de emprego e renda no SPE brasileiro pelo lado da demanda do mercado de trabalho, elas não possuem instrumentos adequados para produzir os efeitos desejados na resposta ao tipo de desemprego vigente. Um dos motivos dessa inadequação foi a montagem tardia do SPE brasileiro nos anos 1990, incorporando o formato tradicional<sup>31</sup> dos SPE, consolidados durante o período que compreendeu do Pós Segunda Guerra até meados dos anos 1970, nos principais países da OCDE. (CARDOSO Jr., 2000)

Assim, para que as políticas públicas de emprego sejam exitosas é preciso contextualizá-las nas especificidades das mudanças ocorridas na economia brasileira - dadas as devidas

<sup>31</sup> As três dimensões clássicas do Sistema Público de Emprego (seguro-desemprego, intermediação e capacitação) eram totalmente articuladas em torno de políticas passivas (primeira dimensão) ou políticas ativas (segunda e terceira dimensões) pelo lado da oferta no mercado de trabalho e estavam condizentes com o contexto mundial vigente, a saber: período de grandes possibilidades de crescimento econômico sustentado; baixas taxas de desemprego aberto e inexistência de problema de demanda efetiva crônica pelo lado da demanda de trabalho. (CARDOSO Jr., 2000, p. 27).

repercussões nos setores produtivo, financeiro e institucional - que vem causando a diminuição do ritmo de crescimento econômico, as altas taxas de desemprego aberto e oculto e a precarização das condições e relações de trabalho.

Para isso, torna-se fundamental que a própria lógica de funcionamento da economia, com a abertura, flexibilização e liberalização total dos mercados – em face da globalização, da reestruturação produtiva e do modelo neoliberal adotados – seja tratada como cerne da discussão e formulação das políticas públicas de emprego e, em certa medida, até mesmo questionada, enquanto lógica geradora de desenvolvimento econômico do país. Ademais, é fundamental articular a atuação dos programas de geração de emprego e renda de forma ativa pelo lado da demanda de trabalho, articulando-os com as atividades clássicas do SPE, tendo sempre como meta a promoção do crescimento econômico e social.

Uma vez tecido todos os comentários concernentes, à situação atual dos indivíduos de meia idade, no mercado de trabalho da RMS, durante os anos 1990, e sobre as possibilidades de políticas públicas de emprego que corrijam as suas assimetrias com os demais segmentos do mercado de trabalho, visto que já existem muitos programas e políticas focalizados sobre os grupos sociais considerados mais vulneráveis (crianças, jovens, mulheres e negros) às transformações em curso, espera-se ter contribuído qualitativamente na sinalização de melhorias para esta faixa etária, que se encontra em uma fase definidora da vida, pois representa um período em que as conquistas profissionais se estabelecem ou não e onde as perspectivas de ascender profissionalmente em uma idade superior vão se reduzindo à medida que o tempo vai passando.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. As metamorfoses no mundo do trabalho. In: GOMES, Álvaro (Org.). **O trabalho no século XXI: considerações para o futuro do trabalho**. Salvador: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001. p. 17 - 32.
- AQUINO, Mirtes Cavalcante de. **O mercado de trabalho nos anos 90: uma análise da cidade de Fortaleza**, 1998. 65 p. Monografia (Graduação em Economia) – UFCE, 1998.
- ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro de. Globalização e trabalho: uma resenha da literatura. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais (BIB)**, São Paulo, n. 52, p. 5 - 44, 2001.
- AZEVEDO, J. Sérgio Gabrielli de. Flexibilidade no mercado de trabalho e desemprego: a experiência americana e européia. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 9 - 21, dez.1995.
- BRAGA, Thaiz. **A ocupação informal na RMS: uma análise das décadas de oitenta e noventa**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. p. 55 - 77. (Série Estudos e Pesquisas, v. 62).
- BORGES, Ângela. Trabalho e renda nos anos 90: novos horizontes de exclusão. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 76 - 87, dez.1993.
- BORGES, Ângela. A inserção dos jovens baianos no mercado de trabalho nos anos 90. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 92 - 109, dez.2000.
- BORGES, Ângela; FILGUEIRAS, Luiz. Mercado de trabalho nos anos 90: o caso da RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 5, n. 3, p. 30 - 36, dez.1995.
- BOURDIEU, P. **A precariedade está hoje por toda à parte**. Contrafogos. Grenoble, dez. 1997.
- CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 26., 1999, B. **Anais...** Belém: ANPEC, 1999. v. 3, 1999. p. 2059 – 2074.
- CARDOSO Jr., José Celso. **Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e limites de seu sistema público de emprego**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 751).
- COUTINHO, G. Luciano. A terceira revolução industrial e tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Economia e Sociedade**, Campinas, São Paulo, n. 1, ago. 1992.
- COUTINHO, G. Luciano; FERRAZ, João Carlos (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas, São Paulo: Papirus; Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. Desemprego: de nada adianta tapar o sol com a peneira. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 103 - 118, 1998.
- DRUCK, Graça. Reestruturação produtiva e transformações no mercado de trabalho na Bahia

e no Brasil. **Força de Trabalho e Emprego**, Salvador, v. 16, n. 1, p. 67 – 85, maio 1999.

DRUCK, Graça. Qualificação, empregabilidade e competência: mitos versus realidade. In: GOMES, Álvaro (Org.). **O trabalho no século XXI**: considerações para o futuro do trabalho. Salvador: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001, p. 81 - 90.

DRUCK, Graça. **Terceirização**: (des) fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico. Salvador: Edufba; Boitempo editorial, 1999. 263 p.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, Wilson F. A participação do idoso na força de trabalho: uma abordagem a partir da Região Metropolitana de Salvador. **Carta do IMIC**, Salvador, n. especial, v. I, n. 1, mar. 1999.

CARRERA-FERNANDEZ, José; MENEZES, Wilson F. A inatividade econômica na RMS: uma realidade escondida. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 8, n. 4, mar. 1999.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **Reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo**: capitalismo e exclusão social neste final de século. Salvador: FCE-UFBA, 1995. (mimeogr.).

FILGUEIRAS, Luiz. O Plano Real: antes e depois da crise cambial. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 8 - 21, 1999.

FILGUEIRAS, Luiz. **História do Plano Real**. Rio de Janeiro: Record, 2000, 231 p.

FILGUEIRAS, Luiz. Economia brasileira: as fragilidades estruturais permanecem. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 10, n. 3, p. 46 - 51, dez. 2000.

FILGUEIRAS, Luiz; PINTO, Eduardo Costa. **Afinal, quem são os desempregados na RMS?** Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. p. 37 - 54. (Série Estudos e Pesquisas, v. 62).

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Níveis e padrão distributivo de renda na Bahia nos anos 1990**. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. p. 65 - 96. (Série Estudos e Pesquisas, v. 59).

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares. **Pobreza e desigualdade no Brasil**: do discurso hegemônico e medição espúria às raízes da questão. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003 a. p. 85 - 115. (Série Estudos e Pesquisas, v. 63).

IDADE máxima: a morte começa aos 40. **Revista Exame**, São Paulo, v. 708, p. 140 - 148, 23 fev. 2000.

MARX, Karl. **O Capital – para a crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro primeiro. Tomo 1, 394 p.

MATTOSO, Jorge. **O Brasil desempregado**: como foram destruídos mais de 3 milhões de empregos nos anos 90. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000. 48 p.

MENDONÇA, Letícia Koeppel. **As transformações no mercado de trabalho e a inserção ocupacional do jovem**: o caso da Região Metropolitana de Salvador. Salvador, 1999. 84 p. Monografia (Graduação em Economia) – UFBA, 1999.

MONTALI, Lilia. Família e trabalho na reestruturação produtiva: ausência de políticas de emprego e deterioração das condições de vida. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 15, n. 42, fev. 2000.

OFFE, Claus; HINRICH, Karl. Economia social do mercado de trabalho: diferencial primário e secundário de poder. **Trabalho & Sociedade**, v. 1, 1989.

O QUE há de bom nos cabelos brancos: mandando brasa depois dos 50. **Revista Exame**, São Paulo, v. 709, p. 18 –19, 08 mar. 2000.

PESQUISA DE EMPREGO E DESEMPREGO – PED. **Apresentação da base de dados**. São Paulo: SEADE, dez. 1999.

POCHMANN, Márcio. **O Fenômeno do desemprego no Brasil**: diagnósticos e perspectivas. Campinas: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras – CRUB, set. 1999.

POCHMANN, Marcio. Velhos e novos problemas do mercado de trabalho no Brasil. **Indicadores Econômicos**, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 119 - 137, 1998.

POCHMANN, Marcio. Raízes da grave crise do emprego no Brasil. In: GOMES, Álvaro (Org.). **O Trabalho no Século XXI**: considerações para o futuro do trabalho. Salvador: Sindicato dos Bancários da Bahia, 2001, p. 35 - 46.

RITTNER, Daniel. Aquecimento reabre o mercado para quarentões. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, 18 - 20 ago. 2000.

SANTOS, Luís Chateaubriand. Tempos modernos: trabalho e desigualdades no mercado de trabalho da RMS. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 8, n. 4, p. 64 - 72, mar. 1999.

SANTOS, Luís Chateaubriand. **Lições de desigualdade**: raça, instrução e oportunidade de trabalho em Salvador. Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. p. 111 - 127. (Série Estudos e Pesquisas, v. 62).

SEADE. **Esclarecimentos da Fundação SEADE diante da controvérsia sobre os números do desemprego**. Disponível em: [http:// www.seade.gov.br](http://www.seade.gov.br). Acesso em: 25 maio 2001.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999. 204 p.

SINGER, Paul. Desemprego e exclusão social. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 10, n. 1, 1996.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 3 ed. São Paulo: Contexto, 1999. 139 p.

SOUZA, Laumar Neves de. **Formalização na RMS**: é ou não o fim da precarização? Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, 2003. p. 93 - 109. (Série Estudos e Pesquisas, v. 62).

STEINBRUCH, Benjamin. Ao mais velho, o trabalho. **Jornal Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 fev 2000.

SUERDIECK, Flávia S. R.; SOUZA, Laumar Neves de; OLIVEIRA, Tiago. Nova PME e PED: até que ponto estão mais próximas? **Conjuntura & Planejamento**, Salvador, n. 110, p. 27 - 32, jul. 2003.

SUERDIECK, Sidnei Silva. **Processo de implantação da calçados Ramarim na Bahia:** considerações sobre competitividade e política industrial. Salvador, 2000. 125 p. Monografia (Graduação em Economia) – UFBA, 2000.

VALORIZAÇÃO do profissional com mais de 50 anos. **Revista Exame**, São Paulo, v. 2, p. 16 –17, maio/Jun. 1996.